

GUIA DE ESTUDOS



OEA



III ONU INTER
COLEGIAL



Rede Jesuíta de Educação



Sumário

1.	Carta de apresentação	3
2.	Sobre a simulação	4
3.	Sobre a ONU.....	5
4.	Sobre o comitê.....	6
5.	Conceitos importantes	8
6.	Histórico do conflito.....	9
7.	Posicionamento da ONU	17
8.	Atualidades	19
9.	Resumo: Linha Temporal	22
10.	Definição do Problema	23
11.	Status das delegações na simulação.....	24
12.	Posicionamentos dos jornais.....	25
	12.1 THE WASHINGTON POST.....	25
	12.2 SPUTNIK.....	26
13.	Posicionamentos dos países.....	28
14.	Textos Complementares.....	95



1. Carta de apresentação

“Caros delegados, bem-vindos à III ONU Intercolegial da Rede Jesuíta de Educação. É com imensa alegria que a Diretoria de Mesa da Organização dos Estados Americanos (OEA) recebe os senhores neste comitê que discutirá o tema “Venezuela e Guiana: tensões geopolíticas e a influência externa na América Latina”. No hodierno, o cenário de crescente interdependência e conectividade entre as diversas nações do globo implica a centralidade das organizações internacionais na mediação das relações interestatais. Sob esse viés, a diplomacia destaca-se como ferramenta indispensável para a resolução de conflitos, cujos desdobramentos - mesmo que aparentemente regionais e isolados - ultrapassam o território nacional. Por esse e inúmeros outros motivos encorajamos os senhores a explorarem os recursos disponibilizados durante o processo de preparação e a fazerem dessa simulação um veículo de aprendizado sobre geopolítica, economia, diplomacia, oratória e sobre o mundo que nos cerca.

Destarte, com o objetivo de fornecer os meios para uma preparação sólida para o debate e algumas fontes para pesquisas mais aprofundadas, disponibilizamos o Guia de Estudos desta edição. Nesse documento abordamos diferentes dimensões do conflito, além de expor o enfoque a ser dado pelos senhores chefes de Estado à temática no decorrer das sessões. Portanto, é imperativo que este documento seja lido e que sejam feitas pesquisas complementares para as quais as informações gerais e os breves panoramas de cada país integrante desta edição da OEA deverão servir de norte. No que diz respeito à postura durante o debate, reforçamos a importância da não violação do posicionamento oficial das respectivas delegações e da manutenção do decoro. Por meio desta carta, também nos colocamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas e ajudá-los a tirarem o máximo proveito dessa experiência. Por último, mas não menos importante, a Mesa felicita-os desde já pela dedicação e iniciativa de fazer parte deste projeto, desejando uma boa preparação e um debate repleto de aprendizados e bons momentos.”

Júlia Rezende Ferraz Pereira, Pedro José Campos de Almeida e Yasmin Paschoalim Oliveira.



2. Sobre a simulação

É com uma inestimável alegria e honra que expressamos as nossas boas-vindas à III ONU Intercolegial! Esse projeto, tão almejado a cada dois anos, congrega uma diversidade de pessoas e, por conseguinte, de ideias, as quais edificam o caráter multifacetado dessa vivência. A simulação, a qual é acolhida pelas unidades educacionais da Rede Jesuíta de Educação (RJE), evidencia que aquilo que nos difere é o que nos une.

Neste ano, celebramos o retorno da maior simulação da RJE ao modelo presencial. Desta vez, cabe ao Colégio Antônio Vieira, unidade localizada em Salvador, na Bahia, assumir as responsabilidades de sediar um evento de tamanha magnitude, cujo escopo espelha o histórico bem-sucedido da Companhia de Jesus do Brasil na promoção e fomento à cultura de simulações *MUN*, e acolher educadores e estudantes de todo o país, que convergem – apesar, ou até, muito por conta de suas diferentes vivências – em objetivo uníssono: formar cidadãos globais comprometidos com a diplomacia e o estudo analítico da realidade ao redor.

Nessa jornada de grande aprendizagem, contamos com o envolvimento genuíno dos participantes, dado que a entrega, o destaque e o elevado desempenho que conduziram os estudantes até a ONU Intercolegial são os aspectos que farão dessa experiência a mais agregadora, memorável e excepcional. Nesse sentido, a nossa Comissão Organizadora, composta por diretores e orientadores provenientes do Colégio Anchieta (Porto Alegre/RS), Colégio Antônio Vieira, Colégio dos Jesuítas (Juiz de Fora/MG), Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro/RJ) e Colégio São Luís (São Paulo/SP), tem empreendido inúmeros esforços, a fim de construir uma simulação que seja digna do nosso orgulho e memória.

Para tanto, objetivamos atender ao mote da Intercolegial, o binômio inovação e renovação. Isso porque, em primeiro lugar, buscamos agregar ao projeto formatos e linguagens inéditos, sempre tendo como base os experimentos internos dos colégios envolvidos, em suas próprias simulações. Por outro lado, reconhecemos que o motor do projeto é propiciar uma simulação ainda melhor da que nos foi ofertada no passado. Sendo assim, mantemos-nos à disposição para auxiliá-los nessa trajetória de trocas e crescimento, fazendo da III ONU Intercolegial uma vivência, verdadeiramente, diferenciada!

Com os melhores cumprimentos,

Beatriz Costa e João Pontes,
Secretários-gerais da III ONU Intercolegial



3. Sobre a ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, Direitos Humanos e a realização da paz mundial.



A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de deter a guerra entre países e fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias para realizar suas missões. Existem, atualmente, 193 países-membros, incluindo quase todos os Estados soberanos do mundo.

De seus escritórios em todo o mundo, a ONU e suas agências especializadas decidem sobre questões específicas ou administrativas em reuniões regulares ao longo do ano. A figura mais destacada da ONU é o secretário-geral, cargo ocupado desde 2017 por António Guterres, de origem portuguesa. A organização é financiada por contribuições voluntárias dos Estados-membros e tem seis línguas oficiais: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol.

A organização está dividida em instâncias administrativas, marcadamente pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança. Além de seus órgãos próprios, a ONU conta com a colaboração de organismos regionais, como previsto no art. 52 Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, sendo a Organização dos Estados Americanos e Comitê dos Direitos Humanos alguns dos exemplos:

Artigo 52:

1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organismos regionais, destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas.

2. Os membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança.

3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instância do próprio Conselho de Segurança.



4. Sobre o comitê

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)** é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Essa reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficou conhecido como “Sistema Interamericano”, o mais antigo sistema institucional internacional.

A OEA foi fundada em 1948 com a assinatura, em “Bogotá, Colômbia”, da Carta da OEA, que entrou em vigor em dezembro de 1951. Posteriormente, a Carta foi emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, em 1967; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, em 1985; pelo Protocolo de Manágua, em 1993; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992 e que entrou em vigor em setembro de 1997.

A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1o da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Hoje, a OEA congrega 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 70 Estados e à União Europeia (EU). Para atingir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em seus quatro pilares: democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

A principal estrutura organizativa da OEA é sua **Assembleia Geral** – órgão a ser remontado de forma adaptada neste comitê da ONU Intercolegial –, na qual são realizadas reuniões ordinárias anuais e também reuniões extraordinárias para assuntos urgentes mediante à requisição de países membros. Na Assembleia Geral da OEA, os assuntos são debatidos e suas resoluções são aprovadas por meio de maioria absoluta em votações. Constarão, neste comitê, estados-membros da Organização – munidos da possibilidade de votar – e convidados relacionados ao tema, integrados por observadores permanentes e observadores temporários.

Dentre as principais atribuições oficiais desta cúpula, declaradas na Carta da OEA, estão:

- Decidir a ação e a política gerais da Organização, determinar a estrutura e funções de seus órgãos e considerar qualquer assunto relativo à convivência dos Estados americanos;
- Estabelecer normas para a coordenação das atividades dos órgãos, organismos e entidades da Organização entre si e de tais atividades com as das outras instituições do Sistema Interamericano;
- Fortalecer e harmonizar a cooperação com as Nações Unidas e seus organismos especializados;
- Promover a colaboração, especialmente nos setores econômico, social e cultural, com outras organizações internacionais cujos objetivos sejam análogos aos da Organização dos Estados Americanos;



Nessa lógica, vale ressaltar os pilares enunciados pela organização, que devem não só fundamentar as discussões sobre o tema em questão, como também servir como norte na determinação de soluções para o conflito. Tais qualidades são sintetizadas em democracia, desenvolvimento, direitos humanos e segurança intra e intercontinental.

Outrossim, em sua carta de fundação e regimento, a OEA reitera os ideais de **“Solução Pacífica de Controvérsias”** como basilares na atuação do órgão frente a conflitos e entraves entre seus membros. Nesse sentido, a carta considera como processos pacíficos: a negociação direta, os bons ofícios, a mediação, a investigação e conciliação, o processo judicial, a arbitragem e os que sejam especialmente combinados, em qualquer momento, por todas as partes envolvidas consensualmente. Para a Organização dos Estados Americanos, quando, entre dois ou mais Estados americanos, surgir uma controvérsia que, na opinião de um deles, não possa ser resolvida pelos meios diplomáticos comuns, as partes deverão convir em qualquer outro processo pacífico que lhes permita chegar a uma solução. Faz-se inerente que tratados especiais estabeleçam sempre esses meios adequados e pacíficos para as soluções das controvérsias, de forma a não permitir que controvérsia alguma entre os Estados americanos possa ficar sem solução definitiva, dentro de um prazo razoável.

No aspecto da **segurança coletiva**, a OEA define, nos artigos 28 e 29 de sua Carta, que “Toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos. Se a inviolabilidade, ou a integridade do território, ou a soberania, ou a independência política de qualquer Estado americano forem atingidas por um ataque armado, ou por outro tipo de agressão, ou por um conflito extracontinental, ou por um conflito entre dois ou mais Estados americanos, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, os Estados americanos, em obediência aos princípios de solidariedade continental, ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e processos estabelecidos nos tratados especiais existentes sobre a matéria.”

Na esfera **militar**, a OEA, sob suas estruturas burocráticas, dá legitimidade ao chamado **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)**, um tratado, entre diversos países americanos, de defesa mútua, celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada “doutrina da defesa hemisférica”. Atualmente, participam do TIAR: Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Fontes:

<https://www.oas.org/pt/>

https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-

[41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch5](https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch5)

https://www.youtube.com/watch?v=hkTtz3rz_7Y

https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_Interamericano_de_Assist%C3%Aancia_Rec%C3%ADproc



5. Conceitos importantes

5.1 Preceito jurídico internacional do *uti possidetis*

Definido como um princípio do direito internacional, o preceito *utis possidetis* é uma ferramenta empregada pelas nações na resolução de desacordos sobre a determinação de fronteiras e de limites territoriais. Como destacado pela Corte Internacional de Justiça, “[...] a aplicação do princípio *uti possidetis* resulta em limites administrativos sendo transformados em fronteiras internacionais no sentido pleno do termo” (CIJ, 1986, p. 566).

Destarte, autoriza-se a reivindicação dos territórios conquistados anteriormente ao momento da independência, de forma que as divisões administrativas da colônia sejam reconhecidas como os limites do novo país. Outrossim, o juiz internacional apoia-se de forma conjunta em legislações coloniais, mapas e cartas de governadores das colônias, a fim de aplicar de forma adequada o *utis possidetis*.

Oriundo do passado greco-romano, esse princípio justificou a legitimidade da anexação da rica região da Alsácia-Lorena pelo Império Alemão em 1871. De acordo com declarações da Corte (2007, p. 706), “[...] o princípio do *uti possidetis* manteve seu lugar entre os mais importantes princípios jurídicos em relação a títulos territoriais e delimitação de fronteiras no momento da descolonização”.

Portanto, de forma prática, ao tornar-se independente em 1811, o território da República da Venezuela correspondia àquele fixado no período colonial, assim como o limite entre esse Estado e a Guiana. Por esse motivo, os venezuelanos utilizaram esse argumento a fim de anular as fronteiras definidas em 1899 pelo Laudo Arbitral de Paris.

<https://www.scielo.br/j/seq/a/C6DNqHytRKJzPz6ZvKSLXdx/?lang=pt&format=pdf>
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/12/entenda-porque-o-essequibo-e-da-venezuela>

5.2 Doutrina Monroe

A Doutrina Monroe sintetizou a mudança da política externa norte-americana a partir do pronunciamento do então presidente dos Estados Unidos James Monroe (1817 - 1825) ao congresso em 1823. Popularizada pelo slogan “América para os americanos”, essa doutrina possui como pilares:

1. Garantir o fim da colonização europeia na América
2. Impedir intervenções da Europa em assuntos americanos
3. Comprometer-se a não interferir em conflitos europeus

Nesse viés, observa-se a preocupação dos Estados Unidos na manutenção de sua influência na América Latina e na mitigação da área de influência da Europa nesse continente. Índícios dessa política são observados ainda em 1818 quando, em declaração à Santa Aliança, os Estados Unidos disseram: “não podemos aceitar nem aprovar



interferência para restaurar qualquer parte da supremacia espanhola, em quaisquer das províncias sul-americanas.”

https://www.politize.com.br/doutrina-monroe-o-que-foi-na-politica-externa-dos-eua/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAiA5L2tBhBTEiwAdSxJX2JuCSLLucuiWAw7MqruBdUPNIQHbU9Flojp3qHLkmjsjkVA_0V9txoCfq0QAvD_BwE

https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8848/1/01_A%20Doutrina%20Monroe%20e%20suas%20influ%C3%Aancias.pdf

5.3 Fronteira e território

Fronteira territorial, por definição, é “uma linha que divide ou delimita, separando um país de um território ou de outros países”, podendo ser física (geográfica) ou política. Na política internacional, esse termo caracteriza a delimitação de um Estado Nacional reconhecida internacionalmente, sobre a qual um país possui jurisprudência.

O conceito de fronteira está intimamente relacionado ao termo território que apresenta o espaço geográfico como o lugar em que um povo vive e expressa seu domínio, poder e identidade.

<https://www.significados.com.br/fronteira/>

<https://www.dicio.com.br/fronteira/>

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/conceito-territorio.htm>

5.4 Autodeterminação dos povos

Princípio que rege as relações internacionais ao conferir, aos povos e aos seus respectivos Estados, o direito inviolável de se autogovernarem e de defenderem suas integridades territoriais. Esse direito em prol das relações pacíficas entre as nações, quando reconhecido internacionalmente, institui a soberania, elemento imprescindível para a formação de um país.

<https://www.infoescola.com/direito/autodeterminacao-dos-povos/>

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40400>

6. Histórico do conflito

Os desdobramentos mais recentes do conflito territorial entre a Guiana e a Venezuela em relação à região de Essequibo refletem a tensão crescente entre esses dois países, a qual não possui origem recente, mas remonta ao passado colonial. À medida que as potências europeias do século XVI ampliavam seus domínios territoriais transatlânticos, o continente americano, em especial a América Latina, enfrentava constantes explorações de suas riquezas naturais e dos nativos, os quais comumente eram escravizados.

As regiões que, atualmente, compreendem os territórios da Guiana e da Venezuela não foram nenhuma exceção. No ano de 1522, no cenário das Grandes Navegações europeias, a coroa espanhola oficializou a colonização da Venezuela, sob a liderança do rei Carlos I. Além disso, um ano antes (1521), foi definida a divisão da colônia venezuelana em três províncias:



a província da Venezuela, a província de Trinidad e a província da Guiana, ou seja, a Guiana que futuramente viria a ser um país autônomo era, inicialmente, parte da Venezuela e, por conseguinte, igualmente subordinada à Espanha.

Mais tarde, a região de Essequibo tornou-se palco de disputas entre a Espanha e a Holanda, a qual, em conjunto com os demais Países Baixos, ainda lutava pela sua independência do Reino da Espanha. Esse processo emancipacionista nomeado Guerra dos 80 anos ou Revolta Holandesa (1568 - 1648) coexistiu com a chegada dos Holandeses - então República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, um Estado europeu autodeclarado antecessor a Holanda - à costa da Guiana em 1621. Nesse contexto, membros da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais passaram a adentrar progressivamente essa região, percorrendo o rio Essequibo em direção ao sul.

Paralelamente à Guerra dos 80 anos travada entre Espanha e Holanda, uma série de outros conflitos movidos por interesses religiosos, políticos, econômicos e territoriais adquiriram caráter internacional e mobilizaram a Europa entre 1618 e 1648 em um episódio que ficou conhecido como a Guerra dos 30 anos. Ambas as guerras se deram como encerradas pela Paz de Vestfália que, dentre outras resoluções, reconheceu por intermédio dos Tratados de Munster os territórios da América ocupados pelos holandeses como de suas posses – de modo a incluir o Essequibo como território de domínio neerlandês. Isso não só apaziguou as relações entre a Holanda e a Espanha como efetivou a separação entre a Guiana e a Venezuela, sendo a última mantida sob influência espanhola. Contudo, a ausência da definição de uma fronteira exata pelo Tratado de Munster contribuiu para a continuidade da problemática.

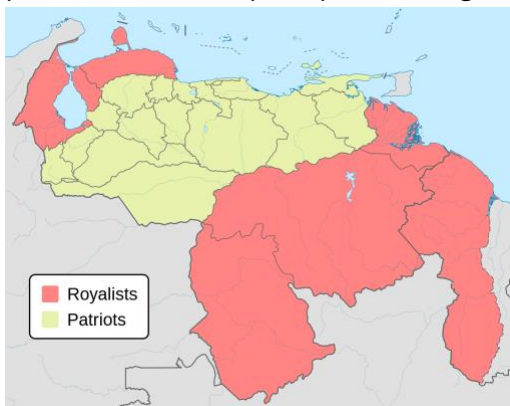
Já no século XVIII, o território guianense foi marcado pela rivalidade entre a Holanda e o Reino Unido, novo personagem do expansionismo europeu na região. O estatuto da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais expirou em 1792, de modo que a Guiana, renomeada como Colônia Unida de Demerara e Essequibo, passou a ficar sob o controle direto do governo holandês, e não mais da Companhia. Em 1795, no contexto das Guerras Revolucionárias da França, os franceses ocuparam a Holanda. Os britânicos declararam guerra à França e em 1796 lançaram uma força expedicionária para ocupar as colônias holandesas. Dessa forma, a Colônia Unida de Demerara e Essequibo ficou controlada pelos britânicos de 1796 até 1802 quando, por meio do Tratado de Amiens – que celebrava uma trégua entre ingleses e franceses –, foi devolvida ao controle holandês. Contudo, a guerra entre a Grã-Bretanha e a França recomeçou em menos de um ano e, em 1803, a colônia sul-americana foi novamente tomada pelas tropas britânicas. A partir desse período, a Guiana permaneceu sob controle inglês até o advento de sua independência, sendo um marco de ocupação definitiva dos britânicos. Com o fim das Guerras Napoleônicas, em 1814, foi assinado entre a Grã-Bretanha e a Holanda o Tratado Anglo-Neerlandês, pelo qual as três colônias – Essequibo, Demerara e Berbice – foram, finalmente, cedidas à Inglaterra. Em 1831, as três uniram-se formando a Guiana Britânica.

Anteriormente a esse xadrez diplomático, a Espanha começara a questionar a exatidão das fronteiras impostas pelo tratado de Munster, reivindicando um território que correspondia a dois terços da Guiana. Oficialmente, em 1777, o Império Espanhol estabeleceu a Capitania Geral da Venezuela em território latino-americano, por meio de um decreto do Rei Carlos III.



Esse documento foi elaborado com o objetivo de unir províncias divididas em termos de política, economia e exército. Dentro dos limites de tal capitania constava o território a oeste do Rio Essequibo. Todavia, a chegada do século XIX inviabilizou um avanço nesse projeto de ocupação e administração, devido às ameaças ao Império Espanhol que estavam vigentes na Europa em razão das já mencionadas Guerras Napoleônicas. Em 1808, após indisposições políticas e militares entre as partes, Napoleão pôs em xeque a coroa espanhola, o que abalou significativamente o controle espanhol sobre todas as suas colônias e viabilizou o início do processo de independência da Venezuela, declarado pela primeira vez por seu Congresso em 1810/1811, bem como de outras colônias espanholas na América.

A partir de 1811, uma longa guerra pela libertação se iniciou entre os venezuelanos patrióticos e as tropas realistas. Ainda na primeira Declaração de Independência da Venezuela, o recém-criado país herdava e reivindicava completamente o território que pertencia de forma documentada e oficial à antiga Capitania Geral, tendo, portanto, o rio Essequibo como a fronteira leste da Primeira República da Venezuela. Essa atitude foi baseada no princípio jurídico *uti possidetis*, o qual determina que, em caso de qualquer disputa, aceita-se como fronteira válida de um território auto-libertado aquela que, no momento da separação, remete às unidades administrativas territoriais ex-coloniais ou às fronteiras de territórios coloniais de Impérios distintos. Não obstante, as tropas realistas suprimiram o povo venezuelano em várias partes e venceram inúmeras batalhas, levando Simón Bolívar, um dos principais líderes do processo revolucionário a se exilar. Simón foi para Curaçao e, depois, para Cartagena, em Nova Granada (atual Colômbia).

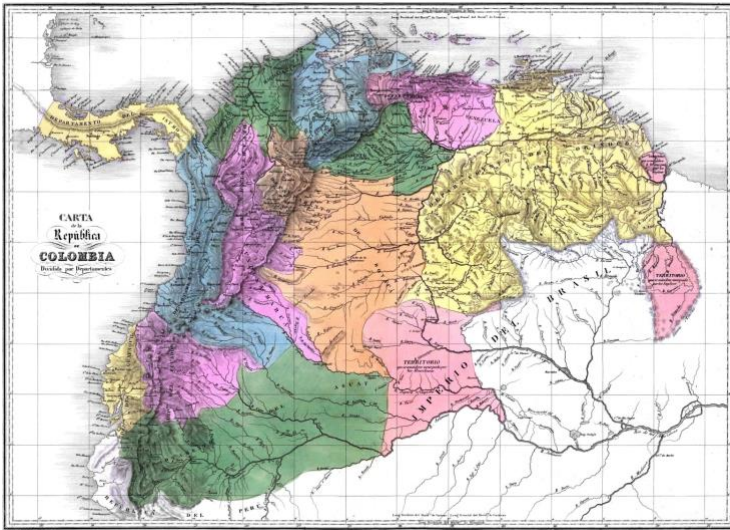


Em Cartagena, ele formou um novo exército e liderou uma pequena tropa que marchou pelo território venezuelano em 1813. Em agosto desse ano, as tropas de Bolívar chegaram a Caracas e, com a nova derrota espanhola, foi inaugurada a Segunda República Venezuelana. No entanto, a guerra contra as forças realistas seguiu, e as forças das tropas de Bolívar enfraqueceram-se. Ele então partiu para Nova Granada em busca de apoio, onde se envolveu com a luta independentista local. Simón Bolívar foi obrigado a refletir sobre a causa dos fracassos anteriores e caminhos para alcançar uma independência duradoura. Suas reflexões levaram-no à conclusão de que, para atingir uma independência sólida, deveria derrotar por completo os espanhóis e assim prevenir recapturas. Para tal, os esforços dispersos e descoordenados de senhores da guerra regionais da América seriam unificados sob um único comando, o que garantiria a independência longínqua de uma grande e poderosa república. A partir disso, nasceu o ideal que levou à construção da Grã-



Colômbia, que visava à formação de uma poderosa nação independente reunindo toda a América Espanhola.

Portanto, em 1819, um congresso reunido na cidade de Angostura, através da Lei Fundamental da República (ratificada posteriormente por sua reunião homóloga em Cúcuta de 1821), definiu a união da Venezuela e Nova Granada em uma só nação sob o nome de República da Colômbia, ao que logo houve adesão do Panamá (1821 e 1822) e do Equador (1822). O termo Grã-Colômbia é empregado pela historiografia para distingui-la da atual República da Colômbia. Essa república existiu legalmente entre 1821 e 1831 e foi criada a partir da união das antigas entidades coloniais do Vice-Reino de Nova Granada, Capitania Geral da Venezuela, Província de Quito e Província Livre de Guayaquil. Seu território correspondia aos territórios das atuais repúblicas da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela (incluindo a Guiana Essequiba); e outros territórios que se tornariam parte do Brasil, Peru e Nicarágua por acordos internacionais celebrados entre estes países e de repúblicas que surgiriam da dissolução da Grã-Colômbia.



Nesse contexto, os colonos britânicos costumavam cruzar o rio Essequibo secretamente, ao que Simon Bolívar protestou em 1822, acreditando que os imigrantes deveriam respeitar a lei da Grã-Colômbia. Em 1825, o Império Britânico reconheceu a independência da República da Colômbia e, assim, a Guiana Essequiba como parte integrante desse estado. Mas o sonho de Bolívar de um Estado com estrutura semelhante à dos EUA não durou muito. A Venezuela declarou independência da Grã-Colômbia em 1830, e o novo Estado definiu seu território no artigo 5 da nova Constituição, que incluía tudo o que havia sido chamado de Capitania Geral da Venezuela.

Logo, nesse momento histórico era evidente que uma mesma porção de território estava em reivindicações do processo de criação da Guiana Britânica – reconhecido pela Espanha, mas por uma Coroa Espanhola que já não detinha controle sobre a nação venezuelana e encontrava-se enfraquecida pelos acontecimentos europeus –, mas também pelos processos de independência da Venezuela, tanto antes da formação quanto depois da separação da Grã-Colômbia. Haja vista a persistente questão fronteiriça e a inexatidão das demarcações apresentadas nos acordos precedentes, as negociações do novo Estado venezuelano com a Guiana Inglesa, com o intuito de estabelecer os limites fronteiriços



entre os dois países, começaram. Então, o explorador prussiano Robert Schomburgk, encarregado da Coroa Britânica, recebeu a missão de fazer um levantamento a respeito da área antes pertencente aos holandeses e de delimitar as fronteiras da colônia inglesa. Índícios históricos apontam que a descoberta de minas de ouro neste território também foi responsável por renovar tais reivindicações territoriais britânicas pela Guiana Essequiba.

Se, até então, nenhuma questão relativa à fronteira havia sido interposta pela Venezuela, após a conclusão dos trabalhos de Schomburgk o histórico conflito fronteiriço entre as duas nações teve seu início. Era desejo do governo britânico, após a conclusão dos trabalhos de Schomburgk, comunicar, aos governos da Venezuela e do Brasil, o ponto de vista inglês a respeito de como deveria ser a fronteira de sua colônia com esses dois países. Feito isso, seriam abertas negociações caso os dois Estados fizessem alguma objeção relativa à linha que fosse traçada como fronteira. Algumas fontes indicam que, na verdade, a linha de Schomburgk da Grã-Bretanha tentou descobrir até que ponto Caracas toleraria as suas tentativas, sendo uma espécie de linha de chantagem de Londres.

Schomburgk, por sua parte, investigou pessoalmente praticamente todo o país e estabeleceu a linha fronteiriça com base nos traços da ocupação holandesa existentes na região. Sua pesquisa foi baseada em relatos dados pelos ameríndios e nas marcas da exploração holandesa da terra (com o cultivo em larga escala de café, por exemplo). Após a conclusão dos trabalhos, Schomburgk desenhou mapas com as coordenadas de sua investigação e os submeteu à apreciação do governo inglês. Esses mapas, posteriormente, chegaram ao conhecimento de brasileiros e venezuelanos que fizeram suas respectivas considerações. No que concerne ao Brasil, a resolução da Questão do Pirara, também existente na região, teve um desfecho relativamente rápido e pacífico.

Durante 1835, foi traçada uma linha através da qual foram anexados 4.929 km de território venezuelano. Já em 1840, Schomburgk modificou o mapa e traçou uma segunda fronteira, segundo a qual a Guiana Inglesa requisitava apoderar-se de 141.930 km do território da Venezuela. Essa atitude da Grã-Bretanha foi severamente protestada por Caracas. O Ministro Fortique pediu ao governo britânico que removesse os marcos fronteiriços em torno da segunda linha de Schomburgk.



Em 1844, Fortique reportou ao governo britânico a primeira reclamação formal indicando que os limites territoriais da República da Venezuela estendiam-se até o rio Essequibo. Sua argumentação era baseada no fato de a Espanha ter sido a primeira descobridora da região, na ideia de que a ocupação holandesa a Oeste do Essequibo era desprezível em termos de escala e que a Grã-Bretanha havia reconhecido a Grã-Colômbia, que incluía toda a antiga Capitania Geral da Venezuela. O governo britânico, na pessoa do Lord Aberdeen, respondeu dizendo que, o fato de terem sido os espanhóis os primeiros a descobrirem a América não tinha relação alguma com a discussão em tela. Aberdeen categorizou ainda que, partindo do princípio da não existência de vestígios de assentamentos espanhóis na região em disputa, a cessão de tais terras seria um ato explícito de perda de soberania por parte da Grã-Bretanha.

No ano de 1877, a Venezuela havia proposto o estabelecimento de um tribunal de arbitragem para que o debate fosse solucionado de forma definitiva. A Grã-Bretanha, todavia, recusava a instituição de tal tribunal, uma vez que julgava não haver motivos para tanto. Ademais, em busca de maior visibilidade para a questão e apoio para enfrentar o Reino Unido, em 1886 um pedido de ajuda da Venezuela foi acatado pelos Estados Unidos que, então, decidiram apoiar a causa venezuelana baseando-se na Doutrina Monroe (América para os Americanos). Em 1895, os Estados Unidos enviaram um pedido formal ao governo inglês solicitando a submissão do contencioso à arbitragem. A Inglaterra, em um primeiro momento, recusou categoricamente o pedido, afirmando que somente as partes envolvidas eram competentes para decidir as medidas cabíveis.

Na segunda metade da década de 1890, foi formada uma Comissão de Fronteira entre Estados Unidos e Venezuela, com o propósito de reunir documentos e todo tipo de informação oficial capaz de esclarecer o desenrolar da colonização da Venezuela e da Guiana, determinando os limites da ocupação de espanhóis e holandeses, com o fim



último de levar a controvérsia a um tribunal arbitral, com pressão norte-americana sobre os britânicos. Destarte, o debate em torno de Essequibo passou a configurar-se como um cenário de projeção de poderes dos Estados Unidos e do Reino Unido, em que a influência dessas potências sobre a América Latina estava em jogo.

Em 1897, Grã-Bretanha e Venezuela assinaram o Tratado de Washington e a Comissão foi dissolvida, pois concluiu-se que seu objetivo havia sido alcançado. Segundo esse Tratado, as partes obrigavam-se a estabelecer um tribunal arbitral internacional e a acatarem sua sentença sem contestações. O tribunal seria composto por cinco participantes, sendo dois delegados escolhidos pela Inglaterra, dois delegados estadunidenses em representação da Venezuela, e um último, russo, que viria a ser o presidente indicado pelos outros quatro já designados e que não “representaria parte alguma”. Um ano após a ratificação do Tratado de Washington, os países submeteram suas alegações para que pudessem ser apreciadas pelo Tribunal. E, no ano de 1899, as delegações britânica e americana reuniram-se em Paris para o início do julgamento.

A mediação pelos EUA mostrou-se infrutífera para os venezuelanos quando, ainda em 1899, o Tribunal decretou o Laudo Arbitral de Paris, uma sentença vantajosa para os britânicos, uma vez que adicionava Essequibo aos seus domínios. A decisão do Tribunal foi conceder à Venezuela o controle total sobre a área disputada na foz do rio Orinoco (Delta Amacuro) e delegar à Grã-Bretanha o controle sobre o restante das terras disputadas a oeste do rio Essequibo (cerca de 90% do território em disputa). Mesmo sendo prejudicada pelo Laudo Arbitral de Paris, a Venezuela acatou o Laudo por ora, já que via-se enfraquecida internamente, além de ter previamente acordado em Washington adotar tal postura.

Cinquenta anos após o estabelecimento do Tribunal, porém, foi publicada, na imprensa venezuelana, um memorando póstumo da autoria de Severo Mallet Prevost – um dos delegados americanos que preparou a defesa da nação hispânica para o Tribunal Arbitral – contendo uma dura crítica ao Laudo de 1899. Segundo Mallet Prevost, o russo De Martens, presidente do Tribunal, também acusado de ser amigo pessoal de membros da família real britânica, teria entrado em uma espécie de acordo político com a delegação inglesa, para que a linha fronteira entre os envolvidos fosse firmada da maneira sentenciada favorável aos ingleses. Ainda no memorando, diz-se que a fronteira foi previamente apresentada aos norte-americanos, representantes judiciais da Venezuela, e fora perguntado se eles concordavam com a demarcação. Se não concordassem, De Martens, então, votaria com os ingleses na linha reclamada pela Inglaterra (definida por Schomburgk e que dava quase 100% do território em disputa aos britânicos). Os juízes norte-americanos, assim, teriam decidido por votar conforme a proposta de De Martens para que a Venezuela não perdesse valiosas porções de terra próximas à foz do rio Orinoco. Vale ressaltar que, à época da publicação de seu memorando, todas as pessoas envolvidas no Tribunal já haviam falecido.

Quando o memorando foi publicado, muitos políticos venezuelanos começaram a utilizar o seu conteúdo para iniciar um movimento alegando que o Laudo de Paris seria nulo e inválido e que a Venezuela deveria reclamar todo o território reivindicado antes da assinatura do Tratado de Washington. Em fevereiro de 1962, o embaixador Carlos Sosa Rodriguez levou a questão às Nações Unidas, marcando a retomada da reivindicação



venezuelana por todo o território a oeste do Essequibo, ao mesmo tempo que alegava a nulidade do laudo de Paris, com base nas denúncias contidas no memorando de Mallet-Prevost. De certo modo, a Venezuela escolheu o momento certo para questionar esta questão na ONU. Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional proclamou como principal objetivo a manutenção da paz e da segurança, bem como o respeito pela igualdade soberana de todos os Estados, independentemente da sua dimensão. Portanto, o discurso do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela diante da XVIII Assembleia Geral da ONU, em 1962, chamou a atenção na comunidade internacional.

Em fevereiro de 1966 foi assinado o Acordo de Genebra, no qual os governos da Venezuela e da Grã-Bretanha admitiram a existência do desacordo quanto à soberania sobre o território da Guiana Essequiba, a qual deveria ser discutida por meio dos procedimentos para soluções pacíficas adotados pelas Nações Unidas. A Grã-Bretanha, com o conhecimento de que se encontrava às vésperas do processo de declaração de independência da Guiana, não exitou em abrir mão da discussão e não requerer mais o território que, caso anexado, tornaria-se posse dos recém-independentes guianenses. Nesse viés, com a Independência da Guiana Britânica, em maio do mesmo ano (1966), o impasse passou a ser tratado diretamente pela Guiana e pela Venezuela, adquirindo urgência nas relações interestatais. A Comissão Mista responsável pelas tratativas do conflito na ONU não conseguiu chegar a um acordo efetivo, o que ficou evidente ao lançarem o relatório final referente ao Acordo de Genebra no ano de 1970.

Com efeito, no mesmo ano, após o término da Comissão Mista baseada no Acordo de Genebra, os presidentes Rafael Caldera (da Venezuela) e Forbes Burnham (da República da Guiana) concordaram com, no Protocolo de Porto de Espanha, uma moratória de 12 anos sobre a reivindicação da Venezuela sobre a Guiana Essequiba. O objetivo era permitir que ambos os governos dialogassem e cooperassem enquanto houvesse a suspensão temporária do inconveniente fronteiriço.

Após 12 anos, em 1982, a Venezuela decidiu não renovar o Protocolo de Porto de Espanha e, conseqüentemente, reativar as negociações bilaterais incorporadas no Acordo de Genebra. No ano seguinte, a Venezuela propôs negociações diretas com a Guiana, enquanto a Guiana sugeriu a resolução da disputa de três maneiras: perante a Assembleia Geral da ONU; perante o Conselho de Segurança da ONU; e perante a Corte Internacional de Justiça. A Venezuela rejeitou as três propostas, considerando o assunto de interesse de dois Estados soberanos e internacionalmente reconhecidos.

Discussões subsequentes entre os dois governos nos termos do Acordo de Genebra eventualmente levaram ambos os governos a um raro consenso: solicitar ao Secretário-Geral da ONU que encontrasse um método para chegar a um acordo. Posteriormente, o Secretário-Geral da ONU, em 1989/1990, nomeou mediadores encarregados de ajudar as partes a escolherem um meio para resolver a disputa, a saber, Sir Alistair McIntyre entre 1989 e 1999; Oliver Jackman entre 1999 e 2007; Norman Girvan entre 2010 e 2014. O último deles, Norman Girvan, morreu em 2014 sem ter conseguido soluções para a disputa territorial. Também não houve novos pedidos das partes na ONU para nomear um novo mediador. Com isso, a questão ficou em aberto durante muitos anos, até 2015, quando a petroleira norte-americana ExxonMobil, com permissão do governo guianense, descobriu



grandes jazidas de petróleo na área reivindicada pela Venezuela, levando a uma nova e recente escalada do entrave territorial sul-americano.

Fontes:

- https://www.academia.edu/36489553/THE_GUAYANA_ESEQUIBA_CONFLICT_KEY_HISTORICAL_FRAMEWORKS_AND_LEGAL_ISSUES
- <https://peacepalacelibrary.nl/blog/2016/essequibo-territorial-dispute-between-venezuela-and-guyana>
- <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/10869/1222>
- <https://web.archive.org/web/20060906213024/http://www.mre.gov.ve/Esequibo/capituloll-010.htm>
- <https://www.icj-cij.org/case/171>
- <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/13264/hoje-na-historia-1811-venezuela-declara-independencia-da-espanha>
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grã-Colômbia>
- <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw120m0k9do>
- 1. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/entenda-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana>
- 2. <https://www.dw.com/pt-br/a-disputa-hist%C3%B3rica-entre-venezuela-e-guiana-pelo-essequibo/a-67440066>
- 3. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Londres_\(1814\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Londres_(1814))
- 4. <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guiana.htm>
- 5. <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/conhecendo-a-venezuela.htm#:~:text=Apesar%20de%20a%20Venezuela%20ter,a%20cidade%20italiana%20de%20Veneza.>
- 6. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/essequibo-entenda-a-historia-da-disputa-entre-reino-unido-guiana-e-venezuela/>
- 7. <https://www.jstor.org/stable/25612212>
- 8. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/entenda-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana>
- 9. <https://www.dw.com/pt-br/a-disputa-hist%C3%B3rica-entre-venezuela-e-guiana-pelo-essequibo/a-67440066>

7. Posicionamento da ONU

Declaração do porta-voz do Secretário-Geral sobre a controvérsia fronteiriça entre a Guiana e a Venezuela

“A controvérsia fronteiriça de longa data entre a República Cooperativa da Guiana e a República Bolivariana da Venezuela surgiu em resultado da alegação venezuelana de que a decisão arbitral de 1899 sobre a fronteira entre a Guiana Britânica e a Venezuela é nula e sem efeito. No Acordo de Genebra de 1966, a Guiana e a Venezuela conferiram ao Secretário-Geral o poder e a responsabilidade de escolher um meio de resolução pacífica dentre os previstos no artigo 33o da Carta das Nações Unidas. O Acordo de Genebra prevê igualmente



que, se o meio assim escolhido não conduzir a uma solução da controvérsia, o Secretário-Geral deve escolher outro meio de resolução.

O antigo Secretário-Geral Ban Ki-moon comunicou às partes, em 15 de dezembro de 2016, um plano para a resolução da controvérsia fronteiriça, com base nas suas conclusões sobre quais seriam as próximas etapas mais adequadas. Nomeadamente, concluiu que o Processo de Bons Ofícios, que tem sido conduzido desde 1990, continuaria por um último ano, até ao final de 2017, com um mandato de mediação reforçado. Chegou também à conclusão de que se, até ao final de 2017, o seu sucessor, o Secretário-Geral António Guterres, concluísse que não tinham sido feitos progressos significativos no sentido de se chegar a um acordo completo para a resolução da controvérsia, escolheria o Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) como o próximo meio de resolução, a menos que os Governos da Guiana e da Venezuela solicitassem conjuntamente que se abstivessem de assim fazer.

No início de 2017, o Secretário-Geral Guterres nomeou um representante pessoal, Dag Halvor Nylander, que se empenhou em intensos esforços de alto nível para procurar uma solução negociada para a controvérsia. O Secretário-Geral analisou cuidadosamente a evolução do processo de bons ofícios em 2017 e concluiu que não se registaram progressos significativos no sentido de se chegar a um acordo completo para a resolução da controvérsia. Por conseguinte, o Secretário-Geral cumpriu a responsabilidade que lhe incumbe no plano estabelecido pelo seu antecessor em dezembro de 2016 e escolheu o Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) como o meio a ser utilizado para a resolução da controvérsia.

Ao tomar esta decisão, o Secretário-Geral chegou também à conclusão de que a Guiana e a Venezuela poderiam dar continuidade ao uso dos bons ofícios das Nações Unidas através de um processo complementar estabelecido com base nos poderes do Secretário-Geral ao abrigo da Carta das Nações Unidas.

O Secretário-Geral, em conformidade com os princípios das Nações Unidas, continua empenhado em acompanhar ambos os Estados na sua tentativa de ultrapassar as suas divergências no que diz respeito a esta controvérsia fronteiriça.

Stéphane Dujarric, porta-voz do Secretário-Geral”

Declaração traduzida do texto oficial das Nações Unidas sobre o conflito.

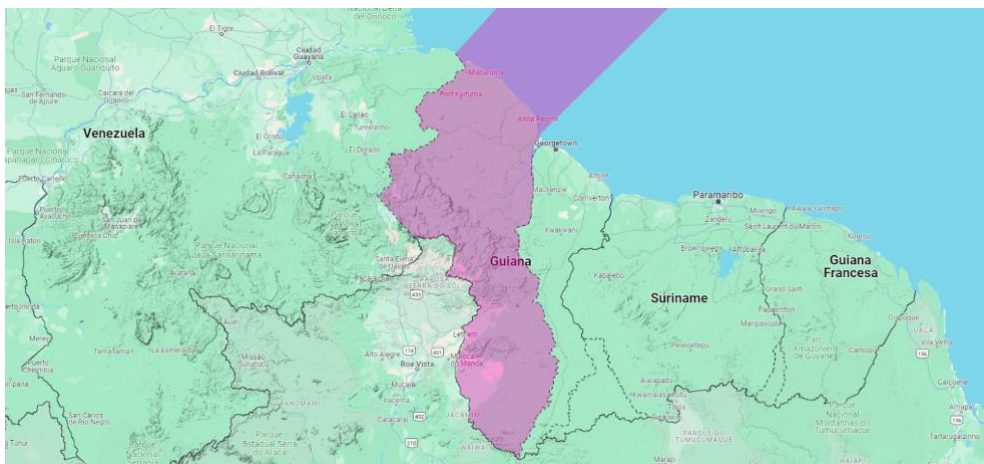
- Texto na íntegra: www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2018-01-30/statement-attributable-the-spokesman-for-the-secretary-general-the-border-controversy-between-guyana-and-venezuela-scroll-down-for-spanish-version



8. Atualidades

8.1 O que é Essequibo, exatamente?

Essequibo é o nome dado a uma região do Planalto da Guiana que corresponde a algo em torno de 70% do território reivindicado pela atual República Cooperativista da Guiana, herdada da antiga Guiana Britânica. Essa porção territorial é composta majoritariamente por uma selva tropical, pouco explorada e pouco habitada, mas que possui reservas de petróleo em suas águas referentes, além de gás, ouro, diamante e outros minerais em seu subsolo. Tanto a Mina de ouro de Omai, importante fonte de renda da Guiana, como os Rios Cuyuní e Potaro, com grande potencial hidrelétrico, localizam-se em Essequibo. Ademais, a região encontra-se bem próxima do Arco Mineiro do Orinoco, na Venezuela, que possui grandes reservas de ouro e fora conseguido pelos venezuelanos a partir do Laudo Arbitral de Paris.



Portanto, é seguro afirmar que as riquezas de Essequibo têm expressiva participação nas reivindicações e nas tensões entre a Venezuela e a Guiana - que se avivaram com um anúncio feito pela empresa privada dos Estados Unidos, ExxonMobil. Em 2015, a multinacional revelou ter encontrado mais de 90 metros de reservatórios de arenito contendo petróleo de alta qualidade na costa da Guiana, na porção do Oceano Atlântico intrínseca à margem continental de Essequibo. Desde então, mais de 11 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) em reservas recuperáveis foram descobertas na região. Vale ressaltar que o petróleo encontrado nessa bacia é de maior qualidade e requer menos refino do que o óleo que se encontra nas águas pertencentes à Venezuela [\[1\]](#) [\[2\]](#) [\[3\]](#).

8.2 O caso na Corte Internacional de Justiça (CIJ)

Até o ano de 2017, as tratativas do Acordo de Genebra (1966) na ONU ainda estavam sendo encaminhadas pelo Secretário Geral por meio da nomeação de mediadores. Ao fim desse ano, o Secretário, contudo, reconhecendo um déficit no avanço da questão através da mediação, nomeou que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) assumiria os processos de resolução, ao menos que Venezuela e Guiana concordassem em não fazer ou em assumirem, entre si, um meio de resolução em conformidade com os bons ofícios das Nações Unidas.



Destarte, em 29 de março de 2018, a República Cooperativa da Guiana iniciou um procedimento perante a Corte Internacional de Justiça buscando reconhecer a validade do Laudo Arbitral de 1899, e, portanto, a intangibilidade de sua fronteira e território. Em 18 de junho de 2018, a Venezuela declarou que considerava que o Tribunal não tinha competência para apreciar o caso e que a Venezuela não participaria do processo. A partir disso, a Corte iniciou um processo para investigar, primeiramente, se julgava possuir jurisdição sobre o caso.

Em decisão de dezembro de 2020, procedimento no qual a Venezuela decidiu não participar, a Corte Internacional de Justiça, por 12 votos a 4, entendeu possuir sim jurisdição sobre o caso em virtude da decisão do Secretário-Geral, pois os Estados da Guiana e Venezuela reconheceram, ao assinar o Acordo de Genebra de 1966, que o caso poderia ser submetido a processos de justiça internacionais.

Com efeito, a Venezuela mudou sua atitude em relação ao processo e resolveu participar e apresentar suas defesas – isto é, objeções preliminares à jurisdição da Corte –, afirmando ser o pedido da Guiana inadmissível em virtude da ausência de uma terceira parte diretamente interessada na controvérsia: o Reino Unido, por estar diretamente ligado ao Laudo Arbitral de 1899.

Embora tenha declarado admissível a objeção da Venezuela, a Corte não deu a ela razão. Em decisão de abril de 2023, a Corte Internacional de Justiça entendeu que “a prática das partes do Acordo de Genebra demonstra sua concordância de que a disputa poderia ser resolvida sem o envolvimento do Reino Unido”. Com os trâmites concluídos em relação à própria competência do Tribunal e ao envolvimento ou não do Reino Unido, a Corte se permitiu avançar nos julgamentos referentes ao pedido da Guiana, iniciado em 2018. Nenhuma decisão oficial do processo foi publicada desde então, mas as tensões sobre Essequibo aumentaram após uma convocação de referendo na Venezuela [\[4\]](#) [\[5\]](#).

8.3 O Referendo Venezuelano

Em outubro de 2023, o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, anunciou que seria realizado, no país, um referendo para consultar a população em relação à questão fronteira de Essequibo. Jorge declarou: “É uma iniciativa de justiça, de reivindicação pacífica daqueles que são os direitos inalienáveis que a República da Venezuela tem sobre o território da Guiana Essequiba. Ninguém duvida que os limites da Venezuela foram estabelecidos e devem ser respeitados muito antes da flagrante tentativa de roubo perpetrada em 1899 com uma decisão arbitral viciada” [\[6\]](#).

O referendo foi submetido à votação da população venezuelano no mês de dezembro, contando com cinco perguntas, todas referentes à questão fronteira de Essequibo e todas respondidas com mais de 95% de aprovação entre a população, de acordo com dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano.

A primeira pergunta era referente a “rechaçar, por todos os meios legais, a atual fronteira entre os dois países”. A segunda, falava em “reconhecer o Acordo de Genebra, de 1966, como único instrumento para resolver a controvérsia”. A terceira, por sua vez, era sobre “não reconhecer a jurisdição da Corte Internacional de Justiça, em Haia, como definido pela



Organização das Nações Unidas (ONU), para resolver a questão”. A quarta perguntava se apoiavam “opor-se, por todos os meios legais, ao uso dos recursos do mar pela Guiana enquanto a questão da fronteira não for definitivamente resolvida”. Por fim, a quinta e última pergunta era referente a “aceitar a incorporação oficial de Essequibo ao mapa da Venezuela e concessão de cidadania e documento de identidade aos mais de 120 mil guianenses que vivem no território” [7].

A Guiana considerou o referendo “provocativo, ilegal, inválido e sem efeito legal internacional” e afirmou não ter dúvidas sobre a validade do Laudo Arbitral de 1899, que estabeleceu a atual fronteira entre os dois países, afinal o levou à CIJ para aprovação. Nesse sentido, a realização do referendo na Venezuela foi uma demonstração para a comunidade internacional pela nação bolivariana de que está disposta a acirrar a luta pelo território. Contudo, os métodos utilizados com esse fim ainda permanecem sem perspectiva, pois o referendo não fala explicitamente em anexação militar, e nem o governo venezuelano deu declarações claras sobre a possibilidade, por enquanto lidando com a diplomacia. Todavia, essa demonstração de interesse gerou reações na Guiana, em seus aliados, nos países detentores de multinacionais que exploram petróleo no Essequibo e nos vizinhos fronteiriços de ambas nações.

8.4 Reuniões posteriores

Após o maior tensionamento internacional gerado pelo referendo da Venezuela, algumas reuniões entre representantes dos vizinhos envolvidos aconteceram, com a tentativa de apaziguar os ânimos e permitir um maior canal de comunicação entre as partes. Em 14 de dezembro ainda de 2023, os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, prometeram não fazer ameaças e nem o uso de força de um país contra o outro, quando se encontraram em São Vicente e Granadinas, em reunião convocada pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). A presença dos dois líderes na reunião foi fruto de alguns meses de mediação interna do governo cubano [8]. Ao fim da reunião, um texto de três páginas foi veiculado, no qual ambos se comprometeram a:

- Não se ameaçar ou usar a força um contra o outro em quaisquer circunstâncias, incluindo aquelas decorrentes de quaisquer controvérsias existentes entre os dois países;
- Resolver quaisquer controvérsias entre os dois países de acordo com o direito internacional, incluindo o Acordo de Genebra;
- Abster-se, seja por palavras ou por atos, de agravar qualquer conflito ou discordância entre os dois países;
- Estabelecer uma comissão conjunta de ministros e técnicos dos dois países para tratar do assunto;
- Reunir-se no Brasil nos próximos três meses ou em outra data mutuamente acordada para tratar de assuntos relacionados a Essequibo [9].

Posteriormente, ministros da Venezuela e Guiana voltaram a se encontrar e conversar sobre o assunto em Brasília, no Palácio do Itamaraty, na data de 25 de janeiro de 2024. Mais uma vez, ficaram comprometidos os esforços de reconhecer as diferenças de lado a lado, e seguir dialogando [10]. Ainda ficou acordada a formação de uma Comissão Conjunta de Relações Exteriores entre os países, com ministros de relações exteriores e técnicos de



ambas as partes. A comissão deverá tratar de assuntos mutuamente acordados, e uma atualização será apresentada aos presidentes da Guiana e da Venezuela dentro de três meses [11].

9. Resumo: Linha Temporal

- **1522:** Ocupação espanhola na região da Venezuela e Guiana
- **1568:** Início da Guerra dos 80 Anos, conflito de secessão entre Países Baixos e Espanha
- **1621:** Concessão neerlandesa para a CHIO explorar o território de Essequibo (Início da ocupação holandesa)
- **1648:** Reconhecimento nos Tratados de Munster para o domínio holandês sobre a Guiana (sem fronteira rígida)
- **1777:** Declaração da Capitania Geral da Venezuela (declarada pela Coroa Espanhola com o Rio Essequibo como fronteira leste da colônia)
- **1796:** Ocupação das colônias holandesas (incluindo a Guiana) pelos britânicos no contexto de ocupação francesa na Holanda
- **1802:** Tratado de Amiens (devolução da Guiana aos holandeses)
- **1803:** Nova ocupação da Guiana pelos britânicos
- **1810/1811:** Primeira Declaração de Independência da Venezuela
- **1813:** Segunda Declaração de Independência da Venezuela
- **1814:** Tratado Anglo-Neerlandês (transferência das colônias de Essequibo, Demerara e Berbice para a Grã-Bretanha)
- **1819:** Proclamação da Grã-Colômbia (incluindo a Guiana Essequiba)
- **1825:** Reconhecimento da Grã-Colômbia pela Grã-Bretanha
- **1830:** Separação da Venezuela da Grã-Colômbia
- **1831:** Criação da Guiana Britânica unindo Essequibo, Demerara e Berbice (portanto, fronteiras inexatas entre Venezuela e Guiana Britânica)
- **1840:** Primeira Linha Schomburgk
- **1844:** Reclamação Formal da Venezuela à Grã-Bretanha devido aos limites impostos
- **1890:** Comissão formada entre Estados Unidos e Venezuela para recolhimento de documentos fronteiriços
- **1897:** Tratado de Washington: Venezuela e Inglaterra aceitam levar a questão ao Tribunal Internacional
- **1899:** Laudo Arbitral de Paris
- **1949:** Memorando de Mallet Prevost: Acusação de fraude no Laudo Arbitral de Paris
- **1966:** Tratado de Genebra e Independência da Guiana Britânica
- **1970:** Protocolo de Porto de Espanha - adiamento das tratativas em 12 anos
- **1982:** Venezuela não renovou o Protocolo de Porto de Espanha e reativou as tratativas bilaterais
- **1989-2014:** Nomeação de mediadores para o conflito pelo Secretário Geral da ONU. Todas as mediações fracassaram;
- **2015:** Descoberta de enormes jazidas de petróleo em Essequibo pela empresa norte-americana Exxon Mobil;
- **2017/2018:** O Secretário Geral das Nações Unidas nomeou a Corte Internacional de Justiça para dar prosseguimento às tratativas da controvérsia;



- **2018:** Guiana entra com reclamação na CIJ para julgar a validade do Laudo Arbitral de Paris. Venezuela declara não reconhecer que a CIJ tem competência para o julgamento do caso;
- **2020:** CIJ lança decisão em que considerou possuir competência para a jurisdição do caso. Venezuela requisita a participação de uma terceira parte no processo, o Reino Unido;
- **2023:** CIJ lança decisão em que afirma não ser necessária a participação do Reino Unido para a validade do julgamento;
- **Novembro a Dezembro de 2023:** Anúncio e realização de referendo consultivo na Venezuela sobre a incorporação de Essequibo ao país;
- **Dezembro de 2023 a Janeiro de 2024:** Reuniões com representantes da Venezuela e da Guiana aconteceram e, nessas, ambos países se comprometeram a não fazer uso da força.

10. Definição do Problema

O tema de discussão proposto por este comitê, sintetizado na frase temática “**Venezuela e Guiana: tensões geopolíticas e a influência externa na América Latina**”, é uma proposição que, para além do debate em torno do acirramento de tensões recentes entre Venezuela e Guiana em relação à região de Essequibo, visa também a uma reflexão profunda sobre as raízes históricas da formação da América Latina, colocando enfoque no papel desempenhado pelo longo processo de colonização do continente, pelas ações de influência, interferência e imperialismo praticada pelas potências e também pelas dissidências e tensões internas entre os países vizinhos.

Nesse sentido, são considerados elementos centrais de debate e objetivos fundamentais das discussões a serem realizadas neste comitê:

1. O entendimento do **processo colonizatório** praticado pelos impérios europeus nas Américas, com o objetivo de se discutir os efeitos sociais, políticos e civilizatórios causados por suas práticas de escravização, comércio colonial, ocupação territorial e manipulação de fronteiras. Além disso, as formas de se revogar, atenuar, ou modificar as influências desse processo nas sociedades atuais, com o intuito de que o povo americano encontre oportunidade de traçar seus próprios rumos;
2. As formas com que **potências estrangeiras, empresas multinacionais e órgãos multilaterais atuaram, atuam e irão atuar decisivamente nos rumos da dissidência fronteiriça** em relação à região do Essequibo;
3. Outros exemplos históricos de **influência externa**, política e econômica, em países do continente latino-americano, a fim de discutir o atual status de liberdade que, sobretudo, os países com menor capital político, detêm na geopolítica regional e global;
4. Os efeitos diretos em relação à **estabilidade econômica, política e social** que o acirramento de tensões entre Venezuela e Guiana provocam no continente, bem como formas de se **solucionar** o entrave em questão de maneira a diminuir a instabilidade e promover o bem-estar e a paz nos territórios americanos;



5. As **situações socioeconômicas** às quais as **populações**, sobretudo **venezuelana e guianense**, estão submetidas, em razão de seus sistemas políticos, eleitorais, econômicos e de política externa;
6. As avaliações jurídicas e históricas referentes aos **documentos acumulados e processos internacionais** que dizem respeito à tratativa de Essequibo entre os países envolvidos;
7. As **explorações de recursos naturais**, sobretudo de **Petróleo**, praticadas no continente por empresas nacionais estatais e por empresas multinacionais continentais e intercontinentais;
8. As causas e possíveis efeitos do potencial crescimento da **presença e atuação militar no continente**;
9. A atual situação dos **povos indígenas originários** do continente, não só frente aos territórios venezuelano e guianense, bem como em toda a América Latina.
10. Ao papel da **OEA**, das **Nações Unidas** e de todos os órgãos multilaterais comprometidos com a paz em relação à observação, acompanhamento e ações decisivas para com a problemática de Essequibo;
11. O status de **união dos países latino-americanos** e as **estruturas de integração** vigentes e potenciais dentro da região;
12. As **ações**, intervencionistas ou de cooperação, **dos principais líderes regionais**, com destaque para os Estados Unidos da América e para o Brasil.

11. Status das delegações na simulação

Membros da OEA (Delegações com direito a voto):

1. Estado Plurinacional da Bolívia
2. Estados Unidos da América
3. República Argentina
4. República Cooperativista da Guiana
5. República da Colômbia
6. República de Trindade e Tobago
7. República do Chile
8. República do Equador
9. República do Panamá
10. República do Paraguai
11. República do Suriname
12. República Federativa do Brasil
13. República Oriental do Uruguai
14. República Bolivariana da Venezuela (será considerada membro atual da OEA)
15. República de Cuba (será considerada membro atual da OEA)

Delegações convidadas:

1. Federação da Rússia (observador temporário)
2. Países Baixos (observador permanente)
3. Reino da Espanha (observador permanente)
4. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (observador permanente)



5. Representante da empresa ExxonMobil (observador temporário)
6. Representante da OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (observador temporário)
7. República Francesa (observador permanente)
8. República Popular da China (observador permanente)

12. Posicionamentos dos jornais

12.1 THE WASHINGTON POST

Na OEA, o Washington Post segue uma linha editorial que confronta a Venezuela, e questiona, sobretudo, seus fundamentos eleitorais, além de tendenciar o tema para um viés de anexação. Os jornalistas desse jornal devem construir suas perguntas e pautas conforme esses ideais.

O The Washington Post é um jornal estadunidense, com sede em Washington DC, capital dos Estados Unidos. É um dos maiores jornais do país norte-americano e um dos mais tradicionais desde a sua criação em 1877. Seu foco é cobrir temas relacionados à política nacional e internacional. O jornal também possui diversas colunas de opinião, em que são possíveis de encontrar artigos e charges sobre os mais variados temas.

Seu posicionamento é em defesa da democracia e possui um viés liberal, dentro dos moldes ocidentais. O proprietário do jornal é o bilionário estadunidense Jeff Bezos, também dono da Amazon. O The Washington Post não recebe qualquer patrocínio do governo estadunidense e defende a liberdade para o fazer jornalístico. Em suas charges e tirinhas é possível encontrar produções com críticas à diversas nações, em sua maioria àquelas que vivem sob regimes ditatoriais.

Figura: Crítica ao Hamas e a prática de escudos humanos com mulheres e crianças por parte do grupo.



“Como Israel ousa em atacar civis...”



12.2 SPUTNIK

O Sputnik interessa-se em denunciar a exploração de petróleo na região por parte das empresas norte-americanas. Além de evidenciar o imperialismo estadunidense na região, o jornal também busca denunciar ações do Reino Unido e outros adversários históricos do bloco russo.

O jornal Sputnik é uma agência de notícias lançada pelo governo russo, operada pela empresa estatal Rossiya Segodnya, sendo um jornal de cobertura internacional, possuindo filiais em diversos países como por exemplo, o Sputnik Brasil no território brasileiro que faz a cobertura da política nacional.

O Sputnik cobre notícias políticas e econômicas globais direcionadas a um público internacional. Os serviços trabalham em mais de 30 idiomas e em mais de 34 países, atingindo um número total de visitantes ao website de mais de 54 milhões de pessoas ao redor do globo, se estabelecendo como uma grande mídia internacional

O posicionamento do jornal é forte e preciso, sendo geralmente visto como tendo uma inclinação pró-governo russo, refletindo em grande parte as perspectivas do governo. Como consequência dessa inclinação, por vezes suas matérias exibem conteúdo com visão favorável das ações e políticas da Rússia, com, por vezes, adotando certa criticidade em relação aos países ocidentais.

O Sputnik é alvo de ataques por parte do Ocidente por ser considerado por alguns uma ferramenta de governo russo para propaganda no exterior e por ser um jornal considerado "anti-ocidental". Para exemplificar a dualidade russo-americana é interessante comentar que em 2017 a rede norte-americana Twitter, hoje conhecida como "X", bloqueou anúncios publicitários na conta de comunicação do Sputnik devido a suspeitas de uma possível interferência na eleição do país americano.

Figura: A página de erros do Sputnik Brasil exemplifica bem o posicionamento anti-ocidental do jornal controlado pela estatal russa:





Figura: Charge que exemplifica críticas à OTAN (A Organização do Tratado do Atlântico Norte):





13. Posicionamentos dos países

13.1 Guiana



A oficial República Cooperativa da Guiana é país localizado ao norte da América do Sul, de língua inglesa, histórico colonial que remete aos impérios Holandês e Britânico e, atualmente, com a terceira menor extensão territorial e segunda menor população do subcontinente, algo entre 770 e 800 mil habitantes [1]. A Guiana tem uma história marcada por intensos fluxos migratórios e lutas sociais. Africanos, chineses, indianos, portugueses e colonizadores europeus (ingleses, holandeses e franceses) chegaram em grande número e se dedicaram a distintas atividades. Apenas para dimensionar esse fluxo, estimativas apontam que cerca de 43% da população guianense é descendente de indianos do leste, fato único em um país do continente. A Guiana é um dos países etnicamente mais diversificados da região.



História da Guiana

Os primeiros colonizadores a chegar à região da atual Guiana foram os espanhóis, em 1499. Logo, eles tiveram de enfrentar a concorrência dos holandeses, que lá chegaram no século XVI. Em 1616, os holandeses construíram seu primeiro forte, na província de Essequibo, que serviria também de entreposto comercial, administrado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Nesse período, a produção local era predominantemente de tabaco e açúcar, ambos para exportação. Em 1657, começaram a chegar escravos africanos para as lavouras de cana-de-açúcar.



Em meados do século XVIII, os holandeses empenharam-se em construir sistemas de drenagem na costa, fato que possibilitou a expansão da área cultivável, atraindo colonos ingleses das ilhas caribenhas vizinhas. No fim do século XVIII, a população de origem britânica já era maior que a holandesa, quando a Holanda foi invadida pelos franceses. Os holandeses, em 1795, pediram aos ingleses que administrassem as suas colônias na região, pois temiam perdê-las para os franceses devido ao enfraquecimento. No período de 1796 a 1814, o controle colonial da Guiana mudou quatro vezes de mãos. Em 1814, finalmente, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice foram oficialmente cedidas à Inglaterra pelo tratado anglo-holandês, formando o que mais tarde foi chamada de Guiana Britânica ou Guianas Britânicas.

Sobre o domínio colonial inglês, mais mudanças vieram nos anos 1820 e 1830, onde houve declínio nas culturas de tabaco e cana-de-açúcar e na exploração do trabalho escravo. A abolição da escravidão aconteceu em 1834, seguida pela chegada de imigrantes europeus, como foi comum nas colônias americana. Portugueses vieram na década de 1880 e estabeleceram-se nas cidades, onde desenvolviam atividades ligadas ao comércio. Imigrantes do leste indiano chegaram entre 1840 e 1917, totalizando 240 mil e dedicando-se ao cultivo de cana e arroz. Os chineses, em menor número, somando apenas 14 mil, também se fixaram nas cidades. Ao todo, a Guiana recebeu cerca de 300 mil imigrantes.

Os negros ex-escravizados, por sua vez, se agruparam em comunidades semi-independentes constituídas em antigas lavouras, no interior, e trabalharam também na mineração da bauxita. No início do século XX, houve a migração interna da população rural para as cidades, principalmente desses escravos libertos. Os brancos latifundiários de origem europeia continuaram hegemônicos economicamente, mas, em 1905, tiveram de enfrentar a primeira grande manifestação operária. A seguir rebelaram-se também os soldados de origem afro-guianense que serviram nas fileiras inglesas durante a Primeira Guerra Mundial. Aos poucos, formou-se um movimento anticolonialista, unindo os descendentes de negros e os indianos.

Em 1943, a Guiana Inglesa conquistou o estatuto de “Colônia da Coroa”, início do processo de emancipação política. Em 1950, foi fundado o Partido Progressista do Povo (PPP), com representantes de todas as minorias sociais do país, como negros e indianos, com exceção dos descendentes indígenas. A estrutura do partido e o programa de governo eram inspirados no jamaicano Partido Popular Nacional (PPN), focando em duas diretrizes básicas: a independência da Inglaterra e a formação de uma sociedade socialista. Em 1953, foram realizadas eleições com a “permissão” da metrópole. O PPP conquistou muitas cadeiras e elegeu o primeiro-ministro, Cheddi Jagan. Nesse mesmo ano, foi aprovada uma nova Constituição, instituindo o sufrágio universal e um sistema ministerial. Em outubro, porém, os ingleses, incentivados também pelos americanos, suspenderam a Constituição, enviaram tropas, dissolveram o PPP e prenderam seu líder e primeiro-ministro, sob a alegação de que ele pretendia levar a Guiana ao comunismo. Apesar dos esforços, Jagan venceu as próximas eleições, reassumindo um governo debaixo de severo controle dos britânicos. Mesmo assim, foi implantado um plano de desenvolvimento nos moldes dos planos quinquenais soviéticos.



Cheddi Jagan venceu de novo em 1961, defendendo abertamente a descolonização. Em carta reservada às autoridades inglesas, os Estados Unidos afirmaram que seria intolerável a independência sob o governo de Cheddi Jagan e pediu aos britânicos que tomassem uma providência. Estes, contudo, não viam como destituir um governo democraticamente eleito. Além disso, a Guiana passara a representar um peso para o orçamento inglês. Os Estados Unidos tampouco se dispuseram a invadi-la, pois eram altos os custos de uma invasão, tanto em termos financeiros como em efetivos, e a sua atenção estava voltada à crise dos mísseis de Cuba. O caminho foi fomentar conflitos raciais e disputas de poder internas no PPP, entre descendentes de negros e indianos, causando uma divisão no partido. Os afro-guianenses, tendo como líder Linden Burnham, criaram então o Congresso Nacional do Povo (CNP). Já os descendentes de indianos, em sua maioria camponeses, continuaram fiéis a Cheddi Jagan e ao PPP.

Em 1963, a Inglaterra “permitiu” novas eleições, mas impôs condições que visavam a impedir a reeleição de Cheddi. No pleito de dezembro do ano seguinte, o PPP obteve 45,8%, o CNP, 40,5%, e a conservadora Força Unida (FU), formada por descendentes de portugueses, 12,4%. O CNP e a FU formaram uma aliança no Legislativo e levaram Linden Burnham ao poder. Ele dizia defender um “socialismo ao estilo escandinavo”. A Grã-Bretanha finalmente reconheceria a independência da Guiana em 26 de maio de 1966, incorporando o país à Commonwealth. Apesar do discurso inicial menos conflitante com Estados Unidos e Inglaterra, Linden Burnham adotou uma política hostil às duas potências, proclamando, em 1970, a República Cooperativa da Guiana. Criticando a economia de mercado, defendia a planificação e o chamado “socialismo cooperativo”. Ele nacionalizou a bauxita e as indústrias madeireira e açucareira, fazendo com que o Estado controlasse 75% da produção do país. A Guiana obteve a autossuficiência agrícola e desenvolveu a exploração de petróleo. Na política externa, Linden Burnham procurou minimizar a influência das potências aderindo a organizações como Caricom, e estabelecendo alianças com países socialistas, entre eles, Cuba. A guinada à esquerda com Linden Burnham foi possível porque as atenções das potências estavam mais voltadas para a Ásia do que para os países mais pobres da América Latina.

Em 1985, Linden Burnham faleceu, deixando o cargo de primeiro-ministro para Hugh Desmond Hoyte. No mesmo ano, seu sucessor convocou eleições, vencidas por seu partido. O novo primeiro-ministro, contudo, iniciou seu governo mudando radicalmente a política econômica, ao adotar um programa bem diferente ao de seu antecessor. Isso foi feito sob tutela do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com políticas que se baseavam no incentivo ao investimento estrangeiro, na renegociação com credores internacionais, no ajuste fiscal, nas privatizações, nas concessões de exploração de bauxita a empresas norte-americanas e do ouro a empresas canadenses. Iniciou-se, assim, a transição de um intenso controle estatal para um espectro do neoliberalismo.

Em 1986, formou-se uma coalizão da oposição, contando com o PPP e com a FU, denominada Coalizão Patriótica pela Democracia. Os partidos boicotaram as eleições e, posteriormente, abandonaram suas cadeiras no Parlamento, alegando fraude e deixando o CNP como único partido com representação no Legislativo. Em resposta aos protestos, Desmond Hoyte anunciou que voltaria a aplicar a política de cooperativas. Durante a década de 1980, o PIB do país caiu muito, em parte graças à deterioração das condições



externas, como o choque do petróleo e a queda da exportação de *commodities*. O ambiente externo altamente desfavorável e a aplicação de reformas neoliberais de cunho recessivo causaram o rápido aumento do desemprego e da pobreza, que chegou a atingir 80% da população, provocando o êxodo de 212 mil guianenses entre 1989 e 1992. O pior era que a maioria dos exilados econômicos era composta por profissionais qualificados, deixando a mão de obra do país cada vez mais fraca. A crise contribuiu também para o aumento do endividamento, que atingiria um montante seis vezes maior que o PIB.

Sob intensa insatisfação, o PPP voltou a vencer as eleições em 92. De volta ao poder, Cheddi Jagan permitiu o treinamento de tropas norte-americanas no país e sua colaboração no combate ao narcotráfico, retomando também as negociações com o FMI para flexibilizar os programas de ajuste. Assim, o ano de 1996 foi marcado pela conquista do perdão da dívida externa. Em março de 1997, Cheddi Jagan faleceu e, nas próximas eleições, sua viúva tornou-se primeira-ministra, mas que também deixou o cargo em 99, alegando problemas de saúde.

Bharrat Jagdeo, que era ministro da fazenda, descendente de indianos, assumiu o cargo em meio a críticas, pois não teria sido respeitada a ordem sucessória prevista pela Constituição. Em 2001, foi convocada nova eleição e Jagdeo conseguiu ampla maioria de votos. No governo, ele passou a implantar as políticas de livre mercado, mais uma vez. Apesar do forte desemprego e da pobreza, o crescimento econômico provocado principalmente pela retomada das exportações e da valorização das *commodities* conseguiu arrefecer a insatisfação popular geral. Em que pese o alívio interno, o fronte externo chegou ao fim do século XX agravado por dois novos contenciosos: a Venezuela, em 2000, com Hugo Chávez, reiterou o pedido de posse sobre a região de Essequibo, criticando também o anúncio da construção de uma base de foguetes por companhia norte-americana na área disputada. Outrossim, o Suriname também começaria a reivindicar parte da plataforma oceânica guianense supostamente rica em petróleo. A Guiana virou o século marcada por fortes contrastes. A taxa de mortalidade infantil se encontrava entre as mais altas da região, mas, por outro lado, o analfabetismo era praticamente inexistente.

Em 2015, o Partido Progressista do Povo (PPP) somava vinte anos ininterruptos no poder. A legenda desfrutava de grande popularidade na comunidade hindu, que exerce grande influência cultural e política na Guiana e compõe a maior parte da população. Hoje, a Guiana é um dos países mais pobres da América Latina. Isso explica algumas atitudes que acabam ferindo a soberania plena do país, como a do presidente Jagdeo, de 2007, que requisitou que a Inglaterra assumisse a guarda das florestas da Guiana, em troca de financiamento para o desenvolvimento do país. A oferta chegou a ser discutida no Parlamento, mas não houve uma resposta oficial. Desde 2009, a Guiana começou a se fortalecer com algumas parcerias bilaterais importantes com o Brasil, líder na região e, em 2013, o país passou a integrar o bloco econômico do Mercosul. Todavia, a situação econômica do país permaneceu, em linhas gerais, em baixa [2].



O recente crescimento e a exploração de petróleo

A situação econômica tem mudado drasticamente, sobretudo desde 2015, quando a empresa norte-americana ExxonMobil anunciou a descoberta de campos de petróleo gigantes e economicamente viáveis na costa do país. Nos anos seguintes, um consórcio composto pela ExxonMobil, pela também americana Hess e pela empresa de capital misto chinesa CNOOC arrematou poços a pouco mais de 200 quilômetros da costa guianense. Até o momento, foram descobertas reservas de aproximadamente 11 bilhões de barris de petróleo, mas estimativas mais recentes apontam que esse volume pode chegar a 17 bilhões.

A partir de 2019, as receitas do petróleo passaram a turbinar o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Entre 2019 e 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o PIB do país tenha saído de US\$5,17 bilhões para US\$14,7 bilhões, um salto de 184%. Em 2022, o crescimento do PIB foi de impressionantes 62%. "É como se o país tivesse ganhado na loteria. É uma chance que só aparece uma vez na vida. Há um otimismo muito grande no país", disse a representante do Banco Mundial para a Guiana e Suriname, que vive há dois anos em Georgetown. Na esteira do crescimento gerado pelo petróleo, outros setores da economia do país também cresceram e, no momento, a tarefa histórica econômica para a Guiana deve ser utilizar as riquezas obtidas com a extração para financiar outras áreas de sua economia, sobretudo no sentido de uma industrialização, para não tornar a economia do país dependente da commodity, como aconteceu com seu principal vizinho, a Venezuela.

De acordo com o FMI, o crescimento do PIB não relacionado ao petróleo como indústria, agricultura e construção civil em 2022 foi de 11,5%. Nesse viés, há outros sinais que evidenciam a velocidade com a qual a nova riqueza do petróleo chega à Guiana. O país passou a atrair empreiteiras de diversos países, inclusive do Brasil, em busca de contratos para construção de obras de infraestrutura que o país, há décadas, necessitava. Em meio ao fluxo sem precedentes de recursos, o país se transformou em uma espécie de canteiro de obras global, também passando a ser cortejado por países que oferecem crédito para financiar essas empreiteiras. Outrossim, a China aparece nesse tabuleiro como um dos principais jogadores. Além de expertise em projetos de infraestrutura, a nação oriental tem oferecido dinheiro à Guiana para financiar obras contratadas por empreiteiras do país.

Socialmente falando, David Hinds – professor da Universidade Estadual do Arizona – explica que a Guiana é um país com uma divisão social e de classe muito marcada, mesmo com os esforços históricos de alguns governos do país de redistribuição de riquezas, já que muitos destes foram retrocedidos com o avanço de políticas neoliberais impostas pelo FMI. Nesse sentido, o professor diz que os "novos ricos" da Guiana acabam sendo oriundos da mesma elite econômica que se instalou no país. "As pessoas que estão aproveitando (o boom econômico) são aquelas que já estão entranhadas na elite da Guiana", diz ele. A desigualdade social continua elevada [3].

A questão de Essequibo no panorama contemporâneo

A manutenção das fronteiras guianenses e a preservação da integridade territorial do país têm prevalecido como os objetivos principais da política externa da Guiana, uma vez



que o Estado, antes mesmo de sua independência, já possuía mais de dois-terços de seu território em litígio internacional, seja com Brasil, Venezuela ou Suriname. Essa manutenção das fronteiras guianenses devem prevalecer como os objetivos principais da política externa da Guiana durante os próximos anos.

Os eventos recentes na Venezuela atentam para o fato da Guiana considerar que, na discussão diplomática, defende a posição de um Estado com direitos líquidos e certos, que respalda sua argumentação em fatos palpáveis e coerentes e que, sob esse viés, vê a Venezuela com um discurso contraditório – haja vista a mudança de suas reivindicações ao longo da história: num primeiro período utilizando o argumento da não existência de domínio holandês, depois do reconhecimento britânico à Grã-Colômbia, depois do problema envolvendo o Laudo de Paris e, por fim, recorrendo ao não reconhecimento da Corte Internacional de Justiça – e baseando-se em suposições com poucas possibilidades de confirmação. O avanço das discussões, tem representado um desgaste político, diplomático e, conseqüentemente, econômico para as partes, o que se torna muito mais sensível para a Guiana, um país menor e dependente economicamente das descobertas recentes do petróleo. Se ao território do Essequibo é vetado o direito de se desenvolver, sem que haja ingerência venezuelana, com a proibição da instalação de empresas e da exploração natural, o país, pouco inserido na dinâmica econômica da globalização, perde ainda mais espaço [4].

O professor Lloyd Griffith, da universidade da Guiana, diz ainda, numa perspectiva mais territorial sobre o assunto: “Para a Guiana, manter o território reivindicado do Essequibo, é uma questão de vida ou morte, já que a área compreende 61.600 milhas quadradas das 83.000 milhas quadradas da Guiana, quase 75% do país. O território ainda abriga seis das 10 regiões administrativas da Guiana, e cerca de 300.000 da população estimada do país, que é de pouco menos de 800.000 pessoas, sendo que uma quantidade notável (cerca de 80%) delas pertence a vários grupos indígenas. Se anexasse Essequibo, a Venezuela obteria uma extensa rede hidrográfica que inclui o Rio Essequibo e seu delta atlântico, os rios Cuyuni, Rupununi, Mazaruni e Supenaam, bem como o Rio Potaro e suas Cataratas Kaieteur, que tem a maior queda d'água do mundo pelo volume de água que flui sobre ela. Com quase 300 km de nova costa e mais de 40 km de águas oceânicas, os benefícios incluiriam impostos alfandegários, pesca e segurança, além de todos os minerais do Essequibo: petróleo, ouro, diamante, bauxita, manganês, urânio, e madeira [5] [6]”.

A partir de dezembro de 2023, após a realização de referendo na Venezuela para consultar a população no que tange ao interesse na incorporação de Essequibo a seu território, os presidentes da Guiana e da Venezuela se reuniram em São Vicente e Granadinas. Ambos se comprometeram a não utilizar a violência para solucionar a controvérsia, mas não abriram mão de suas reivindicações centrais. A Guiana disse que não suspenderá a concessão da estadunidense ExxonMobil para a exploração de enormes reservas marítimas de petróleo na costa do Essequibo. Após a reunião, o presidente guianês anunciou que o país "tem todo o direito de exercer sua soberania dentro de seu espaço territorial, para aprovar e facilitar qualquer investimento, parceria, negócio, colaboração, cooperação e emitir qualquer licença ou concessão". O governo da Guiana já se comprometeu com transnacionais como a Exxon Mobil e não pode desfazer esses compromissos para se sentar com a Venezuela e



refazer tudo porque isso poderia significar abrir um caso judicial nos Estados Unidos, o que poderia acabar embargando a Guiana [7].

Ademais, oficialmente, a Commonwealth, da qual a Guiana faz parte, reafirmou seu apoio inabalável ao processo judicial em andamento perante a Corte Internacional de Justiça, escolhida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas nos termos do Acordo de Genebra de 1966, e o Grupo continua a incentivar a Venezuela a participar desse processo, já que os bolivarianos tem se recusado a aceitar a jurisdição do Tribunal [8].

Em reunião já em janeiro de 2024, o ministro das relações exteriores da Guiana acordou a formação de uma Comissão Conjunta de Relações Exteriores entre os países, com ministros e técnicos de ambas as partes. A comissão deverá tratar de assuntos mutuamente acordados, e uma atualização será apresentada aos presidentes da Guiana e da Venezuela dentro de três meses. O ministro, por fim, ainda sustentou que a solução dessa controvérsia está perante a Corte Internacional de Justiça, de acordo com o Acordo de Genebra e que, portanto, esse processo deve continuar até que a Corte dê sua decisão final sobre os méritos do caso, que será totalmente respeitada pela Guiana. A princípio, Georgetown não prejudicará o processo judicial ou o Acordo de Genebra participando de qualquer outro meio de solução da controvérsia enquanto ela estiver pendente perante a Corte [9].

13.2 Venezuela



A República Bolivariana da Venezuela é um país da América do Sul, constituído por uma parte continental e um grande número de pequenas ilhas no Mar do Caribe. O país ainda reivindica um território em disputa com a nação vizinha, Guiana, o qual é tema central deste comitê. Geograficamente, o país é amplamente conhecido por suas vastas reservas de petróleo e pela diversidade ambiental do seu território. Conta com uma população de aproximadamente 28 milhões de habitantes, mas que se encontra em queda principalmente por questões migratórias, consequências da profunda crise política e econômica que vive o país. O território venezuelano foi colonizado pelo Império Espanhol em 1522, e, em 1811, tornou-se uma das primeiras colônias hispano-americanas a declarar a independência, consolidada somente em 1830, quando a Venezuela deixou de ser um departamento da Grã-Colômbia.



Perspectiva histórica venezuelana por Essequibo

Desde a criação da Capitania Geral da Venezuela, pelo Reino da Espanha, em 1777, a região de Essequibo encontra-se incorporada em níveis de documentação oficial ao seu território, como ilustra o mapa abaixo.



Após a independência, em 1811, o território da recém independente Venezuela permaneceu sendo o mesmo da Capitania Geral. Isso se justifica a partir do preceito jurídico internacional do *uti possidetis iuris*, que reconhece as antigas delimitações administrativas fixadas dentro de um mesmo império colonial e as fronteiras estabelecidas entre colônias correspondentes a dois impérios coloniais diferentes como fronteiras internacionais, na data de sucessão colonial.

Em 1819, foi criada a Grã-Colômbia, inicialmente relativa à integração de Nova Granada (Colômbia) e Venezuela. Em 1823, a união já integrava, além das mencionadas, as atuais repúblicas do Equador e do Panamá. Neste ano, houve a aprovação da Lei Orgânica para a constituição da Marinha, contendo o Artigo 1º, que expressava: “Os limites marítimos da República da Colômbia são no mar Atlântico ao oriente a boca do rio Essequibo que a divide da Guiana Holandesa, e ao ocidente a do rio Culebras que a separa da Nicarágua, e no Pacífico ao Norte a ponta de Punica que a divide da Guatemala, e ao Sul a desembocadura do rio Tumbes no mar que a separa do Peru”. Em 1824, a Inglaterra, que, na época, detinha a posse do território guianense – sem questionar os limites territoriais – reconheceu o governo da Grã-Colômbia.

Cabe ressaltar, ainda, os protestos realizados pelo ministro do Exterior da Grã-Colômbia em 1822, que apontou invasões de colonos ingleses ao território venezuelano – já que, como afirmado pelo ministro, os colonos de Demerara e de Berbice se apropriavam de terras da Grã-Colômbia do lado oeste do Rio Essequibo. Contudo, em 1830, a Venezuela se separou da Grã-Colômbia para formar um Estado autônomo, tornando-se mais fraca como república separada e, por conseguinte, não sendo capaz de impedir as constantes violações à região de Essequibo pelos ingleses [1].



Com o advento da independência, os venezuelanos passaram a iniciar discussões com a Grã-Bretanha, a fim de segmentar com exatidão suas fronteiras com o Império Britânico. Mediante ao início de uma disputa por terras, os ingleses enviaram uma expedição geográfica para mapear seu território e propor uma fronteira aos venezuelanos, com o traçado da Linha de Schomburgk em 1840. Por meio dessa, a Guiana Inglesa requisitava apoderar-se de 141.930 km do território da Venezuela. Essa atitude da Grã-Bretanha foi severamente protestada por Caracas. O Ministro Fortique pediu ao governo britânico que removesse os marcos fronteiros em torno da segunda linha de Schomburgk.

A partir dessa data e frente às imposições britânicas, a Venezuela passou a envolver profundamente a questão de Essequibo em suas relações internacionais, buscando processos de direito internacional que pudessem favorecê-la em sua decisão. Em 1890, os Estados Unidos da América, convidados pelos venezuelanos, concordaram em participar das discussões sobre o entrave territorial, unindo-se ao Estado venezuelano em uma comissão com o fito de reunir o máximo de documentos históricos que comprovassem a reivindicação dos sul-americanos. Com efeito, os EUA passaram a pressionar a Grã-Bretanha a aceitarem que o problema fosse levado para um tribunal internacional, o que, até então, os ingleses não haviam aceitado dos venezuelanos. Isso resultou, em 1897, na assinatura do Tratado de Washington, em que Venezuela e Inglaterra aceitaram levar a questão ao Tribunal Internacional e acatar sua decisão.

O Tribunal, sediado em Paris, era composto por cinco membros, dois ingleses, dois estadunidenses (em representação da Venezuela) e um juiz, russo. Como resolução final, a corte lançou o Laudo Arbitral de Paris, emitido em 1899, com decisão favorável aos britânicos, concedendo-lhes o controle sobre a maior parte do território disputado, incluindo Essequibo. Contudo, cinquenta anos depois, um memorando póstumo de Severo Mallet Prevost, delegado americano que representou os venezuelanos, foi publicado, revelando alegações de conluio entre o presidente do tribunal russo e a delegação britânica, questionando a imparcialidade do processo. Segundo Mallet Prevost, o russo De Martens, presidente do Tribunal, teria entrado em uma espécie de acordo político com a delegação inglesa, para que a linha fronteira entre os envolvidos fosse firmada da maneira sentenciada favorável aos ingleses. Ainda no memorando, diz-se que a fronteira foi previamente apresentada aos norte-americanos, e se eles não concordassem, De Martens votaria com os ingleses numa outra linha que dava quase 100% do território em disputa aos britânicos. Os norte-americanos, assim, teriam decidido por votar conforme a proposta para que a Venezuela não perdesse valiosas porções de terra próximas à foz do rio Orinoco [\[2\]](#) [\[3\]](#).

A crítica levou a uma reavaliação na Venezuela, que, em 1962, na ONU, contestou a validade do Laudo de Paris e reivindicou todo o território a oeste do rio Essequibo. Em 1965, a Venezuela encaminhou uma reclamação territorial oficial, de título: “Relatório dos peritos venezuelanos sobre a questão da fronteira com a Guiana Britânica, 18 de março de 1965”. Nesse documento [\[4\]](#), constavam todos os argumentos coletados pela Venezuela para reivindicar a Guiana Essequiba. Em resumo, foi defendido que:



- A Venezuela teve que aceitar o Tratado de Arbitragem de 1897 sob pressão abusiva dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que negociaram a base do compromisso, excluindo o governo venezuelano-latino, que recebeu explicações enganosas;
- Os árbitros envolvidos na Sentença de 3 de outubro de 1899 não levaram em conta as regras de direito aplicáveis e, em particular, o princípio de *Uti Possidetis Juris*, nem fizeram qualquer esforço para investigar os territórios que pertenciam aos Países Baixos ou ao Reino da Espanha na época da chamada aquisição;
- Os representantes da Grã-Bretanha apresentaram ao Tribunal Arbitral mapas que haviam sido adulterados no Colonial Office;
- A linha definida havia sido preparada no Colonial Office em julho de 1899, ou seja, vários meses antes do prêmio. Essa linha de fronteira foi imposta aos árbitros americanos pelo Presidente do Tribunal, o professor russo de Martens, por meio de coerção, conforme confirma o memorando de Prevost;
- A Venezuela nunca concordou com a chamada Sentença de 3 de outubro de 1899. Sua participação na demarcação da fronteira foi de natureza puramente técnica. Ela foi imposta ao país por circunstâncias insuperáveis para ele, mas tanto o governo venezuelano quanto o povo venezuelano, na medida de suas possibilidades, protestaram contra a sentença.

Posteriormente, oriundo das discussões nas Nações Unidas, em 1966, a Venezuela conseguiu o Acordo de Genebra, onde seu governo e o governo do Reino Unido admitiram a existência de desacordo quanto à soberania sobre o território da Guiana Essequiba, a qual deveria ser discutida por meio dos procedimentos para soluções pacíficas adotados pelas Nações Unidas. Nesse viés, com a Independência da Guiana Britânica, em maio do mesmo ano (1966), o impasse passou a ser tratado diretamente pela Guiana e pela Venezuela.

Em 1970, porém, não houve resolução que solucionasse a posse de Essequibo. Assim, após o término da Comissão Mista baseada no Acordo de Genebra, os presidentes Rafael Caldera (da Venezuela) e Forbes Burnham (da República da Guiana) concordaram, no Protocolo de Porto de Espanha, com um adiamento em 12 anos do inconveniente fronteiro, com a finalidade de permitir que ambos os governos dialogassem e cooperassem. Após os 12 anos, em 1982, a Venezuela decidiu não renovar o Protocolo de Porto de Espanha e, conseqüentemente, reativou as negociações bilaterais incorporadas no Acordo de Genebra. No ano seguinte, a Venezuela propôs negociações diretas com a Guiana, enquanto a Guiana sugeriu a resolução da disputa de três maneiras: perante a Assembleia Geral da ONU; perante o Conselho de Segurança da ONU; e perante a Corte Internacional de Justiça. A Venezuela rejeitou as três propostas, considerando o assunto de interesse de dois Estados soberanos e internacionalmente reconhecidos.

Posteriormente a essa situação, os trâmites do caso foram levados adiante por mediadores na ONU, sem qualquer resolução amigável entre os dois países que pudesse ser sancionada. O conflito continuou sem decisão final, mas a Guiana continuou com a posse do território, o que se tornou um problema mais urgente para a Venezuela com a descoberta de enormes jazidas de petróleo nas águas do Oceano Atlântico intrínsecas ao território pela empresa ExxonMobil em 2015.



A Revolução Bolivariana e a chegada de Maduro ao poder

Na segunda metade do século XX, a Venezuela não era uma potência econômica nem se diferenciava por sua experiência política, mas, com o surgimento do bolivarianismo – um movimento que resgatou a visão de integração latino-americana de Simón Bolívar sob uma perspectiva socialista – mudanças significativas foram desencadeadas na nação. Antes, o país estava sob domínio econômico do capital estrangeiro, especialmente na indústria do petróleo, e enfrentou uma grave crise econômica em 1989, com a queda dos preços do petróleo. Houve uma intensa resposta popular à crise nacional. Protestos começaram em terminais de ônibus na capital Caracas, devido ao aumento das passagens. As manifestações foram crescendo de forma espontânea pela capital e outras cidades do país. Era uma explosão social de raiva e descontentamento, sem pauta ou organização, escancarando a crise e a falta de representatividade na política. O fato ficou conhecido como “Caracazo”. As Forças Armadas e a polícia passaram a reprimir as manifestações com munição letal e fazer incursões às favelas e bairros pobres das cidades, assassinando pessoas indiscriminadamente.

Diante disso, o militar Hugo Chávez e seu movimento MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200) iniciou discussões em algumas alas mais populares do exército, discordando da forma como o presidente Pérez lidava com a situação. Assim, O MBR-200 se articulou para uma insurgência contra o governo de Carlos Andrés Pérez, em 4 de fevereiro de 1992. O plano dos rebeldes, que não possuía apoio popular, fora descoberto e depois de horas de combate, a insurreição não conseguiu tomar o poder. Apesar do fracasso, Chávez ganhou apoio popular. Com a crise persistente, protestos e denúncias de corrupção, o presidente Carlos Pérez foi afastado. Chávez, ainda na prisão, formou uma aliança política ampla chamada MVR e, em 1998, foi eleito presidente com a proposta de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. A nova constituição foi aprovada em referendo, reconhecendo direitos indígenas e de organização popular. Durante todo o seu governo, o venezuelano inaugurou um mecanismo e hábito importante de funcionamento que angariava força ao chavismo: a consulta popular nos temas importantes por meio de referendos.

Chávez foi reeleito e, fortalecido, se viu pronto para iniciar reformas econômicas de cunho socialista em 2001, o que desagradou as classes mais ricas. Em 2002, um golpe contra Chávez foi organizado pela oposição direita, mas a resistência chavista restaurou seu governo em três dias. Hugo consolidou seu poder, fortaleceu alianças com os militares e, em 2006, venceu outra eleição. Declarou a Revolução Bolivariana como o “socialismo do século XXI” e intensificou reformas em várias áreas. Enfrentou divisões na sociedade e entre aliados. Em 2011, o presidente contraiu câncer, mas, mesmo abatido pela doença, foi reeleito em 2012. Em seu último pronunciamento, indicou Nicolás Maduro como sucessor, antes de se retirar para tratar do câncer em Cuba [\[5\]](#) [\[6\]](#) [\[7\]](#).

De acordo com a constituição, quem deveria assumir o poder era o Presidente da Assembleia Nacional, entretanto Maduro o fez e convocou eleições extraordinárias após a morte de Chávez. No pleito mais disputado da história venezuelana, Maduro subiu ao poder com 50,61% dos votos. Seu opositor da direita, Henrique Capriles, questionou incessantemente o resultado das eleições, dizendo se tratar de fraude. Maduro assumiu um país completamente dividido após a morte de um personagem político sem



precedentes. No período de presidência de Maduro, a crise política e econômica da Venezuela se agravou, devido a escândalos de corrupção e má administração, mas também como consequência das sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos contra o país. Ademais, na segunda década dos anos 2000, o preço do petróleo entrou em queda, minando o “boom” que havia recebido na primeira década e que auxiliara a administração chavista. Sob o mandato de Maduro, tal queda passou a inviabilizar o avanço dos investimentos estatais nas transformações sociais que antes eram financiadas. A economia venezuelana, tendo em vista as grandes reservas de petróleo do país, se mantivera pouco dinâmica e muito dependente do setor petrolífero.

Portanto, um mercado petrolífero deprimido, um presidente sem o carisma e tom popular conciliatório de seu antecessor, e uma organização governamental errática, polarizada e sem reconhecimento dos crescentes níveis de descontentamento popular marcaram o governo Maduro. Isso provocou uma queda do chavismo sem Chávez, fazendo nascer dissidências internas incontornáveis na Venezuela. O movimento não consegue ter mais forças políticas e apoio popular para se manter no poder sem qualquer tendência autoritária. A crise econômica se agrava com fome, baixos salários e alta inflação e, fortalecida, a oposição passa a se armar. Maduro endurece as forças de repressão e, com apoio do Poder Judiciário, consegue retirar os poderes da Assembleia Nacional. Entre tentativas de assassinato de Nicolás pela oposição, o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente venezuelano, após acusar Maduro de fraude nas eleições de 2018, que mais uma vez venceu. Com o tempo e a diminuição do apoio internacional de presidentes de direita, que não permaneceram mais em seus governos, Juan Guaidó perdeu força e, em 2022, a oposição venezuelana deixou de o considerar presidente, ficando sem um líder efetivo [8].

Venezuela e Essequibo na Atualidade

Em 29 de março de 2018, a República Cooperativa da Guiana iniciou um procedimento perante a Corte Internacional de Justiça buscando reconhecer a validade do Laudo Arbitral de 1899, e, portanto, a intangibilidade de sua fronteira e território por ele determinados. Em 18 de junho de 2018, a Venezuela agiu declarando que considerava que o Tribunal Internacional de Justiça não tinha competência para apreciar o caso e que a Venezuela não participaria do processo. Porém, após a veiculação de uma decisão da Corte, em 2020, de que julgaria o caso e que detinha jurisdição para tal, a República da Venezuela apresentou mais uma defesa com objeções preliminares, afirmando ser o pedido da Guiana inadmissível em virtude da ausência de uma terceira parte diretamente interessada na controvérsia: o Reino Unido, por estar diretamente ligado ao Laudo Arbitral de 1899. Embora tenha declarado admissível a objeção da Venezuela, a Corte não deu a ela razão em outra decisão, de abril de 2023.

Mais recentemente, o governo venezuelano aumentou as tensões na reunião ao promover um referendo de consulta popular sobre a questão da Guiana Essequiba e seu pertencimento à Venezuela. O referendo contava com cinco perguntas:



- 1) Você está de acordo em rechaçar por todos os meios, conforme o direito, a linha imposta fraudulentamente pelo laudo arbitral de Paris de 1899, que pretende nos despojar da Guiana Essequiba?
- 2) Você apoia o Acordo de Genebra de 1966 como único instrumento jurídico válido para alcançar uma solução prática e satisfatória para a Venezuela e a Guiana em torno da controvérsia sobre o território da Guiana Essequiba?
- 3) Você está de acordo com a posição histórica da Venezuela de não reconhecer a jurisdição da Corte Internacional de Justiça para resolver a controvérsia territorial sobre a Guiana Essequiba?
- 4) Você está de acordo em se opor por todos os meios, conforme o direito, à pretensão da Guiana de dispor unilateralmente de um mar pendente de delimitação, de maneira ilegal e em violação do direito internacional?
- 5) Você está de acordo com a criação do estado Guiana Essequibo e que se desenvolva um plano acelerado para o atendimento integral da população atual e futura desse território que inclua, entre outros, a concessão de cidadania e cédula de identidade venezuelana, conforme “O Acordo de Genebra e o direito internacional, incorporando em consequência o dito estado no mapa do território venezuelano?

Em todas as perguntas, a resposta “sim” obteve mais de 95% dos votos da parcela da população que decidiu votar no referendo [\[9\]](#).

Oposições na Venezuela

A oposição de direita ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, classificou o referendo sobre a anexação da região do Essequibo como um "fracasso estrondoso", "evento inútil" e "distração da ditadura", após o anúncio das autoridades eleitorais de que o "Sim" ao reconhecimento do território como parte do país venceu, com margem superior a 95% dos votos – embora os dados apresentados tenham aberto margem para questionamentos sobre a participação do eleitorado. Dentre as manifestações dessa oposição estiverem as falas: “o povo suspendeu um evento inútil e danoso aos interesses da Venezuela, porque a soberania se exerce, não se consulta. Agora, devemos apresentar uma defesa impecável de nossos direitos perante a Corte Internacional de Justiça, com a participação de nossos melhores especialistas, e demonstrar que o Essequibo é da Venezuela”, de María Corina Machado, principal aposta da oposição para derrotar Maduro nas eleições de 2024; ou mesmo, “Hoje é um dia de boas notícias para a Venezuela: A ditadura fracassou, está isolada e sem poder de convocação. Os militares viram isso também”, de Juan Guaidó.

Como demonstra os discursos, a direita venezuelana não só é a favor da incorporação de Essequibo ao território venezuelano – se trata de um dos poucos temas em que concorda com o governo –, como defende que o processo seja feito com maior urgência e eficácia, caracterizando Maduro como sem apoio para tal e criticando a feitura do referendo e a não resolução da questão, ainda. Nesse sentido, é levantado o argumento de que a consulta popular é uma distração dos chavistas para a crise política e econômica do país, uma forma de tentar convocar a população com interesses eleitorais, mas que, segundo a oposição, fracassou por ter apresentado baixo número de votantes [\[10\]](#).



Por outro lado, há ainda uma oposição a Maduro na Venezuela de que pouco se fala e de onde uma posição mais contrária em relação a Essequibo se torna flagrante. Alternativamente, uma oposição de esquerda existe no país, representada sobretudo pelo movimento comunista que, cada vez mais, considera Nicolás Maduro afastado da classe trabalhadora, assolado pela rejeição popular e utilizando de antigas táticas da burguesia venezuelana para impor uma ditadura. Em pronunciamento oficial após cúpula, o Partido Comunista da Venezuela (PCV) declarou defender:

- Posição histórica em favor de uma solução pacífica e negociada para o conflito fronteiriço, sem interferência dos monopólios e das potências estrangeiras, respeitando os direitos soberanos de ambos os países e sob os princípios de cooperação mútua, unidade e solidariedade entre os povos;
- Reconhecimento da justeza da reivindicação histórica da Venezuela contra a desapropriação executada pelo Império Britânico no final do século XIX, mas com rejeição ao caminho da escalada das tensões diplomáticas, políticas e militares assumidas pelos governos burgueses de ambas as nações, promovidas pelas companhias petrolíferas após a descoberta de grandes jazidas de petróleo e gás na zona em disputa;
- “Rechaçar qualquer pretensão de instalar enclaves militares dos Estados Unidos ou de qualquer outra potência estrangeira no Essequibo, o que seria uma ameaça à paz na região e uma agressão à soberania das duas nações”;
- “O governo do presidente Nicolás Maduro tenta incitar sentimentos patrióticos e chauvinistas a boa parte da população através de uma milionária campanha publicitária. Denunciamos que essa estratégia adotada pelo Governo - com a qual se pretende enganar, manipular e dominar o povo venezuelano, fazendo crer que em nosso país não há problema mais importante para resolver - tem unicamente finalidades eleitoreiras, oportunistas e reacionárias; inclusive, é possível haver um cenário no qual, como resultado da escalada de tensões, o governo do presidente Nicolás Maduro imponha um estado de exceção com o qual justifique a suspensão das eleições presidenciais previstas para o próximo ano”;
- Advertência de quem hoje fala da defesa do país frente ao avanço da ExxonMobil em território Essequibo são os mesmos que há poucos dias assinaram um acordo secreto com o governo dos Estados Unidos para permitir a entrega da indústria petrolífera e gasífera venezuelana às mesmas empresas estadunidenses que operam ilegalmente no território Essequibo.
- O PCV fará tudo o que estiver em suas mãos para unir a classe trabalhadora e demais setores explorados tanto da Venezuela quanto da Guiana, com a finalidade de conseguir uma estratégia comum em benefício dos povos, e contra as vontades dos monopólios e as aventuras belicistas dos governos burgueses daqui e de lá [\[11\]](#);



Definição para a Simulação: Situação em relação à OEA

Em 2019, Maduro retirou a República Bolivariana da Venezuela da Organização dos Estados Americanos (OEA), após a tramitação de um pedido feito pela delegação venezuelana em 2017. Ainda, em 2023, o presidente da Venezuela fez novas manifestações, dizendo que não pretende voltar à organização. Alguns aliados de países próximos ao presidente disseram lamentar a situação e tentaram o incentivar a retornar [\[12\]](#).

Contudo, para fins de simulação, consideraremos que, em 2024, neste comitê da Organização dos Estados Americanos, da ONU INTERCOLEGIAL da Rede Jesuíta, a República Bolivariana da Venezuela foi reincorporada à OEA, após manifestações oficiais de vontade de integrar às discussões do órgão – devido ao tema flagrante no comitê – e após os devidos trâmites institucionais e burocráticos necessários para a admissão de um membro permanente na organização.

13.3 Países Baixos



Posicionamento frente às discussões

Desde que o Tratado Anglo-Neerlandês foi assinado, os Países Baixos não se envolveram mais em questões oficiais envolvendo o território guianense, afinal este fora transferido para o domínio britânico em 1814 e permaneceu até 1966, quando a Guiana se declarou independente. Contudo, os holandeses continuam tendo a sua participação histórica no conflito, que fora detalhada acima, e, nesse sentido, atualmente, devem ser responsáveis por colaborar com o máximo de documentos e fontes históricas a respeito das ocupações holandesas, espanholas, britânicas e venezuelanas no território em disputa, por exemplo.

Acerca disso, nas reuniões dentro das Nações Unidas envolvendo o conflito, a delegação venezuelana já utilizou como argumento o fato de que, a partir da definição da Capitania Geral da Venezuela, os holandeses em terras guianenses sabiam dos limites da sua colônia e reconheciam as fronteiras do Império Espanhol. Contudo, como já fora citado, os holandeses faziam muitas missões extrativistas e até efêmeras que atravessavam esses limites, além do fato de que o Tratado de Munster, no qual os holandeses estiveram diretamente envolvidos, não delimitou com exatidão as fronteiras. Os ingleses, por sua vez, argumentam que os territórios cedidos pelo Laudo Arbitral de Paris à Guiana Britânica



foram assim definidos pelas evidências de ocupação holandesa reconhecidas nos estudos de Schomburgk de 1840. Essa é outra informação que nunca foi explicitamente confirmada pelos holandeses, já que haviam se retirado do conflito à época do ocorrido. Logo, vê-se que os Países Baixos tem posição fundamental nas discussões deste comitê, para que não se confirmem equivocadamente argumentos, de qualquer um dos lados, que possam envolver suposições ou afirmações a respeito de ocupações holandesas na região sem as devidas provas históricas [1].

Política externa holandesa

Outrossim, sobre as relações bilaterais dos Países Baixos com a Venezuela e com a Guiana, é relevante citar que os holandeses não possuem embaixada na Guiana, mas têm relações oficiais diplomáticas com o país, apesar de quase nunca acionadas [2].

Já em relação à Venezuela, há embaixada holandesa em Caracas, contudo os dois países já estiveram envolvidos por vezes em alguns entraves diplomáticos. Durante a 1ª Guerra Mundial, alguns navios holandeses foram apreendidos pela Venezuela, mas a questão foi resolvida com um tratado em que o governo venezuelano concordou em pagar indenização ao governo holandês. Ademais, os Países Baixos tem como posse, na América, as Ilhas ABC - acrônimo das iniciais de Aruba, Bonaire e Curaçau -, que ficam a menos de 15 milhas (24 km) da costa da Venezuela. Durante seu governo, Hugo Chávez defendeu a "independência revolucionária" para estas ilhas, uma proposta que perturbou ilhéus e altos oficiais militares holandeses. Isto, combinado com alianças de Chávez com nações vistas como hostis pelo Bloco Ocidental, levou o governo holandês a posicionar equipamento naval em várias ilhas despovoadas perto da Venezuela, demonstrando uma tensão entre os dois países, mas que acabou não resultando em maiores ações [3] [4].

Além disso, a Holanda é peça central na resolução do conflito por ser sede do Tribunal Internacional de Justiça ou Corte Internacional de Justiça (CIJ), localizado na cidade de Haia. A CIJ é um órgão com jurisdição dada pelas Nações Unidas e com a principal função de resolver conflitos jurídicos submetidos por Estados e emitir pareceres sobre questões jurídicas apresentadas ordinariamente pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante as escaladas do problema territorial, a Guiana, por vezes, acionou a CIJ para tentar uma resolução do problema, enquanto a Venezuela já declarou não considerar que a Corte possui jurisdição para o caso em questão. Além de fazer parte dos países que reconhecem a CIJ, a Holanda participa de outras notáveis instituições internacionais, a saber, a União Europeia, as Nações Unidas e a aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esta última torna a Holanda peça central no jogo militar que a questão territorial possa invocar, já que suas ilhas próximas à costa da Venezuela acabam representando uma fronteira marítima da OTAN com ambos os países envolvidos no conflito.

Por fim, na esfera comercial e econômica, é importante citar que a Holanda foi, em novembro de 2023, junto com o Panamá, um dos maiores importadores de petróleo cru advindo da Guiana, o que também se sobressai no jogo geopolítico e econômico envolvendo as grandes jazidas de petróleo das águas fronteiriças da Guiana Essequiba [5].

**FONTES:**

- [1]: <https://www.jstor.org/stable/25612170>
- [2]: <https://www.netherlandsandyou.nl/web/guyana>
- [3]: https://en.wikipedia.org/wiki/Netherlands%E2%80%93Venezuela_relations
- [4]: <https://www.netherlandsandyou.nl/web/venezuela-en>
- [5]: <https://apnews.com/article/venezuela-guyana-essequibo-territory-dispute-maduro-referendum-d956cc4d5d2a70e3a1e762b744e397de>

Outras fontes:

- [LIVRO] The Dutch Republic : its rise, greatness and fall, 1477-1806 (https://books.google.com.br/books/about/The_Dutch_Republic.html?id=5neBQgAACAAJ&redir_esc=y)
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Holandesa_das_%C3%8Dndias_Ocidentais
- https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Journals/EHR/16/The_Dutch_in_Western_Guiana*.html

13.4 Trinidad e Tobago

**Política externa**

A política Externa de Trinidad e Tobago fundamenta-se nos princípios de respeito pela soberania e igualdade dos Estados ao redor do globo, na não interferência nos assuntos internos de outras nações e na adesão ao direito internacional e aos princípios da Carta das Nações Unidas. Essa postura cooperativista e pacífica do país mostra-se evidente na página oficial do Ministério das Relações Exteriores e Assuntos da CARICOM (Comunidade do Caribe), na qual o governo insular descreve seus objetivos futuros nos âmbitos multilateral e bilateral:

“A política externa de Trinidad e Tobago procura, portanto, manter, desenvolver ou melhorar as relações com países estratégicos nos níveis bilateral, regional e multilateral e participar activamente na arena multilateral (as Nações Unidas, as suas Agências Especializadas; o Movimento dos Não Alinhados; o Grupo de 77; a Commonwealth; a



Organização dos Estados Americanos; o Grupo de Estados de África, Pacífico e Caraíbas (ACP); Organização Mundial do Comércio (OMC), etc.)” [\[1\]](#).

Posicionamento frente às discussões

No que tange às relações bilaterais da República de Trinidad e Tobago com a Venezuela e a Guiana, frente à discussão fronteiriça, as reivindicações do governo venezuelano pela região de Essequibo inauguraram um delicado impasse geopolítico para as ilhas.

Desde dezembro de 2023 - quando foi firmado o acordo que concedeu oficialmente à estatal National Gas Company de Trinidad e Tobago uma licença de 30 anos para a exploração, produção e exportação de gás natural do Campo de Gás Dragon, localizado na Venezuela - as relações bilaterais entre as partes intensificaram-se, configurando um avanço histórico no cooperativismo entre os países do continente americano. Segundo o anunciado pelo primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, Keith Rowley, à época da assinatura do acordo, “ter celebrado este acordo em 2023, para abrir esta porta para nos permitir, com a infraestrutura local em Trinidad, acessar e processar a matéria-prima subterrânea na Venezuela, coloca as duas nações em posição de desempenhar um papel papel maior e benéfico na economia mundial e para o benefício do povo da Venezuela e de Trinidad e Tobago”. A relevância desse acordo para o pequeno país insular reside na iminência do esgotamento das suas próprias reservas de petróleo, recurso natural que contribui em peso para a economia do país exportador de gás natural gerando empregos e riqueza.

Não obstante, a integração de Trinidad e Tobago à CARICOM, desde o ano de sua fundação (1973), caracteriza uma aliança histórica da ilha à Guiana, uma vez que a Comunidade do Caribe, enquanto bloco de integração regional, visa à cooperação econômica e política, além da promoção ativa da política externa. Outrossim, a estreita relação existente dentro do bloco entre a Guiana e a República de Trinidad e Tobago levou o governo insular a buscar amparo para as suas empresas explorarem o Campo de Gás Dragon, solicitando ajuda às autoridades da Guiana. Já no contexto da disputa territorial pela região de Essequibo, quando acionado pelo presidente Nicolás Maduro o posicionamento do bloco regional foi em apoio à Guiana, o que abalou as relações entre o Estado Venezuelano e Trinidad e Tobago.

Nesse viés, a postura de Trinidad e Tobago frente aos últimos eventos tem sido cada vez mais defensiva e imparcial, visto que o apoio a qualquer uma das partes significaria, potencialmente, a perda de parcerias econômicas. “Qualquer grande incursão militar venezuelana posicionaria Port of Spain entre um projeto importante e central para o seu interesse nacional e o seu compromisso de apoiar um colega parceiro da Caricom”, afirmou MacDonald, economista-chefe do instituto de pesquisa Smith's Research & Gradings. O primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, quando questionado sobre as movimentações de Maduro, respondeu, diplomaticamente: “acreditamos que a nossa região é um território de paz e que todos vivemos melhor em um território de paz”. [\[2\]](#) [\[3\]](#) [\[4\]](#) [\[5\]](#)

Fontes:



[1] <https://foreign.gov.tt/foreign-policy/>

[2] <https://www.caribbean-council.org/trinidad-issued-dragon-gas-field-licence-by-venezuela/>

[3] <https://www.forbes.com/sites/eliasferrerbreda/2023/12/22/shell-trinidad-venezuela-to-exploit-dragon-gas-field/?sh=40a94988455a>

[4] <https://www.bnamericas.com/pt/noticias/conflito-de-terras-entre-venezuela-e-guiana-geram-grande-preocupacao-para-trinidad>

[5] <https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014>

Outras fontes:

<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54644303>

<https://history.state.gov/countries/trinidad-and-tobago>

<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-20073186>

13.5 Panamá



Política Externa Panamenha

Desde a invasão estadunidense e da deposição de Noriega no Panamá, o país acabou desenvolvendo uma política externa na América muito alinhada aos Estados Unidos, que ainda detém muita influência sobre o país. Nesse sentido, o Panamá esteve envolvido em algumas crises diplomáticas com a Venezuela, haja vista o contexto de crise no país bolivariano e seus desentendimentos com os norte-americanos.

Em 2014, houve uma represália de Maduro para com o governo panamenho ao passo em que este último iniciou um pedido na OEA para o início de uma discussão sobre a crise interna da Venezuela. O ato não foi visto com bons olhos pelo presidente venezuelano, que cortou os laços diplomáticos com o Panamá após o caso. O presidente panamenho expressou surpresa com a decisão da Venezuela e se pronunciou dizendo que os panamenhos apenas esperavam que sua nação irmã [a Venezuela] encontrasse paz e democracia internas. Maduro, por sua vez, defendeu que o Panamá participava de uma conspiração, alinhada aos Estados Unidos, para derrubar seu governo [7]. Tempos depois



os laços diplomáticos foram reatados pelos países, até 2018, quando mais uma crise diplomática afetou os dois países americanos. Nessa, iniciada em março de 2018, os panamenhos impuseram sanções econômicas aos venezuelanos, com a justificativa do país financiar terrorismo, promover lavagem de dinheiro e portar armas de destruição em massa. A Venezuela respondeu com sanções econômicas a inúmeras empresas panamenhas. A crise diplomática teve fim em alguns meses, com uma mediação da República Dominicana e um retorno das embaixadas em ambos os países [8].

Em relação à Guiana, o Panamá possui relações diplomáticas regulares e já realizou parcerias econômicas com o país. A Guiana é um importante fornecedor de arroz para o Panamá, enquanto o Panamá, entre muitos outros setores, tem uma exportação considerável de explosivos para a Guiana [9]. Além disso, o Panamá, por vezes, já foi um dos países que mais recebeu petróleo da Guiana, o que é central para a questão em Essequibo. Grande parte do petróleo guianense que é recebido pelos panamenhos é, muitas vezes, repassado para os Estados Unidos. Mas a questão é mais complexa do que isso, afinal cerca de 78% das exportações do Panamá para a Venezuela são de petróleo refinado, de modo que o Panamá coloca-se também como parte do jogo de refino e comércio de petróleo com os venezuelanos [10] [11].

Portanto, a posição central do Panamá na questão de Essequibo transita entre os problemas históricos diplomáticos com a Venezuela, as relações comerciais com ambos os países e o alinhamentos com os Estados Unidos.

Outras fontes:

- <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/panama>

13.6 Chile



Política externa chilena

Desde o seu regresso à democracia em 1990, o Chile tem sido um participante ativo na arena política internacional. A nação integrou o Conselho de Segurança da ONU entre 2003 e 2005 e viu José Miguel Insulza, um chileno, ser eleito secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O país tem sido um importante ator internacional sobre questões econômicas e de livre comércio, tendo sido, em 2010, aceito como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



Os chilenos possuíam questões territoriais na América Latina com os argentinos, mas estas foram sanadas na década de 90. Já em relação à Bolívia, o país já possuiu algumas crises diplomáticas, com períodos de cortes de relações diplomáticas. Nos últimos tempos, Chile e Bolívia estiveram envolvidos em uma disputa pelas águas do Rio Silala, que encontra-se margeando a fronteira entre esses dois países e que permitiria uma saída para o mar para a Bolívia, que perdeu território que lhe garantisse saída justamente para o Chile na chamada Guerra do Pacífico. Em 2022, a discussão que havia sido levada para a Corte Internacional de Justiça em 2016, se encerrou com ambos os países reconhecendo que o rio tem águas internacionais. Nos pontos restantes, a CIJ rejeitou uma reclamação do Chile sobre o suposto descumprimento da obrigação de cooperação da Bolívia, bem como outra da Bolívia sobre o acesso às águas superficiais do Silala e um pedido de indenização a ser pago pelo governo chileno. As relações diplomáticas entre os dois países estão rompidas desde 1978, quando fracassou a última tentativa de negociar o acesso da Bolívia ao Oceano Pacífico. A decisão do CIJ será definitiva, sem possibilidade de apelação. Por ora, ambos os países se mostraram satisfeitos com a situação, o que demonstra que ambos são a favor de discussões territoriais na CIJ, o que é de extrema relevância para o vigente tema da OEA [1] [2].

Em relação aos países envolvidos na Questão de Essequibo, o Chile possui relações diplomáticas tanto com a Venezuela quanto com a Guiana. O Chile considera a Guiana um dos principais sócios da região do Caribe anglófono, enquanto a Guiana expressou seu interesse em compartilhar a experiência econômica chilena e seu processo de abertura no mundo. Apesar de algumas parcerias econômicas e a importância que o Chile dá a Guiana por ser um dos únicos parceiros mais próximos que integram a Caricom, o Chile não possui laços comerciais envolvendo o petróleo guianense, o que também é central para a Questão de Essequibo. Os chilenos também não possuem tradição comercial de compra do petróleo venezuelano, na medida em que os principais parceiros econômicos do Chile nessa área são o Brasil, do qual importa bastante petróleo cru, e os Estados Unidos, de onde advém seu petróleo refinado [3].

Politicamente, no que tange às relações bilaterais de Chile e Venezuela, as duas nações tiveram relações bem estreitas no início do século 21, sobretudo pelo relacionamento político próximo que tinham Hugo Chávez (presidente da Venezuela eleito em 1999) e Michelle Bachelet (presidente do Chile eleita em 2006). Nesse sentido, ambos os países foram membros fundadores da União das Nações Sul-Americanas. Em 2013, Nicolás Maduro tornou-se presidente da Venezuela após a morte do presidente Chávez. Desde o mandato do Presidente Maduro, a crise na Venezuela atingiu níveis drásticos e contribuiu para a crise dos refugiados venezuelanos, com mais de 200.000 venezuelanos imigrando e procurando asilo no Chile. Como resultado, em junho de 2019, o Chile impôs restrições de visto à entrada de venezuelanos no país. Em resposta, a Venezuela impôs restrições de visto aos cidadãos chilenos que visitam o país. Em janeiro de 2019, como resultado da crise presidencial venezuelana, o governo chileno reconheceu Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, demonstrando oposição ao domínio de Maduro. Em 2023, o Chile reintegrou um embaixador residente em Caracas no governo de Maduro [4] [5].

Em dezembro de 2023, o Chile participou de um comunicado oficial de países sul-americanos, endossado também por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia,



Equador e Peru. Tal comunicado requisitava à Guiana e à Venezuela a utilização de meios pacíficos para solucionar a questão territorial de Essequibo, após o recente aumento das tensões entre os países [6].

FONTES:

[1]: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43480669>

[2]: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/12/chile-e-bolivia-encerram-disputa-sobre-uso-das-aguas-do-rio-silala-sem-decisao-de-corte-da-onu.ghtml>

[3]: <https://oec.world/es/profile/country/chl?yearlyTradeFlowSelector=flow1>

[4]: https://en.wikipedia.org/wiki/Chile%E2%80%93Venezuela_relations

[5]: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/26/apos-crise-migratoria-boric-nomeia-novo-embaixador-chileno-para-a-venezuela>

[6]: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/paises-da-america-do-sul-pedem-a-guiana-e-venezuela-uma-solucao-pacifica-sobre-essequibo/>

13.7 Estados Unidos da América



Contexto histórico

Antes de abordar sobre a atualidade, cabe fazer uma retrospectiva acerca da participação estadunidense nas tensões no entorno de Essequibo.

Ao longo do século XIX, após a conquista da Guiana Britânica, os ingleses vão buscar delimitar o território conquistado, traçando a Linha de Schomburgk. No entanto, territórios que estavam incorporados à Venezuela, desde a criação da Capitania Geral da Venezuela, em 1777, foram inseridos dentro da fronteira da Guiana Britânica com essa Linha - na pretensão de serem territórios guianeses. Com a descoberta de ouro em Essequibo, os britânicos passaram a ocupar a região e, desse modo, é feita uma nova alteração da Linha de Schomburgk, em 1886, que expande mais as fronteiras e passa a abarcar a totalidade da região de Essequibo como parte da Guiana Britânica [21].

Em 1895, sob o viés da Doutrina Monroe - que pregava a ideia da “América para os americanos” -, os Estados Unidos intervieram na disputa fronteiriça em defesa da Venezuela, rejeitando o imperialismo europeu [20]. Assim, em 1897, o Tratado de Washington é assinado (entre os EUA, representando a Venezuela, e o Reino Unido) e prevê a realização de uma arbitragem internacional para a resolução do conflito. O tribunal



encarregado da arbitragem seria composto por dois árbitros estadunidenses, dois árbitros britânicos e um árbitro russo.

O resultado da arbitragem revela, no Laudo Arbitral de Paris de 1899, ser favorável à Guiana e, apesar desse desfecho, a Venezuela acata a decisão. Contudo, em 1949, há uma reviravolta - é publicado um memorando do advogado norte-americano Severo Mallet-Prevost, que atuou na defesa venezuelana no processo de arbitragem em Paris [22]. Nesse relatório, o advogado revela que a arbitragem teria sido parcial e foi marcada por irregularidades e, a partir dessas denúncias, a Venezuela passou a defender que a Sentença de Paris fosse considerada “nula e sem efeito”. Em 1966, às vésperas da independência da Guiana Britânica, o Acordo de Genebra foi assinado, prevendo que qualquer controvérsia deveria ser resolvida pacificamente. No entanto, as negociações não avançaram muito desde então, e o panorama atual é marcado por tensões entre a Guiana e a Venezuela.

Ademais, vale salientar que a defesa estadunidense à Venezuela foi também política. No período entre 1893 e 1897, os Estados Unidos foram atingidos por uma depressão econômica e o presidente Cleveland era criticado pela oposição por não destacar o país como uma potência. Desse modo, os EUA queriam evitar que houvesse uma expansão ainda maior dos britânicos na América do Sul.

Apesar dessa participação dos Estados Unidos na disputa territorial, em defesa da Venezuela, o posicionamento atual do país é favorável à Guiana.

Posicionamento

Em seu posicionamento acerca da disputa de Essequibo, os Estados Unidos defendem a soberania da Guiana [1] - afirmando o pertencimento de Essequibo a essa nação - e se contrapõem à anexação de parte do território pela Venezuela.

No entanto, mais do que uma defesa aos aclamados ideais democráticos e à soberania da nação guianesa, os Estados Unidos possuem interesses políticos e econômicos que moldam seu posicionamento oficial. Afinal, a região de Essequibo, rica em recursos naturais e minerais, contou com a descoberta de mais de 11 bilhões de barris de óleo equivalente [2] na região - revelada pela multinacional estadunidense, ExxonMobil.

Relações EUA-Venezuela

Em grande parte do século 20, os Estados Unidos e a Venezuela eram aliados - aliança essa que rendeu à Venezuela o status de maior fornecedora de petróleo à potência estadunidense durante um breve período na década de 90. Além disso, sob a perspectiva das relações comerciais, empresas venezuelanas, como a Citgo, obtiveram sucesso nos EUA e empresas norte-americanas, como é o caso da ExxonMobil, ganharam muito dinheiro na Venezuela. [20]

Nas últimas décadas, no entanto, as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela têm sido marcadas por tensões, principalmente desde a ascensão de Hugo Chávez ao poder. Em seu governo, Chávez criticava as políticas estadunidenses na América Latina, e as tensões somente se intensificaram no governo de Nicolás Maduro - caracterizando, portanto, um histórico de relações que foi fortemente determinado por desavenças e pelas sanções impostas, ao longo dos anos, pelos Estados Unidos.

Em 2006, sustentados pela falta de colaboração do presidente Hugo Chávez no combate ao tráfico de drogas e ao terrorismo, os Estados Unidos impuseram sanções que limitaram transações comerciais e instituíram controles sobre o comércio de petróleo e ouro com a Venezuela. Em 2014, as sanções passaram a ser justificadas também devido às violações



de direitos humanos cometidas no território venezuelano, sob representação de Nicolás Maduro [3].

Nesse contexto de 2014, foi publicado um relatório [10] intitulado “Punidos por Protestar: Violações aos Direitos Humanos nas Ruas, Centros de Detenção e no Sistema Judiciário da Venezuela” [4], que revelou as investigações da organização não governamental Human Rights Watch em Caracas e três estados - Carabobo, Lara e Miranda. O relatório foi realizado após a repressão de protestos contra as políticas de Maduro, ocorridos em 12 de fevereiro de 2014. Foi relatado que as forças de segurança venezuelanas dispararam e espancaram civis desarmados - nitidamente abusando do poder e empregando excesso de violência nos manifestantes. Além disso, as forças de segurança permitiram que grupos armados pró-governo atacassem os cidadãos desarmados, em alguns casos até mesmo colaboraram abertamente com esses grupos. Portanto, as alegações dos Estados Unidos que justificaram as sanções não eram infundadas - embora isso não signifique, de todo modo, que as atitudes de sancionar incansavelmente a Venezuela tenham sido adequadas, ou sequer eficientes.

Em 2015, foi declarada a Ordem Executiva 1392 [5], que abordava o “Bloqueio de propriedades e suspensão da entrada de certas pessoas que contribuem para a situação na Venezuela”. Anunciada por Barack Obama, tratava-se de uma declaração nacional de emergência dos EUA, tendo em vista as violações dos direitos humanos e a perseguição de opositores políticos na Venezuela, qualificadas como “ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos” [6].

Em 2018, Donald Trump declarou Ordem Executiva 13835 [7], apontando, entre outros fatores, as tentativas de minar a ordem democrática de Nicolás Maduro e a responsabilidade do regime pelo agravamento da crise humanitária na Venezuela. A afirmação dos EUA acerca da ordem democrática deveu-se à antecipação da eleição presidencial na Venezuela [8], que estava prevista para o fim de 2018 e ocorreu, de fato, no dia 20 de maio de 2018. As datas foram alteradas pela Assembleia Nacional Constituinte, ligada a Nicolás Maduro, e o processo eleitoral, cujo resultado foi a reeleição de Maduro, teve rejeição internacional. Os Estados Unidos, no contexto, apontaram a ilegitimidade da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e, após a reeleição de Maduro, impuseram mais sanções [9].

No entanto, em 2022, [12] a Venezuela parecia disposta a realizar um acordo para reduzir as sanções estadunidenses. Nesse contexto, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) emitiu a Licença Geral 41 [13], cuja matéria tratava-se da autorização à empresa petrolífera norte-americana Chevron de colaborar com a PDVSA, empresa petrolífera estatal venezuelana.

Acordo das “eleições livres”

Em 2023, a fim de encorajar “eleições livres” na Venezuela, os Estados Unidos propuseram um acordo, que aliviaria as sanções até então impostas [11]. Nesse viés, um dos itens contidos no acordo correspondia à emissão de uma licença geral de seis meses - autorizando temporariamente transações envolvendo o setor de petróleo e gás na Venezuela - e uma licença autorizando negociações com a Minerven, empresa estatal venezuelana de mineração de ouro. A expectativa estadunidense, conforme explicitada no acordo, era de que a Venezuela garantisse igual oportunidade a todos que quisessem participar do processo eleitoral e libertasse todos os cidadãos norte-americanos e



prisioneiros políticos venezuelanos detidos injustamente. O acordo foi ratificado por ambas as partes, mas já enfrenta desafios.

Nesse contexto, Washington realizou o levantamento de certas restrições às exportações de petróleo e outros ativos, em resposta à ratificação de um acordo entre Maduro e a oposição venezuelana, em Barbados, que parece demonstrar uma tentativa de realizar as eleições de 2024 de uma forma mais democrática. O acordo selado entre Maduro e a oposição inclui, entre outras garantias eleitorais, “a autorização de todos os candidatos presidenciais, desde que cumpram com os requisitos estabelecidos pela lei” [15]. Contudo, vários candidatos da oposição estão desclassificados, por diversas razões.

Entre os impactos mais nítidos do acordo EUA-Venezuela, estão a libertação de alguns opositores na Venezuela e o retorno de venezuelanos indocumentados deportados dos Estados Unidos. No contexto do acordo, Washington esclareceu que, caso Maduro abandonasse medidas como a libertação de opositores políticos, as sanções poderiam ser restabelecidas - visto que foram levantadas, à princípio, por seis meses.

Basta analisar, portanto, o que esse acordo significa sob a perspectiva da Venezuela e dos Estados Unidos. Na perspectiva da Venezuela, o acordo facilitará as atividades comerciais com o exterior, em meio a uma das mais graves crises econômicas da atualidade - que levou à emigração de cerca de um quarto da população [14]. Ademais, tendo em vista que a divulgação do acordo entre os Estados Unidos e a Venezuela ocorreu em outubro de 2023 [16], o aumento de recursos é fundamental para Nicolás Maduro, principalmente tão próximo às eleições eleitorais de 2024.

Na perspectiva dos Estados Unidos, a possibilidade de deportar venezuelanos que migram clandestinamente seria uma maneira de amenizar o problema e do presidente Joe Biden responder às críticas dos opositores acerca do “caos fronteiriço”. A pressão migratória é uma grande problemática para Biden, principalmente com o número quase recorde de imigrantes sem documentação detidos na fronteira sul dos Estados Unidos. Outra questão seria a libertação de prisioneiros políticos estadunidenses presos na Venezuela, uma vez que há a expectativa de serem libertados.

Ademais, no campo energético, como explica o economista venezuelano José Toro Hardy, “a Venezuela sempre atuou como um fornecedor alternativo confiável para os Estados Unidos em tempos de instabilidade no Oriente Médio”. Tendo em vista a guerra em Gaza, há receios de uma possível escalada envolvendo o Irã e a Arábia Saudita, grandes produtores da região, e - somado aos cortes de produção da OPEP em 2023, que impactaram nos preços do petróleo bruto - conclui-se que reativar o fluxo petrolífero venezuelano poderia ser vantajoso.

Por fim, as sanções vigoravam há anos e ficou nítida a sua ineficácia para barrar os impulsos antidemocráticos de Maduro, de forma que um acordo que aliviasse as restrições impostas poderia ser benéfico para ambas as partes. Afinal, assim como na Venezuela, 2024 é ano de eleições presidenciais nos Estados Unidos, e Joe Biden busca a sua reeleição por meio de medidas que possam aumentar sua popularidade.

Relações EUA-Venezuela em 2024

Em janeiro de 2024, apesar do acordo realizado no ano anterior, os Estados Unidos retornaram a impor sanções econômicas à Venezuela. Isso ocorreu três dias depois da confirmação da desqualificação de María Corina Machado pela Justiça venezuelana [17]. Desse modo, com o veto à María Corina Machado - candidata presidencial eleita por ampla maioria em outubro de 2023 como candidata de unidade da oposição -, entendeu-se que



os compromissos de Nicolás Maduro acerca de eleições democráticas não estavam sendo cumpridos. Além disso, a Suprema Corte venezuelana confirmou a desqualificação de Henrique Capriles, possível substituto de Machado na oposição. Cabe salientar, ainda, o contexto de dezembro de 2023, marcado pelo referendo consultivo realizado por Maduro acerca da anexação de Essequibo, que contrariou a Corte Internacional de Justiça.

Segundo o comunicado do Gabinete de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA, todas as empresas estadunidenses que negociem com a empresa Minerven têm até 13 de fevereiro de 2024 para encerrar as transações com a estatal venezuelana. Ou seja, as sanções e restrições dos EUA à Venezuela estão retornando após uma tentativa fracassada de acordo, em 2023, revelando, para 2024, um ambiente de tensões entre os dois países. Jorge Rodríguez, chefe da delegação do governo venezuelano nas negociações com a oposição, afirmou que a Venezuela responderá severamente em caso de retomada ou imposição de sanções pelos Estados Unidos.

Apesar de tudo, María Machado reitera a sua posição na disputa eleitoral. "Quer Maduro queira ou não, ele vai me enfrentar e nós vamos derrotá-lo nas eleições presidenciais". Certamente, instaura-se um novo revés nas relações EUA-Venezuela.

Relações EUA-Guiana

Os Estados Unidos são um forte aliado político e econômico da Guiana e, como é de se esperar, são contrários à pretensão de anexação de Essequibo pela Venezuela.

Desde 2022, de acordo com a Embaixada dos EUA em Georgetown, a 1ª Brigada de Assistência à Força de Segurança do Exército americano realiza "vários exercícios de treinamento conjunto com as Forças de Defesa da Guiana para fortalecer sua capacidade e habilidade nos níveis tático e operacional". Sob esse viés, é nítido que a relação entre esses países é pautada pelo planejamento estratégico e militar, em destaque considerando o contexto de tensões entre Venezuela e Guiana [18].

Além disso, os Estados Unidos pontuaram a Guiana como parceiro de segurança confiável, afirmando que darão continuidade às colaborações que incluem segurança aérea, segurança marítima e combate às organizações criminosas transnacionais.

A Guiana e a Venezuela são regiões ricas em petróleo, o que significa que os EUA também são impactados, de certo modo, pelo confronto, uma vez que a acentuação dos conflitos provocaria um aumento da instabilidade de Essequibo - região cobiçada por Maduro e de alto potencial econômico devido ao combustível fóssil. O apoio explícito dos Estados Unidos dado à Guiana pode ser explicado a partir disso, sendo válido ressaltar que um conflito de fato não seria economicamente interessante, sob a perspectiva estadunidense. Isso porque Essequibo pode ser uma forma dos Estados Unidos dependerem menos do petróleo do Oriente Médio e, além de não quererem fortalecer as reservas de petróleo venezuelanas, os EUA pagam menos na circunstância dos dois países competindo na venda de petróleo, uma vez que - dessa forma - é mais fácil de negociações separadas serem realizadas [19].

Nesse viés, em dezembro de 2023, a embaixada americana em Georgetown anunciou a execução de um exercício militar com sobrevoos dentro do país, visando ao fortalecimento da cooperação e melhora da segurança entre os Estados Unidos e a Guiana. Em resposta, o ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Padrino López, pontuou: "Esta infeliz provocação dos Estados Unidos em favor da ExxonMobil [empresa de petróleo e gás dos Estados



Unidos] na Guiana é mais um passo na direção errada. Alertamos que não seremos desviados de nossas ações futuras para a recuperação de Essequibo” [18].

Posicionamentos futuros

Como já previamente mencionado, ainda que tenha demonstrado apoio militar à Guiana, uma guerra entre a Venezuela e a Guiana não seria economicamente interessante para os EUA. De acordo com Jeff Colgan, professor de Ciência Política da Brown University, "Os Estados Unidos já estão lidando com uma guerra na Ucrânia e a crise em Gaza. Não estão em busca de outro conflito militar para administrar". Ele sustenta que "O governo Biden e a população americana não querem outra briga. E é bastante possível que esta questão se resolva pacificamente" [19]. Portanto, acredita-se, no panorama atual, que Biden não se envolveria diretamente em um conflito militar referente às tensões entre a Venezuela e a Guiana.

[1]<https://www.aljazeera.com/news/2023/12/7/us-throws-weight-behind-guyana-in-territorial-dispute>

[2]<https://epbr.com.br/quantos-barris-de-petroleo-a-exxonmobil-ja-descobriu-na-guiana/#:~:text=0%20pa%C3%ADs%20sul%20americano%20aposta,recuper%C3%A1veis%20na%20costa%20da%20Guiana.>

[3]<https://complyadvantage.com/insights/us-to-propose-venezuelan-sanctions-relief-in-return-for-free-elections/>

[4]<https://www.hrw.org/report/2014/05/05/punished-protesting/rights-violations-venezuelas-streets-detention-centers-and>

[5]<https://ofac.treasury.gov/media/5906/download?inline>

[6]<https://www.federalregister.gov/documents/2015/03/11/2015-05677/blocking-property-and-suspending-entry-of-certain-persons-contributing-to-the-situation-in-venezuela>

[7]<https://2017-2021-translations.state.gov/2018/05/21/ordem-executiva-proibindo-determinadas-transacoes-adicionais-com-respeito-a-venezuela/>

[8]<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/votacao-na-venezuela-e-antecipada-maduro-e-candidato-reeleicao.html>

[9]<https://ofac.treasury.gov/sanctions-programs-and-country-information/venezuela-related-sanctions>

[10]https://www.hrw.org/pt/news/2014/06/26/254280#_ftn1

[11]<https://www.state.gov/signing-of-electoral-roadmap-between-the-unitary-platform-and-representatives-of-maduro/>

[12]<https://complyadvantage.com/insights/us-to-propose-venezuelan-sanctions-relief-in-return-for-free-elections/>

[13]<https://ofac.treasury.gov/media/929531/download?inline>

[14]<https://www.bbc.com/mundo/articles/cv20v5vl2zjo>

[15]<https://www.bbc.com/mundo/articles/c72lvn58d47o>

[16]<https://ve.usembassy.gov/signing-of-electoral-roadmap-between-the-unitary-platform-and-representatives-of-maduro/>



[17] <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03517xew28o>

[18] <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/08/entenda-a-parceria-militar-entre-eua-e-guiana-classificada-pela-venezuela-como-infeliz-provocacao.ghtml>

[19] <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czv2j5wgg41o>

[20] <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55461735>

[21] https://www.youtube.com/watch?v=RXmwfYDe2n8&ab_channel=ProfessorHOC

[22] <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye223n456go>

13.8 ExxonMobil



A ExxonMobil é uma empresa de petróleo e gás com sede nos Estados Unidos, criada a partir de uma fusão da Exxon Corporation com a Mobil Corporation, em 1999. A empresa foi colocada em primeiro lugar do ranking de maiores empresas de petróleo do mundo, realizado pela Economática, em 2018 [4]. A ExxonMobil está envolvida em todas as fases da indústria do petróleo, e tanto a Exxon quanto a Mobil originaram da Standard Oil, fundada no final do século XIX [3].

ExxonMobil na Guiana e os riscos de um desastre ambiental

A escala da descoberta dos barris de petróleo pela ExxonMobil, conhecida com Esso na Guiana, em 2015, colocou a Guiana no topo da lista das principais “bombas de carbono” do globo. Esse termo faz referência a projetos de combustíveis fósseis que possuem a capacidade de liberar mais de uma gigatonelada de dióxido de carbono. E a ExxonMobil planeja produzir na Guiana por dia mais de 1 milhão de barris de petróleo. Segundo o portal da WIRED, é estimado pelos especialistas em clima que, em 2030, grande parte de Georgetown e da costa da Guiana ficarão submersas devido a um aquecimento global descontrolado. Os cidadãos do interior do país sofrerão consequências que vão de agravamento de secas até inundações - levando à piora da insegurança alimentar e à perda de suas moradias. Em 2021, o governo guianês foi processado pelos advogados Janki e Burch-Smith por permitir esse projeto por parte da empresa petrolífera.

No entanto, processar uma empresa desse porte e influência é, no mínimo, complicado. Como ilustrado pelo portal WIRED, “quando vários procuradores-gerais dos EUA processaram a Exxon há cerca de cinco anos por enganar os investidores e o público sobre os riscos das alterações climáticas, um juiz brincou sobre a empresa petrolífera: ‘Vocês têm 300 advogados do seu lado’. A Exxon submeteu então mais de 2 milhões de páginas



de registros a apenas um tribunal de Nova York”. A Guiana está no processo para tornar-se o maior local de produção diária de petróleo da ExxonMobil, dentro de oito anos, e a ação judicial climática realizada pelos advogados busca forçar o governo da Guiana e a empresa petrolífera a aceitarem a responsabilidade pelos danos que irão provocar futuramente [5] [6].

Nesse ano, acerca da disputa territorial de Essequibo, o CEO da ExxonMobil, Darren Woods, pontuou que é uma questão entre Estados e a comunidade internacional, e que ele espera que o processo da CIJ seja respeitado. Ao ser questionado sobre a ausência de forças militares da Guiana para defesa contra um possível ataque da Venezuela, o CEO afirmou que não acha que a Guiana esteja sozinha nesse processo. Darren Woods argumentou que quando soberania de nações são violadas, atitudes são tomadas, de modo que sua expectativa é que haja um suporte internacional para garantir que o processo correto seja respeitado para que a disputa seja resolvida. Ele conclui dizendo que o papel da sua empresa é desenvolver os recursos da Guiana economicamente, de forma ambientalmente responsável, como foram contratados para fazer [7].

O presidente da ExxonMobil da Guiana, Alistair Routledge, afirmou que a empresa não teme à Venezuela e que o contrato com a Guiana é válido, de acordo com as leis internacionais e locais [8] [9].

ExxonMobil Antonia Juhasz, jornalista e analista de petróleo e energia americana, pontuou que, ao mesmo tempo que a empresa alega estar ciente da crise climática e afirma estar dando passos para um modelo de produção menos intensivo em carbono, está tornando um país [Guiana] que não era um produtor de petróleo para um produtor de petróleo enorme - é um desenvolvimento novo, uma vez que a ExxonMobil começou de fato a produção (que é diferente de “exploração” [14]) na Guiana no final de 2019, embora tenha se situado no país em 2015. A decisão da empresa foi feita em um período em que “instituições, incluindo a Agência Internacional de Energia, disseram que, para evitar o pior da crise climática, não podem haver novas produções com combustíveis fósseis”. A analista afirma se tratar de um abismo, uma incompatibilidade, entre a retórica e a realidade que envolve a ExxonMobil [10].

Complementar:

<https://www.youtube.com/watch?v=TREblxdbJ1k>

<https://braziljournal.com/o-ceo-da-exxon-abre-o-jogo-sobe-o-net-zero-quem-vai-pagar-por-isso/>

ExxonMobil e a Venezuela

Desde a década de 1990, a ExxonMobil configurava-se como uma das quatro “associações estratégicas” que exploravam o petróleo de Orinoco, na Venezuela. Além da ExxonMobil, a estadunidense ConocoPhillips, a estadunidense Chevron, a francesa Total, a britânica BP e a norueguesa Statoil estavam inseridas na exploração de petróleo na região [11] [12]. Contudo, em 2006, durante o governo de Hugo Chávez, foi iniciado um ciclo de nacionalizações na Venezuela, o qual tinha o petróleo como centro (“El petróleo es nuestro”). Novas leis de regulamentação do petróleo foram estabelecidas e, de acordo com o novo modelo colocado, a estatal venezuelana PDVSA deveria ter um mínimo de 60% de participação nas quatro “associações estratégicas” previamente mencionadas, caso contrário, seriam expulsas pela Venezuela [12] [13]. Contudo, a multinacional de petróleo ExxonMobil - assim como a ConocoPhillips - não aceitou a sua permanência na região nos



termos colocados e, em resposta, exigiu dezenas de bilhões em dólares como compensação. Em 2014, no entanto, o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos concluiu que a Venezuela só precisava pagar US\$ 1,6 bilhão à ExxonMobil, o que deixou o CEO da empresa, Rex Tillerson, furioso [Atualmente, o CEO não é mais Tillerson, é Darren Woods]. A ExxonMobil havia assinado um acordo de exploração de petróleo com a Guiana em 1999, mas somente em 2015, após o veredito negativo do Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos, que a multinacional começou a explorar a costa. Como coloca o historiador Vijay Prashad, “A ExxonMobil usou todo o peso de uma campanha máxima de pressão dos EUA contra a Venezuela, tanto para consolidar seus projetos no território disputado quanto para minar a reivindicação da Venezuela sobre a região de Essequibo. Esta foi a vingança de Tillerson”.

Desse modo, houve a descoberta de reservas de petróleo em Essequibo pela ExxonMobil, em 2015, e a partir disso foi traçado um acordo com a Guiana. O Acordo de Compartilhamento de Produção entre a empresa e a Guiana foi vazado e revelou como a Guiana havia se saído mal nas negociações. A ExxonMobil, isenta de qualquer imposto, recebeu 75% da receita do petróleo para recuperação de custos, sendo o restante dividido meio a meio com a Guiana. Além disso, o acordo aprisiona os futuros governos da Guiana em um acordo desfavorável, uma vez que consta a impossibilidade de qualquer alteração ou renegociação do acordo sem ter o aval da multinacional [1].

Em 3 de dezembro de 2023, Nicolás Maduro realizou um referendo acerca do território de Essequibo, cujo resultado foi favorável à soberania da Venezuela sobre a região. “Hoje, não há vencedores ou perdedores”, afirmou o presidente venezuelano. O único vencedor, segundo Maduro, é a soberania da Venezuela. E o principal perdedor, disse ele, é a ExxonMobil. Ademais, a multinacional foi mencionada pelo vice de Maduro, que sustentou a acusação de que a Guiana seria o “instrumento servil” da empresa ExxonMobil e de aliados, visando a atingir a Venezuela e a despojar o país da região de Essequibo [2].

[1]<https://aepet.org.br/artigo/a-exxonmobil-quer-iniciar-uma-guerra-na-america-do-sul/>

[2]<https://sputniknewsbr.com.br/20240202/guiana-e-instrumento-da-exxonmobil-para-atacar-a-venezuela-diz-vice-de-maduro-32864147.html>

[3]<https://www.britannica.com/topic/Exxon-Mobil-Corporation>

[4]<https://exame.com/invest/mercados/as-15-maiores-do-setor-de-petroleo-do-mundo-petrobras-esta-na-lista/>

[5]<https://www.wired.com/story/the-quest-to-defuse-carbon-bomb-guyana/>

[6]<https://youtu.be/Cr29YObSrlU?si=nGeJuqbRiPjgpGwM>

[7]<https://youtu.be/nWVRgjQtW80?si=JIUv4SjujFjvpp29>

[8]https://youtu.be/jR7t_-kY1k?si=4pgXwHMXqFPSS_EY

[9]<https://www.cartacapital.com.br/mundo/venezuela-promete-resposta-contudente-apos-anuncios-de-exploracao-de-petroleo-na-guiana/>

[10]<https://youtu.be/BwVgGlXR6uw?si=vx1af3sUaVr5stiO>

[11]https://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Adriana_Fiorotti_Campos.pdf [página 213 do pdf]

[12]<https://oglobo.globo.com/economia/chavez-vai-assumir-controle-de-campos-petroliferos-em-poder-de-multinacionais-4236283>

[13]<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2606200707.htm>

[14]<https://www.petrobras.com.br/quem-somos/exploracao-e-producao>



13.9 Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte



Em 1966, meses antes de conceder a independência à Guiana, o Reino Unido assina o “Acordo de Genebra”, o qual defende a busca de uma resolução pacífica para as tensões entre o Reino Unido/a Guiana Britânica e a Venezuela.

“O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, em consulta com o Governo da Guiana Britânica e o Governo da Venezuela [...] está convencido de que qualquer controvérsia pendente entre o Reino Unido e a Guiana Britânica, por um lado, e a Venezuela, por outro, prejudicaria o avanço dessa cooperação e, portanto, deveria ser resolvida amigavelmente de maneira aceitável para ambas as partes” [1].

No entanto, as negociações não avançaram muito e a problemática reacendeu com a descoberta de barris de petróleo da ExxonMobil, em 2015.

A Guiana levou o caso à Corte Internacional de Justiça (CIJ), uma vez que defende que Essequibo pertence a seu território desde 1899, quando houve a decisão da arbitragem internacional [2]. Em dezembro de 2020, a CIJ concluiu que tinha competência para julgar a petição apresentada pela Guiana acerca da validade da Sentença Arbitral de 3 de outubro de 1899 e da disputa de Essequibo [3].

Em junho de 2023, a Venezuela defendeu que o Reino Unido seria um terceiro indispensável para a resolução da disputa de Essequibo, “sem o consentimento do qual a Corte não pode julgar a disputa” [4]. Contudo, em abril de 2023, a CIJ determinou que o Reino Unido não terá envolvimento no caso que está em curso no órgão internacional [5].

Em dezembro de 2023, dias antes do referendo consultivo em Caracas - realizado por Maduro na temática da anexação de Essequibo -, a CIJ declarou que é plausível o direito à soberania Guiana. Em seguida, orientou à Venezuela a “abster-se de tomar qualquer ação que possa modificar essa situação” [6].

Posicionamento

Em dezembro de 2023, após o referendo consultivo sobre a questão de Essequibo ter sido realizado na Venezuela, o chanceler britânico David Cameron afirmou que não vê “absolutamente nenhum argumento para uma ação unilateral por parte da Venezuela”. O chanceler argumentou que as fronteiras foram estabelecidas em 1899 e ainda ressaltou: “Espero ter alguns telefonemas mais tarde com o presidente da Guiana e outros na região para tratar de assegurar que este passo tão retrógrado que se deu não vá mais além” [7].



Em resposta, no mesmo mês, Yván Gil, ministro das Relações Exteriores do regime chavista, declarou que a atitude imperialista britânica levou ao roubo de Essequibo e exigiu que David Cameron “retire suas mãos da América Latina” e cuide de seus próprios assuntos [8]. No dia 14 de dezembro de 2023, Nicolás Maduro e Irfaan Ali, presidente da Guiana, reuniram-se e, apesar das divergências acerca da pertença do território de Essequibo, concordaram em “não se ameaçarem mutuamente ou usarem a força em relação a Essequibo” e em realizar um “diálogo direto”, “sem interferência de terceiros”.

No dia 18 de dezembro, o chefe de diplomacia do Reino Unido nas Américas, David Rutley, realizou uma reunião em Georgetown com o presidente guianês Irfaan Ali. Na ocasião, reafirmou o apoio britânico à Guiana e, após a reunião, declarou: “Hoje, em Georgetown, reiterarei nosso firme apoio à integridade territorial, soberania e paz regional da Guiana”. Em resposta, Yván Gil, o ministro venezuelano das Relações Exteriores, afirmou - na plataforma X (Twitter) - que “O ex-império, invasor e escravista, que ocupou ilegalmente o território da Guiana-Essequiba e atuou de forma tortuosa e rastejante contra os interesses da Venezuela, insiste em intervir em uma controvérsia territorial que eles mesmos criaram. Esta controvérsia será resolvida de maneira direta entre as partes” [10]. Além disso, classificou David Rutley como “filibusteiro”, que, no contexto das relações internacionais, corresponde a alguém que, ao menos de forma nominal, engaja em uma expedição militar não autorizada em um território estrangeiro, ou em um outro país, a fim de declarar apoio ou encorajar uma sucessão ou revolução política [11].

Ainda em dezembro de 2023, no dia 24, foi anunciado, pelo Reino Unido, o envio de um navio militar à ex-colônia britânica Guiana. O ministro da Defesa britânico declarou que o “HMS Trent” iria para Guiana, aliada regional do Reino Unido, a fim de realizar compromissos na região. O navio, que costumeiramente tem suas operações no Mar Mediterrâneo, já havia se deslocado, no início do mês, para o Caribe a fim de combater o tráfico de drogas [9].

Portanto, como evidenciado, há um clima de tensões e divergências entre o Reino Unido e a Venezuela, que foi acentuado a partir do referendo de Nicolás Maduro. O referendo consultivo, realizado no dia 3 de dezembro de 2023, contou com cinco perguntas relacionadas a Essequibo, aprovadas por mais de 95% dos eleitores. Na pergunta inicial, foi questionado: “Você está de acordo em rejeitar por todos os meios, conforme a lei, a linha fraudulentamente imposta pelo Laudo Arbitral de Paris de 1899, que visa privar-nos de nossa Guiana Essequiba?” [12] [12] [13].

Destarte, resta saber quais serão os próximos passos acerca da problemática - principalmente considerando a crescente defesa britânica à soberania guianesa.

[1]https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GB-VE_660217_Agreement%20to%20Resolve%20Controversy%20over%20Frontier%20British%20Guiana.pdf

[2]<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/venezuela-reitera-que-nao-reconhece-jurisdicao-da-cij-sobre-a-disputa-por-essequibo/>

[3]<https://www.icj-cij.org/node/203345#:~:text=In%20its%20Judgment%20delivered%20on,boundary%20dispute%20between%20Guyana%20and>

[3]<https://www.icj-cij.org/node/202654>



- [4]https://clickpetroleoegas.com.br/tensao-entre-venezuela-e-guiana-disputa-por-territorio-rico-em-petroleo/#google_vignette
- [5]https://www.conjur.com.br/2023-dez-04/referendo-venezuelano-nao-e-ilegal-mas-acao-militar-na-guiana-fere-direito-internacional/#_ftn22
- [6]<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/reino-unido-critica-ameaca-da-venezuela-contra-territorio-da-guiana/>
- [7]<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/venezuela-chama-chanceler-britanico-de-fracassado-e-acusa-reino-unido-de-ter-roubado-essequibo/>
- [8]<https://www.cartacapital.com.br/mundo/reino-unido-envia-navio-de-guerra-a-guiana-em-meio-a-tensoes-com-a-venezuela/>
- [9]<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2023/12/18/reino-unido-reafirma-apoio-a-guiana-em-disputa-com-venezuela.htm>
- [10]https://pt.wikipedia.org/wiki/Flibustaria#Ver_tamb%C3%A9m
- [11]<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/03/venezuela-referendo-anexacao-essequibo-guiana.ghtml>
- [12]<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/04/venezuela-guiana-referendo.ghtml>
- [13]https://tribunadosertao.com.br/noticias/2023/12/02/497674-guiana-essequibo-quais-as-perguntas-do-referendo-na-venezuela-sobre-o-territorio-contestado#google_vignette



13.10 Federação Russa



Acerca do contexto histórico da Rússia na disputa de Essequibo, cabe salientar a arbitragem internacional realizada para definir a quem pertenceria Essequibo - à Guiana Britânica ou à Venezuela -, cujo resultado foi divulgado em 1899, no Laudo Arbitral de Paris. Nessa arbitragem, haviam cinco membros: o Senhor Chefe de Justiça Russell e o Senhor Juiz Collins da Grã-Bretanha, o Juiz-Chefe Fuller e o Juiz Brewer da Suprema Corte dos Estados Unidos, e, como presidente, Professor F. de Martens, um destacado escritor russo de direito internacional. A decisão, favorável à Guiana Britânica, foi unânime - breve e sem argumentações, apenas delimitou a linha de fronteira aprovada, que começava no Ponto Playa e seguia até a junção dos rios Barima e Mururuma e, ao sul, ao longo do rio Amacura. Desse modo, 90% do território em disputa foi concedido à Grã-Bretanha, mas a foz do rio Orinoco e uma região nas cabeceiras ao sudeste do rio foram concedidas à Venezuela [\[1\]](#).

No entanto, em 1949, foi divulgado um documento elaborado pelo advogado Severo Mallet-Prevost, que alegou irregularidades e parcialidade na arbitragem, explicando o que realmente teria ocorrido durante o processo. Segundo Mallet-Prevost, depois que os argumentos foram ouvidos pelo Tribunal de Arbitragem, o Juiz Brewer (estadunidense) afirmou a ele que o Professor Martens, o Presidente Russo do Tribunal, havia chamado os dois árbitros estadunidenses para declarar que ele e os árbitros britânicos estavam ansiosos para uma decisão unânime. O Professor Martens propôs que fosse delineada uma linha fronteira a leste da foz do rio Orinoco. Caso os juízes estadunidenses concordassem com a decisão, o voto seria unânime - caso contrário, ele votaria junto aos juízes britânicos pela fronteira reivindicada pela Grã-Bretanha. No último caso, pela maioria de votos, a fronteira proposta pela Grã-Bretanha acabaria sendo acatada.

Logo, os árbitros estadunidenses, por mais que indignados, decidiram que aceitar a proposta de unanimidade seria a melhor opção - uma vez que, caso optassem por uma discordância minoritária, iriam privar a Venezuela de um valioso território e da foz do grande Rio Orinoco, incluídos na linha proposta pela Grã-Bretanha (que seria a definida, caso não fosse uma decisão unânime, mas sim uma majoritária dos representantes da Grã-Bretanha e Rússia).

O advogado Mallet-Prevost afirmou estar seguro que o posicionamento dos membros britânicos e do membro russo era fruto de algum acordo no qual a Grã-Bretanha teria concedido vantagens à Rússia em alguma outra parte do globo. Em destaque, o advogado



notou uma mudança repentina na atitude do juiz britânico Lorde Collins, que inicialmente demonstrou interesse nos argumentos e evidências, sinalizando um reconhecimento da justiça das reivindicações da Venezuela, mas - após uma visita à Inglaterra durante o recesso do tribunal - tornou-se taciturno e apático. Segundo o advogado, ele estaria convencido de que “durante a visita de Martens à Inglaterra um acordo foi concluído entre Rússia e Grã-Bretanha para decidir o caso seguindo as linhas sugeridas por Martens e que pressão para esse fim de alguma forma foi exercida sobre Collins para seguir esse curso”.

Após tomar conhecimento sobre a questão, o conselheiro ex-presidente dos Estados Unidos Benjamin Harrison teria afirmado a Mallet-Prevost:

"Mallet-Prevost, se algum dia for descoberto que tivemos o poder de salvar a foz do Orinoco para a Venezuela e não o fizemos, nunca seremos perdoados. O que Martens propõe é iníquo, mas não vejo outra alternativa para Fuller e Brewer senão concordar" [1].

Portanto, Mallet-Prevost concluiu que a decisão consequentemente proferida foi unânime e, apesar de ter fornecido à Venezuela a região mais importante estrategicamente em questão, foi injusto para Venezuela e a privou de um território extenso e relevante, ao qual “a Grã-Bretanha não tinha sequer a sombra de direito”.

Posicionamento e relações com a Venezuela

A Rússia tem relações próximas com a Venezuela, principalmente na contenção dos interesses da nação estadunidense. Vladimir Putin, em meio às sanções dos EUA à Venezuela, tem dado apoio a um dos maiores produtores de energia da América a descarregar petróleo sancionado. Além disso, o representante russo tem oferecido proteção pessoal a Nicolás Maduro e enviado bilhões de dólares em armamento militar [3]. A Rosneft, petrolífera estatal russa, tornou-se a principal negociante de petróleo venezuelano - ajudando a Venezuela com envios de petróleo para compradores na Índia e na China. Desse modo, a petrolífera russa está garantindo que a PDVSA, estatal da Venezuela, possa prosseguir abastecendo os compradores. Segundo a fonte de uma empresa de comércio de petróleo, “A Rosneft tem lidado diretamente com o petróleo da Venezuela, consertando navios e oferecendo-o aos usuários finais” [4].

A petrolífera estatal russa não viola as sanções estadunidenses, uma vez que admite o petróleo como parte dos acordos de serviço da dívida, após ter realizado empréstimo de dinheiro à Venezuela em anos anteriores. A Rússia - além da China - considera as sanções dos Estados Unidos contra a Venezuela ilegais e unilaterais.

A assessoria de imprensa do Kremlin afirmou que Nicolás Maduro disse a Putin acerca das negociações com a Guiana, em relação à Essequibo, e que Putin foi a favor de uma resolução diplomática para essa questão [5]. No dia 21 de dezembro de 2023, o presidente Vladimir Putin declarou que, durante uma conversa com Nicolás Maduro sobre a agenda internacional, "foram enfatizadas a uniformidade de abordagens para a formação de uma ordem mundial multipolar justa, a rejeição de sanções ilegais e a interferência nos assuntos internos dos Estados" [2].



Segundo o diário colombiano The City Paper, a sombra da Rússia acrescenta complexidade à questão de Essequibo. O The City Paper afirma a realização, por Maduro, de uma campanha de desinformação para ganhar apoio dos venezuelanos, cujo modelo se assemelha ao que a Rússia emprega na Ucrânia. O membro da equipe de assessores da Comissão de Inteligência do Congresso Peruano, Jorge Serrano, afirmou que “esta operação meticulosamente estruturada para enganar faz parte de uma guerra psicológica executada pelos serviços secretos russos e cubanos” [6].

De acordo com Serrano, a retórica agressiva de Nicolás Maduro tem sido uma estratégia para desviar a atenção da crise econômica e das eleições presidenciais, com a expectativa de alimentar o nacionalismo na Venezuela. A finalidade de Maduro, então, seria de apresentá-lo como defensor dos direitos venezuelanos sobre Essequibo e suas riquezas, empregando o conflito como plataforma política. Serrano acrescenta que a aliança entre Rússia, Cuba e Venezuela tem a guerra psicológica como uma das principais abordagens - método que não só apoia o regime de Maduro, mas também persegue seus opositores. Por fim, Jorge Serrano pontua que o regime venezuelano “está ciente de que a captura pela força dos recursos do Essequibo seria suicida. Isto desencadearia uma guerra por invasão injustificada, marcando o fim do despotismo de Maduro e gerando consequências a nível geopolítico na região”.

[1]<https://allanbrewercarias.com/wp-content/uploads/2023/04/Memorandum-Mallet-Prevost.-Testimonio-Otto-Schoenrich.1944.-Nulidad-Laudo-Arbitral-1899.-Controversia-Guayana-Esequiba.pdf>

[2]<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/23/venezuela-e-guiana-qual-o-interesse-da-russia-na-disputa-por-essequibo>

[3]<https://foreignpolicy.com/2022/03/22/venezuela-guyana-essequibo-maduro-opposition-oil/>

[4]<https://www.reuters.com/article/us-russia-venezuela-oil/rosneft-becomes-top-venezuelan-oil-trader-helping-offset-u-s-pressure-idUSKCN1VC1PF/>

[5]<https://tass.com/politics/1725143>

[6]<https://dialogo-americas.com/articles/russias-influence-in-the-essequibo-conflict/>



13.11 República da Colômbia



Relações Colômbia-Venezuela

Na fronteira compartilhada entre a Venezuela e a Colômbia, conflitos entre grupos armados, como o ELN e dissidentes das Farc, têm ocorrido e, em resposta, os países afirmaram que buscarão trabalhar para reforçar a segurança na região. No final de julho de 2022, foi divulgado, em uma declaração conjunta, pelos representantes da Venezuela e futuro presidente da Colômbia (agora presidente, Gustavo Petro), um planejamento para retomar as relações diplomáticas [5].

Assim, como previsto, as relações entre os países foram restabelecidas ainda em 2022. O principal motivo do rompimento de relações nos anos anteriores havia sido o apoio, em 2019, do presidente colombiano Iván Duque ao presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó - pouco após a posse de Nicolás Maduro.

A Venezuela e a Colômbia vivem momentos de rompimento e estreitamento dos laços diplomáticos e políticos desde, pelo menos, o final da década de 1990 [6]. O enfrentamento colombiano do narcotráfico afeta a Venezuela de forma direta - isso porque, nos acordos de defesa e segurança, os países enfrentam um exaustivo processo de desconfiança e tensões, que colaboram para a tomada de decisões unilaterais dos dois lados e provocam o término de acordos relacionados à cooperação visando a mitigar os problemas do narcotráfico [7].

O Grupo de Lima

O Grupo de Lima, criado em 2017, reuniu o Peru, a Argentina, o Brasil, a Colômbia, o México e o Canadá, com o objetivo de colaborar para a estabilização da Venezuela. De acordo com a coordenadora do curso de Relações Internacionais da FAAP, Fernanda Magnotta, "O Grupo de Lima tem tido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária, mecanismos de isolamento diplomático e sanções econômicas. Não tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações na esfera militar". [8]

Em 2019, houve um acréscimo no número de países membros do Grupo para 14 nações, contudo, em março de 2021, a Argentina realizou sua retirada, sustentando que "isolar o Governo da Venezuela e seus representantes não levaram a nada" [9]. Na Declaração do Grupo de Lima, de 2020, foi explicitado - entre outros pontos - que os países envolvidos:

1. Renovam sua unidade e firme compromisso em favor do Presidente Encarregado Juan Guaidó, da transição democrática, e da reconstrução



institucional, econômica e social na Venezuela, país que vive uma crise multidimensional sem precedentes, que tem gerado o sofrimento crescente do povo venezuelano e que se agravou em função da pandemia de COVID-19. [...] 3. Expressam o seu firme repúdio ao anúncio do regime ilegítimo de realizar eleições parlamentares sem as garantias mínimas e sem a participação de todas as forças políticas. [10]

Posicionamento

Em 2023, o presidente colombiano Gustavo Petro recebeu líderes mundiais em Bogotá para discutir a situação política da Venezuela - evento que teve o comparecimento de 19 países e a União Europeia. Na conferência, Petro defendeu a retirada de sanções à Venezuela, mas também pressionou o agendamento de eleições democráticas por Nicolás Maduro [2].

A Colômbia acompanha de perto a crise venezuelana - cerca de 2,5 milhões de migrantes da Venezuela estão no país colombiano, fazendo-o o maior receptor de migrantes da região e o segundo país que mais recebe migrantes do mundo (dado de abril de 2023), atrás apenas da Turquia. Ou seja, o país colombiano abriu as portas para quem foge de um país em condições similares a de uma guerra - de acordo com o Programa Alimentar Mundial, a maior agência humanitária de combate à fome no globo, ao menos 9,3 milhões de cidadãos venezuelanos sofrem de fome. Ademais, segundo a organização não-governamental Human Rights Watch, as forças de segurança de Maduro executaram extrajudicialmente quase 18 mil pessoas - e muitos foram torturados, de acordo com a Missão de Investigação da ONU, que ainda declarou que agentes cubanos participaram em atividades de inteligência [3].

Nas palavras de Smolansky, ex-prefeito de El-Hatillo, na Venezuela, exilado desde 2017:

“O presidente da Colômbia estabeleceu a preservação da floresta tropical sul-americana [...] como prioridade máxima. Mas pouco disse sobre os 1,4 milhões de hectares desmatados na Amazônia venezuelana, o que representa a quinta taxa mais rápida do mundo. Além disso, Maduro não foi responsabilizado pelos quase 8 mil milhões de metros cúbicos de queima de gás na Venezuela, tornando o país o quinto pior desempenho a nível mundial, de acordo com o último relatório do Banco Mundial” [3].

Em julho de 2023, a Agência O Globo pontuou que a Venezuela deixou de prioridade na agenda de Petro. Nos primeiros meses de mandato, o presidente procurou restabelecer as relações com a Venezuela e tentar trazer Maduro para o cenário internacional - incentivando-o a dialogar com a oposição. Apesar de ter conseguido restabelecer as relações com o país, não foi capaz de mediar a crise política da Venezuela. O presidente colombiano, aos poucos, compreendeu que Maduro não tem a intenção de atuar em um processo democrático transparente - para Petro, resolver a crise política da Venezuela seria uma forma de se posicionar como líder mundial, mas isso não ocorreu, por enquanto [4].

Em sua participação no Fórum Econômico Mundial, uma organização não-governamental, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, pontuou que “O que a vida humana deveria considerar não é quem é dono de Essequibo, mas que o petróleo de Essequibo não deve ser



extraído porque, se extraído, nossa luta contra a crise climática torna-se praticamente um discurso inócuo”. Além disso, durante a COP-28, a Colômbia assinou o tratado de não-proliferação de combustível, reiterando a relevância da região amazônica que, segundo Petro, é o fundamento da vida humana [1].

[1]: <https://en.mercopress.com/2024/01/17/essequibo-about-to-become-military-conflict-colombia-s-petro-tells-wef>

[2]: <https://www.aljazeera.com/news/2023/4/25/colombia-hosts-international-conference-to-discuss-venezuela>

[3]: <https://www.americasquarterly.org/article/gustavo-petro-cant-ignore-human-rights-in-venezuela/>

[4]: <https://www.folhape.com.br/politica/venezuela-deixa-de-ser-prioridade-na-agenda-de-gustavo-petro/278511/>

[5]: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/28/venezuela-e-colombia-retomam-relacoes-diplomaticas-apos-tres-anos-de-ruptura.ghtml>

[6]: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/relacoes-entre-venezuela-e-colombia.htm>

[7]: <https://relacoesexteriores.com.br/rompimento-venezuela-equador-colombia/>

[8]: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-representantes-de-14-paises-para-discutir-crise-na-venezuela.html>

[9]: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-24/argentina-se-retira-do-grupo-de-lima-isolar-o-governo-da-venezuela-nao-levou-a-nada.html>

[10]: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-do-grupo-de-lima-8#:~:text=Os%20Governos%20de%20Bol%C3%ADvia%2C%20Brasil,1



13.12 Argentina



Política externa e situação atual

A Argentina tem como característica uma certa autonomia ideológica com relação às grandes potências, o que não infere autonomia financeira dos mesmos. Nos anos recentes, especialmente após a década de 2000, a Argentina buscou um posicionamento mais neutro com relação aos Estados Unidos e mais próximo aos países vizinhos latino-americanos, até a eleição recente de Javier Milei, que tem demonstrado uma aliança clara e incondicional aos Estados Unidos e ao Bloco Capitalista Ocidental, rejeitando o que se chama de Sul Global.

Em relação aos países envolvidos na fronteira de Essequibo, a Argentina possui relações diplomáticas oficiais tanto com a Venezuela quanto com a Guiana. Durante a primeira década do séc. XXI, Argentina e Venezuela tiveram ótimas relações, com parcerias econômicas que interessavam a ambos os países. Desde a chegada de Maduro ao poder, a Argentina tem acompanhado a maioria dos países sul-americanos em um corte de relações frequentes com a Venezuela. Em 2011, com o governo Macri, a Argentina se aproximou relativamente da Guiana, no que tange, sobretudo, a acordos econômicos e de transferência tecnológica. Em 2014, os dois países anunciaram um programa de intercâmbio sobre formação turística e gestão de áreas protegidas a ser financiado pelo Fundo Argentino de Cooperação Horizontal. A Argentina também prestou cooperação à Comissão de Áreas Protegidas (PAC) da Guiana com propostas de visitas de intercâmbio dos representantes da comissão e da Administração de Parques Nacionais da Argentina (APN) [\[1\]](#).

Em 2023, as eleições argentinas levaram ao surgimento de um novo personagem na política do país e, sobretudo, com posições bem enfáticas no seu discurso para com a política externa, apesar de não haver tempo histórico suficiente para se saber da materialidade e coragem da Argentina em aplicar suas falas. Javier Milei, eleito presidente argentino em 2023, é um político personalista e que se descreve com roupagens antissistema como “anarco capitalista” e “liberal libertário”. Na prática, ele assumiu a cadeira presidencial aos poucos moderando seu discurso, à medida que conseguiu apoio da direita tradicional. Com promessas econômicas ousadas, há pouquíssimo tempo para se dizer qual será a postura argentina nos próximos anos. Entretanto, até então, a nação vizinha do Brasil assistiu ao fechamento de ministérios, corrida para a privatização de



estatais, leis que aumentam e intensificam as prisões em casos de manifestações nas ruas, além de cortes de gastos.

Frente ao discurso externo, Milei se elegeu falando abertamente que rejeitaria e cortaria relações com os países por ele considerados “de esquerda”. No pacote, incluía-se China, Brasil, Venezuela, entre outros. Na prática, os argentinos não podem se desfazer de suas parcerias econômicas com a China e Brasil, por exemplo, listados entre os maiores parceiros econômicos do país e que, sem dúvidas, são vitais para sua economia. Contudo, com o advento de Milei ao poder, a Argentina, por exemplo, recusou o convite para integrar os BRICS+, num novo movimento, anterior à sua eleição, no qual o Brasil tentou a admissão da Argentina ao grupo, que pretende se expandir cada vez mais. Recentemente, o então presidente argentino se envolveu em troca de ofensas com Nicolás Maduro. O presidente venezuelano tem criticado Milei desde que assumiu, já classificando suas atitudes como “loucura” e “desastre” e, inclusive, ofendendo Javier de “bandido”, se referindo a um suposto roubo de uma aeronave venezuelana. Milei, por sua vez, chamou o presidente da Venezuela de “socialista empobrecedor” e respondeu a uma fala do venezuelano ao dizer que “Maduro dizendo que sou um erro histórico na América Latina confirma que estamos no caminho certo”. As relações entre Venezuela e Argentina encontram-se dilaceradas no momento e uma posição do presidente argentino em relação a Essequibo, com certeza, passa por uma oposição a qualquer atitude venezuelana mais ousada [2] [3] [4] [5].

FONTES:

[1]: <https://www.guyanagraphic.com/politics/argentinas-political-change-can-influence-cchanges-unasurs-strategies/>

[2]: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/maduro-classifica-de-loucura-e-desastre-decreto-de-milei-na-argentina/>

[3]: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/maduro-chama-milei-de-louco-e-bandido-apos-acusa-lo-de-roubar-aviao-da-venezuela-que-estava-retido-em-buenos-aires/>

[4]: <https://www.poder360.com.br/internacional/ser-chamado-de-erro-na-historia-por-maduro-e-elogio-diz-milei/>

[5]: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/01/16/milei-responde-maduro-chamando-o-de-socialista-empobrecedor.ghtml>



13.13 Brasil



Política externa no século XXI

No hodierno, o Brasil notabiliza-se pela sua diplomacia, a qual preza pelo diálogo e pela negociação como instrumentos de resolução de confrontos. Para tal, suas relações interestatais são guiadas pelos princípios de soberania, autonomia, não intervenção e desenvolvimento nacional. O primeiro conceito define-se pelo respeito à autoridade de cada Estado governar seu respectivo território, o que ampara-se na noção de autonomia. A autonomia pode ser conceituada como o direito de cada estado tomar decisões e agir de forma independente, sem a influência de outra nação. Outrossim, a não intervenção defende que nenhum país pode intervir em questões internas de outro estado, a menos que autorizado pela ONU. Por fim, a busca pelo desenvolvimento nacional, em se tratando da política externa, consiste na priorização de acordos e parcerias vantajosas para o Brasil. [\[1\]](#) [\[2\]](#)

Posicionamento frente à questão de Essequibo

O impasse territorial entre Guiana e Venezuela pela região de Essequibo coloca a Diplomacia brasileira em uma posição extremamente delicada. Enquanto o Brasil celebra com o primeiro 55 anos de relações diplomáticas amistosas, os 30 anos de acordos e compromissos assinados com a Venezuela têm relevância inquestionável. Logo, a declaração de apoio a qualquer um dos vizinhos repercutiria negativamente na economia brasileira e em suas relações internacionais. Como o então Ministro das Relações Exteriores afirmou em carta, em 2018, em comemoração dos 50 anos das relações bilaterais com a Guiana: “Várias iniciativas de cooperação têm tido impacto positivo no desenvolvimento econômico e social. É o caso da perfuração, pelo Exército Brasileiro, de poços artesianos na região do Rupununi, que beneficiará cerca de 10 mil pessoas em comunidades próximas à fronteira”. [\[3\]](#).

Outro problema para o Brasil, que concerne a questão de Essequibo, diz respeito à antiga possibilidade de instalação de bases estrangeiras na Guiana e a ameaça à soberania brasileira sobre a região da Bacia Amazônica. Essa preocupação tornou-se mais urgente quando, em dezembro de 2023, os Estados Unidos confirmaram a realização de exercícios militares aéreos sobre a Guiana em apoio à nação. Em resposta, o Ministério da Defesa do Brasil reforçou de antemão a segurança na fronteira entre Roraima e os dois países latinoamericanos. Por motivos de proteção de sua área de influência e soberania sobre o



território e seus recursos naturais, o presidente da República Lula reforçou não tolerar qualquer incursão que passe pelo Brasil e se prontificou a mediar o conflito caso necessário. O temor de uma escalada da tensão na região fronteira também é compartilhado pelos moradores do estado brasileiro. Robero Osme relata os impactos de um possível fechamento da fronteira de Bonfim com a Guiana: “Ninguém vem passear em Bonfim. Aqui não tem ponto turístico, não tem nada. As pessoas passam aqui para fazer negócio, vão para a Guiana. Aqui é uma porta de saída [para o país vizinho]”. [4] [5]

Por hora, as ações do governo federal apresentaram caráter conciliador e mediador, o que corresponde ao posicionamento histórico da nação em disputas do gênero. Assim, o Brasil, localizado entre a Guiana e a Venezuela, busca dissuadir Nicolás Maduro em suas investidas contra a Guiana. Logo, o posicionamento oficial do Itamaraty é em prol da paz e por meio de negociações. Em nota conjunta, os países do Mercosul juntamente com Chile, Colômbia, Equador e Peru expressaram sua “profunda preocupação com a elevação das tensões”. [6] [7]

Fontes:

- [1]https://www.politize.com.br/politica-externa-brasileira-principios-historia/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=CjwKCAiAivGuBhBEEiwAWiFmYR1ae6bpe2RGOZ1wDMq2odUrqj0du4a0yaNrf9rR5OYNuhage--zARoCZVOQAvD_BwE
- [2]https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3365/2/td_2023_sumex.pdf
- [3]<https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/976#:~:text=Brasil%20e%20Guiana%20comemoraram%2C%20em,a%20residir%20no%20pa%C3%ADs%20vizinho.>
- [4]<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pr237d1g7o>
- [5]<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/brasileiros-que-vivem-na-fronteira-temem-problemas-na-guiana>
- [6]<https://www.metropoles.com/mundo/qual-seria-a-posicao-do-brasil-em-uma-guerra-entre-venezuela-e-guiana>
- [7]<https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2023/12/04/brasil-defende-solucao-pacifica-entre-venezuela-e-guiana.htm>

Outras fontes:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HT7cJvKT5rZLSWf3vj4Hck/>



13.14 Cuba



Política externa

Cuba foi relativamente isolada na década de 1990, mas, desde então, tem tentado entrar em um processo de cooperação bilateral com vários países sul-americanos para se fortalecer, principalmente o fazendo com Venezuela e Bolívia. Os Estados Unidos continuam sancionando os cubanos por manterem um regime socialista, justificando-se a partir do discurso de que o governo de Cuba “fere a democracia, os direitos humanos e as liberdades individuais”. Outrossim, Cuba tem desenvolvido uma relação crescente com a República Popular da China e com a Rússia. Ao todo, o país continua a ter relações formais com 160 nações e fornece os trabalhadores civis de assistência - principalmente médicos - para mais de 20 outros Estados.

Em 2004, Cuba passou a integrar a contemporânea Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), uma plataforma interamericana de cooperação entre países do Caribe e América Latina, encabeçada pela Venezuela. A ALBA tem como máxima a redução das desigualdades sociais sob o viés econômico, ao contrário de acordos de comércio livre. Seus membros são Cuba, Venezuela, Bolívia, Antígua e Barbuda, Dominica, e São Vicente e Granadinas [\[1\]](#).

Para além da ALBA, as relações de Cuba com a Venezuela foram estabelecidas em 1902 e melhoraram significativamente durante a presidência de Hugo Chávez próximo aos anos 2000. Chávez formou uma grande aliança com o então presidente cubano Fidel Castro e uma significativa relação comercial com Cuba desde a sua eleição em 1998, em que Hugo descrevia Cuba como “uma democracia revolucionária”. A relação bilateral incluiu ajuda ao desenvolvimento, empreendimentos conjuntos, grandes transações financeiras, troca de recursos energéticos e tecnologia da informação, e cooperação nas áreas de serviço de inteligência e militares. Uma característica da relação Cuba-Venezuela é que ambas as nações costumam trocar bens entre si que são de baixo custo para o país de origem, mas de grande significado para o país receptor [\[2\]](#).

Indubitavelmente, é impossível entender a Cuba das últimas duas décadas sem a Venezuela de Chávez, assim como o crescimento e consolidação da Revolução Bolivariana não podem ser explicados sem a figura de Fidel. Se o petróleo foi determinante para a Cuba dos irmãos Castro - supre 60% da demanda da ilha -, não menos importante foi a presença de médicos cubanos na Venezuela. Juntos, os dois líderes impulsionaram organismos de integração como a ALBA e a Petrocaribe, todavia, hoje se tratam de símbolos de uma época passada e pouco relevantes, especialmente o primeiro. Com a chegada de Maduro à presidência, junto com a queda dos preços do petróleo, aumentou-se a dissociação entre



a forma como Cuba e Venezuela enxergam a atualidade. Embora o regime cubano tenha mantido uma férrea defesa da Venezuela no sentido do anti-americanismo (anti-EUA), mesmo quando Raúl Castro optou por retomar o diálogo com os Estados Unidos, Caracas foi se isolando cada vez mais na América Latina devido os nortes tomados por Maduro [3].

No que tange à Guiana, por sua vez, a nação cubana tem um histórico de excelentes relações diplomáticas e políticas, sobretudo com alguns partidos guianenses, como o Partido Popular Progressista (PPP), com os quais os cubanos estiveram sempre em conversa, mesmo quando os dois países ainda não haviam anunciado relações diplomáticas oficiais, o que foi sacramentado em 1972. À época da Revolução Cubana, a Guiana ainda era uma colônia inglesa e, nesse sentido, foi obrigada a ceder às pressões de Inglaterra e Estados Unidos. No entanto, mesmo assim, em 1961 os guianenses exportaram arroz para Cuba e Cuba chegou a exportar petróleo, que recebia dos soviéticos, para a Guiana. De certa maneira, esses laços comerciais furaram o bloqueio aos cubanos e, inclusive, o PPP sofreu inúmeras represálias, arquitetadas por John Kennedy e visando evitar que o partido chegasse ao poder, por ter comandado os acordos. Já independente, em 1972, a Guiana estendeu corajosamente um convite a Cuba para participar na reunião do Movimento Não-Alinhado. Isso foi uma demonstração contra o sentimento anti-Cuba no hemisfério e no continente. Além disso, a Guiana apoiou diplomaticamente Cuba de forma consistente fora do hemisfério também, votando ano após ano nas Nações Unidas pela eliminação do injusto bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos da América. Desde 1978, a Guiana foi uma das nações a receber médicos cubanos e, ainda em 2023, os laços bilaterais entre os países continuaram amigáveis, com o presidente guianense agradecendo ao apoio de Cuba ao desenvolvimento da Guiana, particularmente no treinamento de recursos humanos e dizendo que as duas nações podem integrar ainda mais seus esforços nas áreas de segurança alimentar e produção [4] [5] [6].

Portanto, por ter, historicamente, boas relações tanto com a Venezuela quanto com a Guiana, Cuba se demonstra uma nação incontornável na lógica de mediação para a questão territorial de Essequibo. Em dezembro de 2023, o presidente da Guiana declarou que gostaria de contar com Cuba para estimular veementemente a Venezuela a manter Essequibo como zona de paz e sem operação militar [7]. Até então, o governo cubano havia ficado em silêncio sobre o entrave territorial e o acirramento das tensões, mas, nesse mesmo mês, revelou que o silêncio era devido ao fato de Cuba já estar atuando como canal de comunicação diplomático entre os dois países, um centro de mediação. Sabe-se que o país caribenho “liderou” os esforços para organizar uma reunião entre Nicolás Maduro e o presidente guianense Irfaan Ali, que aconteceu no fim de 2023 em São Vicente e Granadinas. Miguel Díaz-Canel, presidente cubano, se pronunciou dizendo que “os países e atores envolvidos estão cientes das ações de Cuba para contribuir com a solução de conflitos em Nossa América, já que atuamos neste caso de acordo com as solicitações de cada parte”. Houve várias reuniões entre diferentes membros do regime cubano e representantes de diversos governos da região, incluindo guianenses, venezuelanos, belizenses, e são-vicentinos [7] [8].

Definição para a Simulação: Situação em relação à OEA

Em 3 de junho de 2009, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou por consenso a anulação da resolução de 1962, que expulsava Cuba da organização. Na época,



a expulsão ocorreu sob pressão dos Estados Unidos, no contexto de Guerra Fria, quando a ilha se aproximava do bloco soviético. Contudo, na contemporaneidade, todos os governos do continente já restabeleceram contato com a ilha, com exceção dos EUA. A decisão histórica permite que Cuba seja reincorporada à OEA caso manifeste vontade, embora o governo cubano já tenha declarado em várias ocasiões não ter interesse em retornar.

Para fins de simulação, consideraremos que, em 2024, neste comitê da Organização dos Estados Americanos, da ONU INTERCOLEGIAL da Rede Jesuíta, a República de Cuba foi reincorporada à OEA, após manifestações oficiais de vontade de integrar às discussões do órgão e após os devidos trâmites institucionais e burocráticos necessários para a admissão de um membro permanente na organização.

FONTES:

[1]:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Bolivariana_para_os_Povos_da_Nossa_Am%C3%A9rica

[2]: <https://www.notion.so/3ec323ce31224f1f87d9eedad9dff885?pvs=21>

[3]:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/26/internacional/1480149584_124558.html

[4]: <https://www.parliament.gov.gy/media-centre/speeches/diplomatic-relations-between-cuba-and-guyana/>[5]: <https://misiones.cubaminrex.cu/en/guyana>[6]: <https://www.prensalatina.com.br/2023/02/01/cuba-e-guiana-pedem-lacos-mais-fortes/>[7]: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3g20yvq637o>[8]: https://www.epochtimes.com.br/cuba-media-ha-meses-disputa-entre-venezuela-e-guiana-sobre-essequibo-revelam-fontes_192824.html



13.15 Espanha



Política externa espanhola

Foi aprovado para quadriênio 2021-2024 o documento de Estratégia de Ação Exterior que identifica as prioridades e objetivos da política externa espanhola em seus diversos aspectos. Esse documento traz como prioridade do país a manutenção de sua influência na Europa, a criação de novas parcerias bilaterais seletivas e estratégicas e a proposição de fortificação e modernização do multilateralismo. Resumidamente, os princípios-base na nova política externa espanhola, que abarcam as dimensões bilateral, multilateral e centrada na Europa, consistem em:

- 1) “Mais Europa”: protagonismo da política europeia que coloca os cidadãos no centro da atenção governamental e adota uma política de governança transestatal. “Durante 2021-2024, a Espanha aspira a uma maior liderança e um papel mais central na construção da Europa nas próximas décadas, trabalhando em estreita colaboração com as instituições da UE e forjando um consenso com os Estados-Membros em torno de agendas específicas que podemos co-liderar a partir de diferentes ângulos.”
- 2) “Bilateralismo Estratégico”: baseado em parâmetros de eficiência e eficácia “a ação bilateral da Espanha estende-se a todos os países e domínios, mas será aprofundada de forma seletiva, com base no reconhecimento do valor acrescentado que a ação bilateral pode ter em relação à ação externa europeia ou aos canais multilaterais”. Ademais o país expõe sua preferência por cooperações e diálogo com países da América Latina, da bacia do Mediterrâneo e da África.
- 3) “Multilateralismo Melhor”: “participação mais ativa na criação de coligações de países e regiões que partilham as mesmas ideias e regiões com uma visão aberta do mundo e no aprofundamento dos nossos esforços empenhados para melhor gestão dos grandes desafios mundiais”.
- 4) “Solidariedade Comprometida” : reconhecimento de que a Espanha só é capaz de progredir como país em um mundo que avança e progride como um todo. Por isso, a Espanha reforça a necessidade de se tratar questões como a desigualdade, a pobreza e a injustiça com a devida atenção e urgência. Outrossim, a nova política externa compromete-se a apoiar aqueles que mais necessitam.



Documento disponível na íntegra em:
<https://www.exteriores.gob.es/es/Comunicacion/Noticias/Documents/ESTRATEGIA%20ACION%20EXTERIOR%20ENG.pdf>

Outras fontes:

https://www.exteriores.gob.es/es/Comunicacion/Noticias/Paginas/Noticias/20210128_MINISTERIO13.aspx

<https://www.exteriores.gob.es/es/Comunicacion/Noticias/Documents/ESTRATEGIA%20ACION%20EXTERIOR%20ENG.pdf>

https://www.senado.es/web/conocersenado/biblioteca/dossieresareastematicas/detalle_dossier/index.html?id=DOSSIER_POLEXTERIOR&parte=POLEXTERIOR_PLANES

https://transparencia.gob.es/transparencia/transparencia_Home/index/PublicidadActiva/OrganizacionYEmpleo/Funciones/Funciones-MAUC.html?imprimir=1

<https://www.iemed.org/publication/la-nueva-politica-exterior-espanola/>

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/22354/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Andr%C3%A9%20Rodrigues.pdf

<https://www.iemed.org/publication/la-nueva-politica-exterior-espanola/>

<https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/espana-en-el-mundo-2023-perspectivas-y-desafios-de-influencia-e-imagen-exterior/>

Relações na América Latina

Sob a prerrogativa da ausência de eleições livres na Venezuela, a Espanha retirou de Caracas seu embaixador em novembro de 2020. Dois anos antes, a reprovação do governo espanhol ao regime de Nicolás Maduro mostrou-se evidente por meio do apoio de Madrid ao candidato da oposição Juan Guaidó seguido do reconhecimento dele como presidente interino do país. Outro desacordo entre as partes aconteceu em fevereiro de 2021 quando o presidente da Venezuela reprimiu o apoio da chanceler espanhola Arancha Laya à política migratória da Colômbia contrária à entrada de venezuelanos no território. As relações diplomáticas entre a Espanha e a Venezuela só começaram a ser restabelecidas em dezembro de 2022 após o governo espanhol sugerir um nome para assumir a embaixada na Venezuela. Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Espanha disse que “a Espanha pretende poder influenciar... a abertura do processo político venezuelano” e garantir eleições presidenciais democráticas em 2024 na Venezuela.

[1] [2] [3]

Destarte, em dezembro de 2023, o Reino da Espanha optou por restaurar o diálogo com os venezuelanos e reconheceu novamente a liderança de Nicolás Maduro. Essa retratação foi formalizada pela posse do novo embaixador europeu Ramón Santos Martínez. Uma explicação para essa contraditória reaproximação seria o interesse econômico de Madrid frente à crise energética na Europa derivada da guerra russo-ucraniana. “Em política não há bons e maus, há interesses, que podem ser econômicos e, neste caso, petroleiros. É interessante para a Venezuela abrir um leque de opções com outros países e vice-versa, por isso acredito que é certo que os países europeus querem estar mais próximos dos países fornecedores de petróleo” explicou Miguel Jaimes, doutor em política petrolífera, ao veículo de comunicação Brasil de Fato. [4]



FONTES:

[1]<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/12/28/espanha-nomeia-novo-embaixador-na-venezuela-em-meio-a-retomada-de-relacoes-diplomaticas.htm>

[2]<https://www.dw.com/pt-br/espanha-e-venezuela-restabelecem-rela%C3%A7%C3%B5es-diplom%C3%A1ticas/a-43446561>

[3]<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/02/27/venezuela-ordena-revisao-a-fundo-de-relacao-com-espanha-apos-apoio-a-colombia.htm>

[4]<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/30/apos-apoiar-guaido-e-oposicao-golpista-espanha-recua-e-volta-a-reconhecer-maduro>



13.16 Suriname



Ainda no governo do General Désiré Bouterse, o qual instaurou no país uma República Socialista em um movimento conhecido como a “Revolução dos Sargentos (1980)”, o Suriname já integrava o MERCOSUL como estado associado, além de participar da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Com a nova presidência, Chan Santokhi demonstrou interesse na retomada de alianças políticas com os Estados Unidos, Brasil e Guiana em uma reunião ocorrida em 2022. Essa alteração de governança e seus impactos na política externa do país foram tratados no ano seguinte pelo secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Luís Almagro, e o ministro das Relações Exteriores do Suriname, Albert Ramdin em Washington, DC. Segunda uma notícia publicada na página da organização, o líder da OEA identificou que Suriname reconhece seus compromissos com a democracia e a paz apesar dos desafios dos últimos acontecimentos. [\[1\]](#) [\[2\]](#)

Um paralelo entre Suriname e Guiana

Situados na porção centro-norte da América do Sul, o Suriname, em conjunto com a Guiana e a Guiana Francesa, fazem parte da zona das Guianas, a qual é permeada pelo delta do rio Orenoco e o delta do rio Amazonas e divide limites territoriais com a Venezuela e o Brasil. Ao mesmo tempo que essa proximidade geográfica propicia a determinação de interesses comuns e de acordos de cooperação, ela também pode incitar tensões e disputas por recursos naturais. É nesse cenário que se enquadra a questão de Essequibo.

Ademais, o paradoxo desenvolvimento econômico e preservação ambiental assume destaque tanto para o Suriname quanto para a Guiana frente à descoberta de reservas de petróleo em áreas de mata virgem exuberante. Outra questão que perpassa ambos os países diz respeito ao comum desvio do lucro, o qual habitualmente deixa de ser utilizado em prol da sociedade (em obras de infraestrutura, por exemplo). O presidente do Suriname pronunciou-se sobre a questão reconhecendo que "A existência de petróleo e de gás é limitada. Por isso, temos que usar os recursos para diversificar a economia, investir na agricultura, no setor de turismo, em moradias, infraestrutura... para termos um desenvolvimento sustentável no futuro", posicionamento com o qual o presidente guianês Mohamed Irfaan Ali concordou. A manutenção de uma pegada de carbono negativa continua sendo uma preocupação dos chefes de estado que pretendem cumprir os pré-requisitos para o uso dos fundos internacionais. [\[3\]](#)



FONTES:

[1]<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8126261&ts=1601473550756&disposition=inline>

[2]https://www.oas.org/pt/centro_midia/fotonoticia.asp?sCodigo=FNP-123141

[3]<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/17/suriname-e-guiana-se-dividem-entre-riqueza-do-petroleo-e-preservacao-ambiental.htm>

Outras fontes:

https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-13.pdf

https://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Integracao_Regional/IR%2015_Prisila%20Monteiro%20Suriname%20e%20integra+%BA+%FAo%20uma%20an+%EDlise%20sobre%20a%20UNASUL.pdf

<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/194/1710>

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30421/000681228.pdf>



13.17 Bolívia



Política Externa e a posição em relação à Essequibo

Tradicionalmente, a Bolívia tem mantido relações diplomáticas normais com a maioria dos países do continente, exceto com o Chile, haja vista um aumento de tensões desde a derrota da Bolívia na Guerra do Pacífico (1879-1883) e a perda da província costeira do Atacama, que levou os bolivianos perderem sua saída para o mar e, logo, a cortarem as relações diplomáticas com os vizinhos chilenos. Em outubro de 2018, a CIJ (Corte Internacional de Justiça) decidiu contra a Bolívia em um caso que determinaria se o país poderia ou não forçar o Chile a negociar o acesso ao mar. Ademais, recentemente, em 2022, uma decisão mediante outra reivindicação, sobre o uso das águas do Rio Silala, na fronteira entre os dois países, foi encerrada com ambas as partes reconhecendo-o como águas internacionais [\[1\]](#) [\[2\]](#) [\[3\]](#). Em relação a Guiana, por exemplo, a Bolívia possui boas relações, apesar de não frequentes, com os dois países tendo relações diplomáticas e participando, simultaneamente, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Já no que tange os laços com a Venezuela, a Bolívia já viveu altos e baixos, com períodos de intensa cooperação e outros de corte de relações. Sob a presidência de Evo Morales, as relações bilaterais com a presidência de Hugo Chávez, no país co-continental e, posteriormente, de Nicolás Maduro, foram estreitadas devido a uma afinidade em questões ideológicas. Ambos os países mantiveram uma participação ativa na Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA-TCP), até a saída da Bolívia da organização em novembro de 2019. Após a renúncia do governo de Evo Morales em 10 de novembro de 2019, no dia seguinte, homens encapuzados tomaram a embaixada da Venezuela em La Paz por algumas horas, armados com dinamite. Em 15 de novembro de 2019, a presidente constitucional da Bolívia, Jeanine Áñez, rompeu relações diplomáticas com o governo de Nicolás Maduro, reconhecendo Juan Guaidó em seu lugar [\[4\]](#).

Nas eleições de 2020, subiu ao poder da presidência Luis Arce, do MAS, mesmo partido de Evo Morales. Atualmente, em 2024, Arce foi expulso do partido, num movimento em que se tornou adversário político de Evo Morales. Contudo, durante a vigência de seu mandato, Luis Arce retornou a posição externa da Bolívia para antes da gestão de Jeanine Áñez, restabelecendo as relações diplomáticas com o governo da Venezuela, ao reconhecer Nicolás Maduro como presidente venezuelano em nome da Bolívia. Luis ainda reintegrou a Bolívia aos grupos internacionais dos quais a ex-presidenta havia retirado o país, a saber, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), a Comunidade de Estados



Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) [5] [6]. Com efeito, os presidentes de Venezuela e Bolívia ainda permitiram a assinatura de 13 acordos de cooperação bilateral em setores estratégicos. Maduro caracterizou o ato como a constituição de “um passo certo” para retomar o caminho da construção de uma relação poderosa e integral entre os dois governos, países e povos. Ele considerou estratégicos os acordos firmados na área de petróleo, gás e petroquímica para unir as empresas dessas importantes áreas e, assim, avançar na proposta que “fizemos à América Latina e Caribe para garantir a segurança energética da indústria de petróleo e gás” [7].

Em relação à questão territorial de Essequibo explicitamente, o governo boliviano, sob o comando do presidente Luis Arce, expressou profunda preocupação com a escalada das tensões, assumindo uma posição firme contra as manifestações militares e defendendo negociações diplomáticas. A Chancelaria da Bolívia ainda enfatizou a importância de neutralizar essas tensões crescentes, defendendo uma adesão mais forte à Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz, se referindo ao documento, assinado em Argyle (São Vicente e Granadinas), no qual os presidentes de Guiana e Venezuela se comprometeram em dialogar e não realizar manobras militares visando a um conflito territorial armado por Essequibo [8].

FONTES:

[1]: https://en.wikipedia.org/wiki/Foreign_relations_of_Bolivia

[2]: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43480669>

[3]: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/12/chile-e-bolivia-encerram-disputa-sobre-uso-das-aguas-do-rio-silala-sem-decisao-de-corte-da-onu.ghtml>

[4]: <https://www.infobae.com/america/venezuela/2019/11/14/jeanine-anez-reconocio-a-juan-guaido-como-presidente-de-venezuela/>

[5]: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/11/novo-governo-boliviano-restabelece-relacoes-com-venezuela-de-maduro-ckhdpiehr001o01iwqjo2r80q.html>

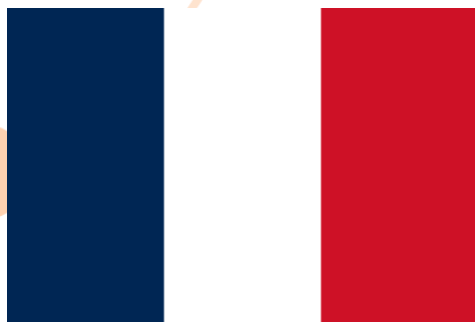
[6]: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luis_Arce

[7]: <https://www.prensalatina.com.br/2023/04/21/venezuela-e-bolivia-alianca-estrategica-para-a-america-latina/>

[8]: <https://bnnbreaking.com/>



13.18 França



A presença francesa na América Latina e o desenvolvimento da Guiana Francesa

Durante o Primeiro Império Colonial da França, houve discretas tentativas colonizadoras na América do Sul, mas fracassadas, em linhas gerais, principalmente pela forte oposição de espanhóis e portugueses. Em 1555, no Brasil, os franceses ocuparam uma pequena região litorânea do Rio de Janeiro, que ficou conhecida pelo nome de França Antártica. Entretanto, a força colonial portuguesa liderada pelo governador-geral Mem de Sá, e em aliança com algumas tribos indígenas, derrotou os colonos da França no ano de 1567. O país ainda tentou controlar uma região do Maranhão, mas os portugueses, novamente, impediram a conquista. Na América do Norte obtiveram mais sucesso, ocupando extensos territórios onde hoje se localizam o Canadá e os Estados Unidos [\[1\]](#) [\[2\]](#).

Na região das Guianas, ao norte do subcontinente sul-americano, os franceses desenvolveram uma ocupação em seu extremo leste, acima do Brasil, onde fundaram a cidade de Caiena em 1643. A Guiana Francesa foi desenvolvida como uma sociedade escravista, onde os proprietários importavam africanos como trabalhadores escravizados em grandes plantações, sobretudo de cana-de-açúcar. O sistema de escravidão na Guiana Francesa continuou até a Revolução Francesa, quando a Convenção Nacional votou pela abolição da escravatura nas colônias ultramarinas da França em 1794. No entanto, tal decreto só foi implementado em Saint-Domingue (Haiti), Guadalupe e Guiana Francesa, enquanto as colônias da África e Ásia resistiram à imposição dessas leis. Com vistas ao desenvolvimento da produção agrícola, da mesma forma que em Suriname e na Guiana, a partir de 1850, foram trazidas levas de indianos, malaios e chineses para substituir a mão de obra africana escravizada.

Outrossim, é importante citar o fato de que, depois que a França cedeu a Louisiana aos Estados Unidos em 1804, o país criou na Guiana uma colônia penal, estabelecendo uma rede de campos e penitenciárias ao longo da costa onde prisioneiros da França metropolitana eram condenados a trabalhos forçados. Durante as operações como colônia penal a partir de meados do século XIX, o governo francês transportou mais de 50 mil prisioneiros para a Ilha do Diabo, pertencente à Guiana Francesa, onde praticamente todos os prisioneiros faleciam. Nesse contexto, uma esquadra naval luso-britânica tomou a Guiana Francesa em nome do Império Português em 1809, e esta só foi devolvida à França com a assinatura do Tratado de Paris em 1814, com retirada total da presença militar até 1817 [\[3\]](#).



Após a Segunda Guerra Mundial, em 19 de março de 1946, a Guiana Francesa tornou-se um Departamento de Ultramar, com direito a cadeiras no Senado, na Assembleia Nacional e no Conselho Econômico e Social franceses. O presidente da República francesa passou a nomear pessoalmente seu representante na Guiana Francesa e seus habitantes adquiriram cidadania francesa. No âmbito socioeconômico e geopolítico, o período posterior a 1946 foi marcado pela construção de uma base de lançamento de satélites em 1968, em Kourou, pela Agência Europeia Espacial. A base trouxe grande notoriedade internacional e aumentou as atenções francesas sobre a Guiana, todavia o progresso ainda não beneficiou a população local: os trabalhadores e técnicos são estrangeiros e a maior parte dos insumos utilizados é importada. Após a instalação da base, os únicos setores da economia local que cresceram foram o da construção civil e o do comércio.

Nos anos 1970, o movimento autonomista fortaleceu-se e o Partido Socialista Guianense passou a ser majoritário nas instâncias locais. Esse movimento, posteriormente, se radicalizou com a emergência dos movimentos armados, que passaram a realizar atentados contra alvos “colonialistas”. Em 1982, a França adotou uma política de descentralização, com o direito de eleição de Conselhos Regionais, e com os Departamentos de Ultramar ganhando um status político semelhante ao das regiões metropolitanas francesas. Em 1986, foram realizadas eleições em todos os territórios franceses e a Guiana Francesa aumentou sua participação na Assembleia Nacional da França. O ambiente político, contudo, deteriorou-se no início dos anos 1990, com uma paralisação geral de empresários e trabalhadores, causada por uma grave crise econômica, sucedida pela intensificação do fluxo de imigrantes; no final dos anos 1980 e início dos 1990, passaram a chegar também surinameses fugidos de perseguição política. Como não investiu em obras de infraestrutura para receber os novos habitantes, as condições da saúde e da educação pública decaíram. Em 1994, a Guiana Francesa passou a integrar a Associação dos Países do Caribe.

Atualmente, o movimento independentista não mais reivindica a independência total, mas apenas um status intermediário para o autogoverno. Começou o milênio enfraquecido devido às atenções crescentes da França e União Europeia para a base de lançamento, que se converteu numa das principais do mundo. No plano internacional, finalmente, a França começou a enfrentar diversos tipos de problemas. Um deles é com o Suriname, que retomou o litígio pela área situada entre o rio Litani e o rio Marouini [\[4\]](#).

Assim como algumas ilhas holandesas no Mar do Caribe, o fato do território da Guiana Francesa ser, em termos militares, um território considerado oriundo de administração europeia, é relevantíssimo para quaisquer discussões de entraves territoriais na América do Sul, a exemplo do conflito de Essequibo. Uma escalada das tensões militares na região pode acabar não só envolvendo o exército francês no subcontinente, como também a Guiana Francesa pode servir como território intrinsecamente ligado à OTAN, já que a França é membro da organização. Sobre a presença militar francesa na área, em março de 2023, um exercício de cooperação de forças militares foi realizado no território da Guiana Francesa e contou com membros dos exércitos da França, do Brasil, do Suriname e da República Cooperativista da Guiana – envolvida diretamente no problema de Essequibo. Os exercícios tinham fim de treinamento, principalmente, para a atuação em controle de



áreas urbanas, ações fluviais contra pirataria e evacuação de não combatentes, mas, de alguma forma, podem significar algo em uma eventual guerra nas redondezas [5].

Participações em Essequibo

Além do supracitado fato da França possuir um território ultramarino na América do Sul, relativamente próximo a região de Essequibo, o que se torna relevante mediante a quaisquer possíveis maiores tensões da região, o país recebe algumas menções ao longo da história do conflito.

Entre 1792 e 1802, a Europa vivenciou as Guerras Revolucionárias Francesas, expedições militares oriundas do governo revolucionário que tomou o poder no país após a histórica Revolução Francesa de 1789. Nessa série de conflitos, a Primeira República Francesa enfrentou e declarou guerras a inúmeras monarquias europeias. Com maior importância para a discussão, é válido saber que os franceses conquistaram os Países Baixos em meados de 1795. Com efeito, temendo que os franceses aproveitassem a baixa e ocupassem também suas colônias, os neerlandeses encaminharam um pedido aos britânicos, também inimigos da França, para que ocupassem e garantissem suas posses coloniais na América. Assim, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, com ocupações antes holandesas, receberam expedições militares inglesas, o que foi fundamental para os posteriores eventos históricos na região, que levaram a transferência de tais colônias dos Países Baixos para a Inglaterra com o fim das Guerras Napoleônicas, em 1814. Desse modo, um evento basilar para o entendimento da questão de Essequibo, a dominação britânica, foi, indiretamente, uma consequência da atuação bélica francesa em território europeu [6].

Outra participação que se mostra relevante foi na Independência da Venezuela e formação da sequente República da Colômbia, comumente chamada de Grã-Colômbia nesse período. A Grã-Colômbia reivindica sua independência internacional e, nesse sentido, a França – à época governada novamente por sua dinastia monárquica – foi um dos países que negou o seu reconhecimento, no sentido de que, junto de Áustria e Rússia, vivam um movimento, definido pela Santa Aliança e pelo Congresso de Viena, de não aceitação de qualquer independência nas Américas sem a devida aprovação de suas ordens monárquicas europeias, o que não aconteceu em relação à Colômbia devido ao rechaçar da Coroa Espanhola [7].

Já muitos anos depois, a última menção efetiva da França no caso foi com o evento em que a capital francesa foi sede do Tribunal Arbitral Internacional que julgou o conflito territorial em questão no ano de 1899, o famoso Laudo Arbitral de 1899, por vezes também referenciado como Laudo Arbitral de Paris. Essa foi a última participação do país, mesmo que indiretamente, mais uma vez, no embate entre Venezuela e Guiana.

Mais contemporaneamente, é válido ressaltar a atuação francesa na atividade econômica da exploração de petróleo no norte da América do Sul, o que também é central no tema. Sob tal ótica, o grupo francês “Total Energies” deve ser mencionado, já que, desde 2020, possui várias licenças de exploração no litoral do Suriname e, em 2022, anunciou ter encontrado mais jazidas de petróleo na região [8]. Ademais, também vale a menção de que a mesma empresa francesa – Total Energies – foi uma das empresas a enviar propostas para concorrer ao recebimento das licitações da Guiana para a exploração de petróleo em sua



costa, que inclui as águas referentes ao território em disputa de Essequibo, em setembro de 2023. Atualmente, a empresa não detém licença na Guiana, já que a exploração está nas mãos das empresas ExxonMobil, Hess e CNOOC. Contudo, o pedido e a tentativa dos franceses foi realizada [9].

Por fim, atualmente a República Francesa possui relações diplomáticas com a República Bolivariana da Venezuela, mas, em 2019, os franceses acompanharam os Estados Unidos e a União Europeia no reconhecimento de Juan Guaidó, opositor ao presidente Nicolás Maduro, como presidente legítimo da Venezuela, o que foi visto como afronta pelo atual governante chavista [10].

FONTES:

[1]: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/colonizacao-francesa-nas-americas.htm>

[2]: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_colonial_franc%C3%AAs

[3]: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guiana_Francesa

[4]: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-guayana-francesa>

[5]: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/03/15/brasil-e-franca-realizam-exercicios-militares-na-fronteira-da-guiana-francesa-com-o-amapa.ghtml>

[6]: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerras_Revolucion%C3%A1rias_Francesas

[7]: <https://caribbean.loopnews.com/content/french-guiana-reaffirms-commitment-security-guyana>

[8]: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2022/02/multinacional-francesa-anuncia-grande-descoberta-de-petroleo-e-gas-na-costa-do-suriname-ckzwnp55w001e01iwibilaqcf.html>

[9]: <https://www.nbcnews.com/news/world/know-tensions-soar-venezuela-guyana-territorial-dispute-rcna128909>

[10]: https://en.wikipedia.org/wiki/France%E2%80%93Venezuela_relations



13.19 China



No âmbito multilateral, a China mostra-se comprometida com a preservação da paz na esfera mundial, buscando crescente participação em organismos internacionais e em instituições da Organização das Nações Unidas. Essa postura oficial da nação baseia-se nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, definidos por: respeito mútuo pela integridade e soberania territorial uns dos outros; não agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos uns dos outros; igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica. Essa base teórica entra em consonância com o atual presidente Xi Jinping, que busca aplicá-la em suas negociações, embora seus maiores opositores, como os Estados Unidos, acusem a China de instaurar domínios que violem a soberania de nações visando benefícios próprios. Um clássico exemplo é o não reconhecimento pela China da independência política de Taiwan. [\[1\]](#)

Posicionamento chinês frente à disputa latino-americana pelo território de Essequibo

A análise da tensão entre Venezuela e Guiana e o posicionamento de Pequim sobre a região de Essequibo é indissociável, uma vez que o conflito afeta diretamente os interesses de Xi Jinping. O status chinês de aliado de ambas as nações dificulta a tomada de partido, ação essa que poderia significar a ruptura de acordos político-econômicos com o governo venezuelano ou com a Guiana. Com a Venezuela, o principal aliado chinês na América Latina, estabelecem-se relações pacíficas nutridas pelo apoio político de Xi Jinping à manutenção do regime de Nicolás Maduro e pela importação de 18% dos produtos venezuelanos, inclusive o petróleo. Os dois países têm até mesmo parceria em um programa espacial conjunto e a Venezuela faz parte da iniciativa Belt and Road, sendo um dos países candidatos à adesão aos BRICS.

De forma semelhante, a China expandiu exponencialmente sua presença em Georgetown - e em outras regiões inicialmente dominadas pelos EUA - através da introdução de diversas multinacionais. Desde a entrada da Guiana nos BRI, em 2018, a China destinou elevados investimentos para os setores de infraestrutura e serviços do país. A descoberta de petróleo na região de Essequibo - pela empresa norte-americana Exxon Mobil - aprofundou a presença econômica da China na Guiana, onde foi instalada a empresa China National Offshore Oil Company (CNOOC). Uma curiosa questão etnico-cultural constitui outro fator favorável à relação entre os dois países: o primeiro presidente da Guiana, Arthur Chung, possuía origem chinesa. Destarte, é possível concluir que a guerra latinoamericana coloca



em risco não só a dinâmica geopolítica chinesa, mas também o controle sobre os recursos naturais do delta do Rio Essequibo e o cobiçado petróleo da Guiana.

Frente à ameaça de invasão venezuelana sobre o território da Guiana, a diplomacia chinesa optou por adotar um discurso conciliatório quanto questionada sobre seu posicionamento. Assim, foi apontada a sugestão de resolução pacífica do embate, através de “consultas amigáveis”. O porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China completou que esse diálogo “é do interesse dos povos de ambos os países e da estabilidade da América Latina”. Esse posicionamento é um caso raro em que os Estados Unidos e a China concordam (mesmo Washington assumindo o lado de Georgetown), desviando um pouco o foco da disputa entre eles pela região do Pacífico. Ele ainda salientou que a China preza pela estabilidade e cooperação para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Como agravante, a nação asiática teme a alta dos preços do petróleo caso haja uma escalada do conflito. [2] [3] [4] [5] [6]

Fontes:

[1]<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/4624#:~:text=Ao%20nos%20atentarmos%20a%20estes,benef%C3%ADcio%20rec%C3%ADproco%20e%20coexist%C3%Aancia%20pac%C3%ADfica>

[2]<https://oglobo.globo.com/blogs/marcelo-ninio/post/2023/12/o-lugar-da-china-na-crise-venezuela-guiana.ghtml>

[3]<https://www.gospelprime.com.br/china-esta-divida-sobre-o-conflito-entre-venezuela-e-guiana/>

[4]<https://thediomat.com/2023/12/where-does-china-stand-on-the-essequibo-question/>

[5]<https://www.radiohc.cu/pt/noticias/internacionales/341436-china-reafirma-seu-apoio-a-uma-solucao-negociada-entre-venezuela-e-guiana-sobre-essequibo>

[6]<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/leonardo-coutinho/maduro-guiana-essequibo-russia-china/>



13.20 República do Equador



Relações Equador-Venezuela e posicionamento

Em 2019, um dia antes da posse do segundo mandato de Nicolás Maduro, o Equador optou por retirar seu embaixador de Caracas e por não enviar representação oficial para posse de Maduro. A decisão equatoriana é decorrente das “objeções sobre a questão dos direitos humanos” apontadas no contexto venezuelano [1]. No entanto, foi esclarecido que essa decisão não significa o rompimento de relações diplomáticas com a Venezuela, e nem que o Equador faz parte do Grupo Lima. O ministro das Relações Exteriores José Valencia frisou, no viés da reeleição de Maduro, que “a saída para a situação na Venezuela deve ser tomada exclusivamente pelos venezuelanos, não pensamos que tem que ser uma ação internacional” [2].

Daniel Noboa declarou que não irá reconhecer as eleições presidenciais de 2024 da Venezuela, uma vez que o Tribunal Supremo de Justiça venezuelano reafirmou o veto da candidatura da opositora de Maduro, María Corina Machado.

Em resposta, Maduro afirmou: “Você está ameaçando a Venezuela do Equador, Noboa. Não abra as portas de seu país para o diabo e lhe digo algo que é pior, pense bem quando você quiser se meter com a Venezuela. Olhe nos meus olhos, quem se mete com Venezuela se dá mal, e você vai se dar mal, não se meta conosco”.

Noboa, o presidente mais jovem da história do Equador, com 36 anos, pontuou que apoia eleições livres e democráticas na Venezuela, com transparência.

Acerca do posicionamento equatoriano sobre a disputa de Essequibo, em dezembro de 2023, um texto que pede à Guiana e à Venezuela que cheguem a um acordo pacífico foi apresentado pelo Equador durante uma reunião do Conselho de Segurança. O texto preza pelo respeito às normas do direito internacional e será analisado e negociado pelos membros do CS [3].

[1]<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/09/equador-anuncia-retirada-de-embaixador-de-caracas-na-vespera-de-posse-de-maduro.ghtml>

[2]<https://www.trt.net.tr/portuguese/america-latina/2019/01/11/equador-confirma-que-mantem-relacoes-diplomaticas-com-a-venezuela-1124118>

[3]<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/equador-apresenta-texto-na-onu-pedindo-solucao-pacifica-para-venezuela-e-guiana/>



13.21 Organização dos Países Exportadores de Petróleo



A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi criada em Bagdá, no Iraque, em setembro de 1960. A organização se responsabiliza por administrar assuntos relacionados à exploração, à produção, à exportação e à importação de petróleo pelo globo. No estatuto da OPEP, é defendida a "coordenação e unificação das políticas petrolíferas dos Países Membros e a determinação dos melhores meios para salvaguardar os seus interesses, individual e coletivamente".

A OPEP é vista por muitas pessoas como um cartel que controla a distribuição, a produção e os preços do petróleo. Outros, no entanto, defendem que a organização não é um cartel, uma vez que já obteve fracassos no controle dos preços, em destaque no que tange às crises da década de 70. De todo modo, a OPEP funciona em um formato cartelizado, com um controle rígido entre os países-membros e seus mercados.

Os membros da OPEP são: Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Venezuela, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Argélia, Nigéria, Angola, Guiné Equatorial, Gabão e Congo. A Venezuela está entre os membros fundadores e outros países já tiveram participação temporária, como é o caso do Equador, do Catar e da Indonésia [1]. Atualmente, o político kuwaitiano Haitham Al Ghais é o secretário-geral da organização [8].

OPEP e a Venezuela

A nação venezuelana é o membro da OPEP detentor das maiores reservas de petróleo do globo [1].

Em 2019, foi constatado que “na OPEP, 13 dos 14 países membros reconhecem Nicolás Maduro como o presidente legítimo da Venezuela. Apenas o Equador reconhece o deputado opositor Juan Guaidó como presidente interino”. Atualmente, no entanto, o Equador não é mais membro da organização.

Para Alfredo Serrano, economista espanhol, a Venezuela ampliará sua influência e papel dentro da organização:

“A Venezuela continua tendo um papel protagonista dentro da Opep, pois tem voz e voto. Além disso, assume funções e atribuições concretas na hora de planejar as questões específicas em relação ao preço do petróleo, níveis de produção e distribuição de outras tarefas. Esses são espaços que o mundo disputa no setor econômico” [7].



Similarmente, o professor da Universidade Central Da Venezuela, Juan Carlos Sainz Borgo, afirma que a Venezuela desenvolveu uma diplomacia audaciosa em diferentes fóruns, em destaque em seu papel de fundação da OPEP [5].

No que diz respeito às tensões entre a Venezuela e a Guiana, António José Chrystêllo sustenta em sua dissertação:

“Fazer avaliações sobre um país politicamente volátil como a Venezuela não é uma tarefa fácil. No entanto, alguém com grande apreensão pode deduzir alguns dos fatores que influenciam o pensamento venezuelano e tentar chegar a algumas conclusões. Há também outro fator importante: a crescente influência da Venezuela na OPEP. Com isso em mente, a Guiana deve trabalhar para influenciar os estados da OPEP a apoiar sua posição. Continuar a diplomacia da Guiana entre os estados árabes, particularmente no âmbito da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), é, portanto, uma necessidade primordial. Isso tem sido feito, especialmente a partir de 1997, mas deve ser intensificado especialmente neste momento” [4].

Sob esse viés, é relevante pontuar a guerra em curso em Gaza, cuja escalada poderia implicar o Irã e a Arábia Saudita, importantes produtores de petróleo da região. Somado a isso, os cortes de produção definidos pela OPEP contribuíram para o aumento no preço do petróleo [6].

OPEP e a Guiana

De acordo com o vice-presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, o país não tem interesse em integrar a OPEP. A Guiana, desde que começou a produzir comercialmente em 2019, tornou-se um produtor de petróleo bruto com um crescimento nitidamente rápido. Segundo o vice-presidente, o país foi convidado para participar de um seminário internacional da OPEP, mas não foi chamado para ingressar na organização como membro. Nas palavras de Bharrat Jagdeo: "Não fomos formalmente convidados a aderir à OPEP. Isso não é algo que nos interesse. Fomos convidados, no entanto, a participar nas reuniões da OPEP" [2].

O Wall Street Journal havia afirmado que houve um convite da OPEP à Guiana, mas - após esclarecimentos - foi concluído que isso não aconteceu. Em 27 de julho de 2023, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo declarou que não convidou a Guiana para virar um país-membro. Como pontuado:

“Tendo em vista os relatórios recentes sobre o convite da Guiana para se tornar membro da OPEP, embora a Organização reconheça que a Guiana é um ator emergente no mercado internacional de petróleo com potencial significativo, a OPEP não convidou a Guiana para se tornar membro da Organização” [3].

Em resposta a perguntas sobre a OPEP e a Guiana, a porta-voz da ExxonMobil, Meghan Macdonald, pontuou que: “Estamos comprometidos em desenvolver de forma responsável os recursos offshore da Guiana para maximizar o valor para todas as partes interessadas, incluindo o governo e o povo da Guiana”. Como afirmou o vice da nação guianesa, Guiana está utilizando suas florestas interiores para explorar os mercados de carbono, o que o governo vê como mais lucrativo em relação ao uso da área cultivada para agricultura ou mineração.



Complementar: <https://www.moneytimes.com.br/petroleo-hoje-decisao-opec-atuacao-israel-precos-aumentem-quase-3-quinta-feira-01-03-2024/>

[1]<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/opec.htm>

[2]<https://www.reuters.com/markets/commodities/guyana-not-interested-joining-opec-yp-says-2023-06-26/>

[3]<https://oilnow.gy/featured/opec-says-guyana-not-invited-to-join/#:~:text=%E2%80%9CBoth%20Saudi%20energy%20minister%20Abdulaziz,that%20thi s%20did%20not%20happen.>

[4]<https://run.unl.pt/bitstream/10362/20074/1/2%C2%BA%20CICLO%20-%20Essquibo%20SET%202015%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>

[5]https://revistadederechopublico.com/wp-content/uploads/2022/12/167-168-La_recuperacion_del_esequibo_annotaciones_estrategia_procesal_Juan_Carlos_Sainz_Borgo-98-116.pdf

[6]<https://www.bbc.com/mundo/articles/cv20v5vl2zjo>

[7]<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/06/venezuela-aumenta-sua-influencia-na-opec-depois-de-assumir-presidencia-do-organismo>

[8]https://www.opec.org/opec_web/en/7228.htm

13.22 República do Paraguai



Relações Paraguai-Venezuela

Em 2019, logo após Maduro tomar posse para o segundo mandato, o governo paraguaio, sob a presidência de Mario Abdo Benítez, rompeu as relações com a Venezuela. Houve o fechamento da embaixada do Paraguai em Caracas e a retirada dos diplomatas de forma imediata. Ademais, o cancelamento de um acordo de vistos com a Venezuela foi realizado. Como membro do Grupo de Lima, o Paraguai não reconheceu a reeleição de Nicolás Maduro, tratando-se de um “processo eleitoral ilegítimo”. Em nota do Twitter, a chancelaria do Paraguai afirmou que a crise venezuelana é “de índole interna e cabe aos próprios venezuelanos resolvê-la” [7].

Em julho de 2023, Mario Abdo Benítez, presidente do Paraguai no período, e Lacalle Pou, presidente do Uruguai, cobraram um posicionamento do Mercosul sobre a Venezuela. Mario Benítez cobrou um posicionamento em defesa da democracia, enquanto o presidente paraguaio criticou a proibição de candidatura de María Corina Machado [9]. O líder paraguaio destacou, na 62ª cúpula do Mercosul:



"[...] Se houver respeito pelas regras de jogo do Mercosul, eu tenho certeza que o debate sincero e a confrontação de ideias nos levarão a gerar maior bem-estar para os nossos povos. O único limite razoável deve ser o respeito à democracia e aos direitos humanos. Com muita preocupação, estou seguindo os eventos dos últimos acontecimentos na Venezuela. Sempre tentei dar voz ao sofrido povo venezuelano e esta não será a exceção. A coerência não pode ser deixada de lado no último minuto. Quando, digamos, aparece um caminho de saída, um itinerário de esperança pela realização de eleições, com a oposição vimos essa ilusão ser apagada com a inabilitação de María Corina Machado. O problema da inabilitação de María Corina Machado não tem a ver com a visão do Paraguai, ou com o presidente do Paraguai, ou com alguma concepção ideológica em particular. É um fato que choca de forma escandalosa com a letra clara dos direitos humanos [...]" [9] [10].

No dia 15 de agosto de 2023, o presidente Santiago Peña - do conservador Partido Colorado - tomou posse. O presidente defende o restabelecimento das relações diplomáticas com o governo venezuelano e expressou apoio na reativação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), proposta por Lula. Santiago Peña afirmou que ainda não há condições para Caracas ser reintegrada plenamente ao Mercosul, mas que "o Paraguai quer ser a voz da integração" [3].

Peña ressaltou a importância da Unasul funcionar não como um espaço de ideologia, mas de integração. O presidente comentou ainda a intenção de "tentar ser uma voz para todos os venezuelanos que pedem eleições e defesa dos direitos humanos" [2].

[2]<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/com-retomada-das-relacoes-e-pagamento-de-divida-novo-presidente-paraguaio-ajuda-no-resgate-de-maduro/#:~:text=Na%20mesma%20coletiva%2C%20Pe%C3%B1a%20manifestou,alegou%20o%20novo%20presidente%20paraguaio>

[3]<https://exame.com/mundo/presidente-eleito-do-paraguai-reata-relacoes-com-maduro-e-apoia-volta-da-unasul/>

[4][https://www.fazcomex.com.br/comex/mercosul-o-que-e/#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20Brasil%2C%20Argentina%2C,Tarifa%20Externa%20Comum%20\(TEC\).](https://www.fazcomex.com.br/comex/mercosul-o-que-e/#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20Brasil%2C%20Argentina%2C,Tarifa%20Externa%20Comum%20(TEC).)

[5]<https://english.news.cn/20231208/e5ab73813be84b2b9a65c8588cfbb3c1/c.html>

[6]<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/23/the-challenge-the-new-brazilian-ambassador-to-venezuela-will-be-to-condemn-sanctions-and-maintain-neutrality-says-expert>

[7]<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/10/paraguai-rompe-relacoes-com-a-venezuela.ghtml>

[8]<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/paraguai.htm#:~:text=O%20Paraguai%20%C3%A9%20um%20ex,Paraguai%20ocorreu%20somente%20em%201811>

[9]<https://www.poder360.com.br/internacional/paraguai-e-uruguaui-cobram-posicao-do-mercosul-sobre-venezuela/>

[10]<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2023/07/04/uruguaui-e-paraguai-criticam-venezuela-em-cupula-do-mercosul.htm>



13.23 República Oriental do Uruguai



A República Oriental do Uruguai é o segundo menor país da América do Sul. O Uruguai é uma república presidencialista governada por Luis Alberto Aparicio Alejandro Lacalle Pou, desde 2020. Atualmente, o Uruguai é um dos países mais desenvolvidos da América, com uma elevada qualidade de vida populacional e com uma das melhores infraestruturas locais da América Latina.

O país possui uma economia diversificada, sendo um grande exportador de grãos, e é marcado pelos rios de planalto e pelo relevo suave. O nome “República Oriental do Uruguai” originalmente significa a república a leste do rio Uruguai [\[1\]](#) [\[2\]](#).

Relações Uruguai-Venezuela

Mercosul

Em julho de 2023, o Paraguai e o Uruguai criticaram a inelegibilidade de opositores de Maduro na Venezuela. Durante a cúpula do Mercosul em Puerto Iguazú, os líderes expressaram preocupação mediante a situação venezuelana. Lacalle Pou, presidente uruguaio, destacou que está nítido que a Venezuela não vai se tornar uma democracia saudável e que uma candidata como María Machado é desqualificada por razões políticas [\[3\]](#). O presidente uruguaio frisou:

“Todos aqui sabem o que pensamos sobre o regime venezuelano. Todos nós temos uma opinião clara. Temos que tentar ser objetivos. Há pouco tempo, isso foi discutido no Brasil, por causa de uma reunião convocada pelo presidente Lula. É claro que a Venezuela não vai emergir como uma democracia se, quando se vislumbra a possibilidade de uma eleição, uma candidata como María Corina Machado, de enorme potencial, for desqualificada por motivos políticos e não jurídicos. E alguém dirá: ‘O que isso tem a ver com o Mercosul?’. Bem, tem a ver com o fato de que os diferentes blocos, das diferentes associações do mundo, levantaram suas vozes. Acho que estaríamos prestando um desserviço à democracia venezuelana e ao povo venezuelano se não erguêssemos a voz, como fez o presidente para quem dou meu apoio [Mario Abdo Benítez]. Creio que o Mercosul tem que dar um sinal claro de que o povo venezuelano pode caminhar para uma democracia plena, que claramente não tem hoje” [\[4\]](#).



Ainda durante a 62ª Cúpula do Mercosul em Puerto Iguazú, Lacalle Pou foi a favor da flexibilização do bloco econômico. O presidente uruguaio argumentou que, embora sua prioridade seja avançar junto com o Mercosul no que tange aos acordos comerciais, seu governo considera a realização de acordos bilaterais com países como a China. Ele criticou a ausência de avanço em acordos com outras regiões do mundo e afirma que não vai aceitar uma posição de imobilidade. "O Uruguai luta para conseguir mercados. A nossa balança comercial entre os países sócios é deficitária", declarou Lacalle Pou [5].

Em uma reunião com 12 países da América do Sul, em Brasília, o líder do Uruguai teceu críticas a Lula, que afirmou que as acusações da Venezuela são "uma narrativa", e disse ter ficado surpreso com tal afirmação do presidente do Brasil [4].

Cooperação entre os países

Em maio de 2023, depois de um intervalo de sete anos, é noticiado que o governo uruguaio enviou um embaixador à Venezuela. O restabelecimento da posição de embaixador é fundamental para a normalização das relações entre os países e essa nomeação é vista como um sinal de compromisso do Uruguai para a construção de canais de comunicação com a Venezuela.

O Uruguai não tinha embaixador na Venezuela desde 2016, depois da saída do embaixador Óscar Ramos, nomeado durante o governo do ex-presidente uruguaio José Mujica. As relações restauradas ressaltam o papel da diplomacia [7].



fonte: <https://bnnbreaking.com/world/venezuela/venezuela-strengthens-diplomatic-ties-with-uruguay-and-african-nations/>

A Venezuela, para melhorar suas relações internacionais, nomeou recentemente novos embaixadores na África e no Uruguai. No Uruguai, o objetivo é expandir a cooperação política e econômica, de modo que o papel do embaixador é muito importante na identificação de interesses em comum. O fortalecimento de laços é visado e há a expectativa de que tal atitude colabore para o crescimento e para a prosperidade dos dois países [6].

Complementar:

<https://www.caracaschronicles.com/2023/11/11/uruguay-is-receiving-venezuelans-with-a-caveat/>



- [1]<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/uruguai.htm>
- [2]<https://pt.wikipedia.org/wiki/Uruguai#:~:text=14%20Liga%C3%A7%C3%B5es%20externas-,Etimologia,para%20se%20referir%20ao%20pa%C3%ADs.>
- [3]<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2023/07/04/uruguai-e-paraguai-criticam-venezuela-em-cupula-do-mercosul.htm>
- [4]<https://www.poder360.com.br/internacional/paraguai-e-uruguai-cobram-posicao-do-mercosul-sobre-venezuela/>
- [5]<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crglygx584po>
- [6]<https://bnnbreaking.com/world/venezuela/venezuela-strengthens-diplomatic-ties-with-uruguay-and-african-nations/>
- [7]<https://orinocotribune.com/uruguay-sends-ambassador-to-venezuela-after-7-years/>



14. Textos Complementares

ANEXO: Contextualização histórica dos países -
<https://docs.google.com/document/d/12lGoz---Zh9BP64LAWVGf3q6ZLJZxJkrly6pz-CNHU/edit?usp=sharing>

As tentativas históricas de união da América Latina

A América Latina é um conceito histórico em que se coloca o continente americano em uma perspectiva que engloba os países onde são faladas, primordialmente, línguas românicas – no caso, o espanhol, o português e o francês – visto que eles representam historicamente as regiões do continente que foram majoritariamente dominadas pelos impérios coloniais europeus espanhol e português, de modo a comungarem muitas características e processos de dominação parecidos. Nesse sentido, desde que se iniciaram os processos de independência dessas colônias, é válido se pensar nas tentativas de se unir esse bloco de nações, seja sob uma perspectiva política e nacional ou mesmo sob uma perspectiva de cooperação econômica e diplomática.

Em 1826, ocorreu no Panamá uma das mais ambiciosas tentativas de união de países americanos, defendida pelo revolucionário Simón Bolívar, nome de extrema importante na luta independentista das colônias espanholas, sobretudo aquelas ao norte da América do Sul. O país recém integrado à Grã-Colômbia sediou o famoso Congresso do Panamá, tentativa diplomática de organizar a América, voltada ao projeto do pan-americanismo: ideal de reafirmação dos povos americanos por uma integração ampla, capaz de assegurar as liberdades conquistadas e, ao mesmo tempo, promover a construção de uma nação próspera economicamente, competitiva em relação às potências estrangeiras. O congresso reuniu representantes do México, Peru, Grã-Colômbia, das Províncias Unidas de Centro-América e Estados Unidos. Na reunião, Simón pretendia engajar os países para concretizar um projeto de unidade política, com o estabelecimento de uma força militar comum e o fim da escravidão em toda a extensão continental.

Contudo, a falta de sucesso na proposta de Bolívar pode ser explicada pelo fato do ideal pan-americanista ter sido rejeitado e sabotado por três importantes nações da época: o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra. O recém-formado Império Brasileiro não compactuava em apoiar os ideais liberais, republicanos e abolicionistas, tendo em vista o interesse basilar que os latifundiários do país tinham na manutenção da ordem escravocrata e monarquista. O fim da escravidão também era rejeitado pelos políticos norte-americanos, que ainda defendiam esse tipo de mão-de-obra para desenvolver sua economia, principalmente na porção sul. Somado a tal fator, os Estados Unidos não tinham bons olhos ao ideal pan-americanista apresentado nessas circunstâncias, na medida em que almejavam uma conduta imperialista no continente, pretendendo expandir seus domínios territoriais e se colocar como potência única na região. A Inglaterra, ainda com muita influência pela manutenção de territórios coloniais no continente, obviamente rejeitava a proposta, temendo competitividade econômica, mas também uma possível perda de seus territórios coloniais com a unificação militar dos americanos.



Dessa maneira, a proposta oficializada durante o Congresso do Panamá foi abafada pela oposição das nações citadas. Com o passar do tempo, observou-se que a questão linguística ou o passado colonial em comum não serviram de sustentáculo para a implementação do ideal defendido por Simon Bolívar. Com isso, a possibilidade lançada nessa importante reunião interamericana não conseguiu sair do papel. Tais ideias continentistas e as bases do pan-americanismo foram tentadas em outras reuniões, nos anos de 1847, 1856, 1864, 1874 e 1888, mas todas fracassaram, haja vista a baixa adesão de nações aos ideais e até mesmo a não participação nas reuniões. Nesse sentido, em nenhum desses congressos, os Estados Unidos participaram. No entanto, em 2 de outubro de 1889, os EUA promoveram um encontro em Washington com objetivo de discutir a aproximação dos países das três Américas, tanto em questões diplomáticas, quanto econômicas. O interessante a observar é que todos os países do continente mandaram representantes, mostrando, concretamente, a hegemonia norte-americana na região. Foi a partir dessa conferência que foi se construindo as redes de integração e as bases institucionais para a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Essa presença e reconhecimento dos EUA na América Latina tem origem com a Doutrina Monroe a partir de 1823 que, de acordo com GOMES(1966) "... fincou as bases da política pan-americana adotada pelos Estados Unidos e inspirou todas as posteriores iniciativas da Grande República do Norte em relação às nações do Sul". Como desdobramento da Doutrina Monroe, o presidente Polk, em 1845, disse que deveria proteger os interesses das nações latinas contra as potências europeias, o que justificaria a intervenção dos Estados Unidos na região, como foi o caso de Cuba, naquele mesmo ano. Sem dúvida, a Doutrina Monroe definiu a política externa dos Estados Unidos e refletiu nas políticas posteriores como o Destino Manifesto, a Diplomacia do Dólar, a Emenda Platt, o Big Stick, a Política da Boa Vizinhança, a Doutrina Truman, a criação da OEA, a Aliança para o Progresso, o NAFTA e, por último, a ALCA: tudo representa práticas dos Estados Unidos na implementação da sua política externa com objetivo de ter o total controle da América Latina, tanto econômico, quanto político-ideológico e cultural.

Outras instituições de integração foram tentadas na América, mas sempre esbarraram em fracasso, tanto pelas diversidades dos países, quanto pela falta de apoio dos Estados Unidos. A ALAI (Associação Latino-Americana de Integração), criada em 1980, com o objetivo de trabalhar pela implantação de um mercado comum latino na América, o que acabou não acontecendo. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), criado em 1959, visava promover o desenvolvimento individual e coletivo dos países-membros através do financiamento de projetos nas áreas econômica e social e da assistência técnica. A Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM), criado em 1973 com 13 filiados da região do Caribe e com o objetivo de integrar a economia desses países. O Mercado Comum da América Central, criado em 1960, também visando promover a integração dos países membros, possuía apenas cinco integrantes. De 1951, a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA), que almejava fortalecer a unidade da região, estabelecer a consulta mútua como uma forma de garantir relações fraternais entre os países-membros, promover a solução negociada de disputas na região e cooperação econômica, cultural e social. De 1969, o Pacto Andino, sendo que o Chile saiu em 1977 e ainda permanecem Bolívia, Equador, Venezuela, Peru e Colômbia. Tentando promover a unidade econômica nas Américas, 1975, o SELA, Sistema Econômico Latino-Americano, composto por todos os



países latinos da América, com o fim de fortalecer a economia e integrar os povos da região. Todas essas instituições acabaram por naufragar nos seus objetivos ou representar fraca efetividade, principalmente devido às diversidades e dificuldades econômicas, sociais e políticas dos seus países membros, além da clara falta de apoio e, por vezes, oposição ferrenha dos Estados Unidos da América, com o fito de manter sua hegemonia.

A mais notável dessas tentativas alternativas, no sentido de não lideradas pelos EUA, foi o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O bloco foi criado em 1991 após a assinatura do Tratado de Assunção por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, os chamados membros plenos ou efetivos. Em 2012, a Venezuela assumiu uma posição como membro efetivo após a suspensão temporária do Paraguai, cujo Congresso se colocava contrário ao ingresso da Venezuela em razão de divergências político-ideológicas com o então presidente venezuelano Hugo Chávez. Os países plenos ou efetivos têm direito a voto em decisões que direcionam o bloco. Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname são membros associados, apenas participando das trocas comerciais.

Entre os objetivos gerais do bloco estão a criação de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira. Entre tantas ambições, o Mercosul também busca a uniformização das taxas de juros, criação de uma moeda única e estabelecimento de livre circulação de pessoas, mas nem todos os requisitos e vontades tem se concretizado. Atualmente, a formação de uma União Aduaneira está avançada apenas em determinados segmentos. Vários enfrentamentos têm comprometido o Mercosul, como a instabilidade política e econômica de alguns dos países-membros. Além disso, as divergências com relação ao direcionamento do bloco e os acordos bilaterais ferem as premissas da organização, que teoricamente prioriza a integração econômica da região e não apenas o favorecimento dos setores econômicos mais fortes dos países envolvidos. Tal fato tem se tornado muito comum devido ao lobby exercido por empresários, grandes agricultores e até mesmo políticos. Essa pressão acaba induzindo os governos a protegerem determinados setores, minando as tentativas de incentivo à competitividade a partir da entrada de produtos estrangeiros.

Fontes:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/congresso-panama.htm>
- <https://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/02.pdf>
- https://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp
- <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/blocos-economicos-america-latina.htm>



III ONU **INTER** **COLEGIAL**



Rede Jesuíta de Educação

Este material é para uso exclusivo dos participantes inscritos no evento mencionado, sendo vedada a sua reprodução total ou parcial, de forma onerosa ou gratuita, sob pena de prática de violação de direito autorial passível de medidas judiciais cabíveis.